

**ACTA DA QUARTA SESSÃO ORDINÁRIA
DA
ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE BRAGANÇA**

REALIZADA EM 07 DE SETEMBRO DO ANO 2009

NO

AUDITÓRIO «PAULO QUINTELA»

DE

BRAGANÇA

Siglas

SIGLAS	
ACISB	Associação Comercial e Industrial e de serviços de Bragança
CDU	Coligação Democrática Unitária
CDS	Centro Democrático Social
CCDRN	Comissão de Coordenação e Desenvolvimento da Região Norte
CM	Caminho Municipal
ETA	Estação de Tratamento de Águas
IPB	Instituto Politécnico de Bragança
PCP	Partido Comunista Português
PROCOM	Programa Operacional para o Desenvolvimento do Comércio Português
PROT-N	Plano Regional de Ordenamento do território do Norte
PU	Plano de Urbanização
PS	Partido Socialista
PSD	Partido Social Democrata

Quarta Sessão Ordinária da Assembleia Municipal de Bragança, realizada em 07 de Setembro de 2009, no Auditório «Paulo Quintela» de Bragança.

SUMÁRIO	Pág.
DIVERSOS: Presenças e faltas.....	146
Moções: 1 – Listas de candidatos a deputados	10
2 – Proposta do PROT-N	21
Membros que pediram substituição	6
Membros convocados	6
QUORUM- Quarta Sessão Ordinária – 07 de Setembro de 2009.....	5,69
INTERVALO PARA ALMOÇO	69

ORDEM DE TRABALHOS	Pág.
1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da terceira sessão ordinária, realizada em 08 de Junho de 2009.....	6
2 - PÚBLICO - Período de intervenção.....	7
3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA:	7
4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:	34
4.1 – APRECIÇÃO DA INFORMAÇÃO ESCRITA DO SENHOR PRESIDENTE DA CÂMARA SOBRE O ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO.	34
4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:	69
4.2.1 – Nona Modificação – Proposta de Revisão ao Orçamento de Despesa Número Três, Proposta de Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Número Três e Proposta de Revisão ao Plano de Actividades Municipal Número Dois;	70
4.2.2 – Regulamento Municipal de Apoios de Acção Social Escolar;	80
4.2.3 – Revogação da Deliberação da Doação do Imóvel à ACISB – Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança;	99
4.3 – Aquisição de serviços para fornecimento de refeições aos Estabelecimentos de Ensino Básico EB1 – Campo Redondo, EB1-Formarigos, EB1-Loreto, EB1-Cantarias, EB1-Artur Mirandela, EB1-Samil; Jardim-de-infância de Santiago e Jardim-de-infância de Gimonde do Concelho de Bragança;	113
4.4 – Tomada de conhecimento da Auditoria Externa à Contas do Município de Bragança – Relatório de Análise Económica Financeira, reportado a 30 de Junho de 2009.	118

INTERVENÇÕES

Nome	Página (s)
Amândio Gomes	13,20,58
António Morais	56,115

Bruno Veloso	94,105,106
Domingos Seca	59
Eduardo Malhão	20,23
Guedes Almeida	13,60,106
Júlio Carvalho	25,107
Lídio Correia	12,30,91,107
Luís Pires	14,52,64,79
Luís Vale	58
Manuel Pires	117
Martinho Nascimento	7
Orlando Pontes	28
Pedro Teixeira	9,12,15,17
Presidenteda Câmara	23,46,65,95,109,111,116,143
Presidente da Mesa	6,7,9,11,12,13,14,15,16,18,19,20,21,22,23,25,26,28,30,31,33,34,50,51,52,58,59,60,64,65,69,79,80,91,94,95,97,98,99,105,106,107,109,112,115,116,117,143,144
Primeiro Secretário	56

PEDIDOS DE ESCLARECIMENTO

Nome	Página (s)
Guedes Almeida	11,22,51,105
Henrique Ferreira	52
João Ortega	22
Lídio Correia	11
Luís Pires	50

DECLARAÇÕES DE VOTO

Nome	Página (s)
António Morais	116
Bruno Veloso	97
Guedes de Almeida	19,33,97
Henrique Ferreira	18
José Fernandes	98
Júlio Carvalho	116
Lídio Correia	19,33,97
Luís Pires	112
Luís Vale	19,34
Maria Morgado	18
Paulo Xavier	99

PONTO DE ORDEM À MESA

Nome	Página (s)
Henrique Ferreira	20

.....Aos **sete dias do mês de Setembro do ano de dois mil e nove**, realizou-se no Auditório “Paulo Quintela” de Bragança, a **quarta sessão ordinária** da Assembleia Municipal, tendo o seu início às nove horas e trinta minutos e fim cerca das vinte horas, na qual participaram **noventa membros**, dos noventa e nove que a constituem, com a seguinte **Ordem de Trabalhos**:

.....**1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da terceira sessão ordinária, realizada em 08 de Junho de 2009.**.....

.....**2 - PÚBLICO - Período de intervenção.**

.....**3 - PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

.....**4 – PERÍODO DA ORDEM DO DIA:**.....

.....**4.1 – Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.**

.....**4.2 – Discussão e deliberação sobre as seguintes propostas da Câmara Municipal de Bragança:**

.....**4.2.1 – Nona Modificação – Proposta de Revisão ao Orçamento de Despesa Número Três, Proposta de Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos Número Três e Proposta de Revisão ao Plano de Actividades Municipal Número Dois;**

.....**4.2.2 – Regulamento Municipal de Apoios de Acção Social Escolar;**.....

.....**4.2.3 – Revogação da Deliberação da Doação do Imóvel à ACISB – Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança;**.....

.....**4.3 – Aquisição de serviços para fornecimento de refeições aos Estabelecimentos de Ensino Básico EB1 – Campo Redondo, EB1-Formarigos, EB1-Loreto, EB1-Cantarias, EB1-Artur Mirandela, EB1-Samil; Jardim-de-infância de Santiago e Jardim-de-infância de Gimonde do Concelho de Bragança;**.....

.....**4.4 – Tomada de conhecimento da Auditoria Externa à Contas do Município de Bragança – Relatório de Análise Económica Financeira, reportado a 30 de Junho de 2009.**

QUORUM - Verificada a existência de quórum deu-se início aos trabalhos cerca das nove horas e trinta minutos e foram presentes:

EXPEDIENTE: (Alínea n), nº. 1 artigo 46º. A da lei nº. 5-A/2002 de 11 de Janeiro).

A correspondência recebida que nos pareceu de maior relevância foi enviada aos líderes parlamentares e representantes dos Presidentes de Junta de Freguesia, para conhecimento e

fins tidos por convenientes. Esta correspondência bem como a restante, encontra-se na pasta respectiva à disposição de todos os membros desta Assembleia.

MEMBROS QUE PEDIRAM SUBSTITUIÇÃO:
PS: Amílcar Anjos Pires; Victor Simões Alves
PSD: Vasco José Gonçalves Vaz.....
CDU: Luís Sousa Costa

MEMBROS CONVOCADOS :
PS: Fernando Carlos Silva Paula e Pedro Miguel Fernandes Teixeira;
PSD: Maria Olinda Pereira.....
CDU: António Alberto Vaz Pereira Morais

----- **Presidente da Mesa** – Senhores e Senhoras Membros da Assembleia, muito bom dia a todos. Temos presenças suficientes para começar os trabalhos, e por ser esta a última sessão deste mandato, faço votos para que ela decorra bem, para que sirva de inspiração para o que são as sessões do próximo mandato.

----- Temos quórum na sala, segundo me informam e por isso estamos em condições de iniciar os nossos trabalhos.

----- A agenda do dia não é muito cumprida e vamos tentar resolve-la da maneira mais sucinta possível.

----- O primeiro ponto da Ordem de Trabalhos,

----- **PONTO 1 -ACTAS - Leitura, discussão e votação da acta da terceira sessão ordinária, realizada em 08 de Junho de 2009.**.....

----- Com certeza, como é habitual, a leitura será dispensada - número um do artigo 92º. da Lei número 169/99, de 18 de Setembro - em virtude de previamente ter sido distribuída pelos membros.

----- Eu perguntava se alguém quer discutir a Acta. Não sendo esse o caso, punha a Acta à votação.....

----- **Não tendo havido discussão foi a mesma submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, quatro abstenções e cinquenta e nove votos a favor, estando momentaneamente sessenta e três membros presentes.**.....

----- **Presidente da Mesa – Passamos ao**

----- **PONTO 2 – PÚBLICO – Período de Intervenção.**

----- Pergunto se há algum membro do público que queira usar da palavra. Não sendo esse o caso, passamos ao

----- **PONTO 3 – PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA.**

----- Vamos registar inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia: Martinho do Nascimento; Pedro Teixeira; Dr. Guedes de Almeida; Orlando Pontes e Lídio Correia. O Senhor Membro da Assembleia, Martinho do Nascimento, tem a palavra para uma intervenção sobre economia. Faça o favor.

----- **Martinho do Nascimento – Apresentou, por escrito, o seguinte:**

----- “Sr. Presidente da Mesa, Srs. Secretários, Sr. Presidente da Câmara, Srs. Vereadores, Srs. Membros da Assembleia, Minhas Senhoras, Meus Senhores.

----- A 23 de Julho deste ano foi aprovado na Assembleia da Republica o Código dos Regimes Contributivos do Sistema Previdencial da Segurança Social, apenas com os votos favoráveis do Partido Socialista e votos contra de todos os outros partidos.

----- Esta lei entra em vigor em 1 de Janeiro de 2010, num momento especialmente inoportuno não apenas pela crise que estamos a atravessar mas também porque a mesma é posta à discussão e aprovada no fim de um ciclo eleitoral comprometendo um futuro governo numa matéria tão complexa e no contexto de uma ampla discordância da sociedade civil.

----- Este código para além de alterações à base de incidência contributiva vem proceder à alteração das taxas contributivas agravando-as para um número significativo de regimes. Altera ainda o regime de incumprimento da obrigação contributiva e o regime contra-ordenacional.

----- O diploma, ao entrar em vigor numa conjuntura difícil trazendo um agravamento dos custos para as empresas e trabalhadores, vem também agravar a fuga ao pagamento das contribuições. Vislumbra-se aqui uma forma desesperada e encapotada de aumento das receitas do Estado não só pelo alargamento da base de incidência contributiva a outras remunerações que não eram objecto de incidência contributiva como ajudas de custo, subsídios de refeição e despesas de representação e transporte, como também pelo aumento das taxas contributivas. É um aumento da carga fiscal por essas duas vias: por alargar a base contributiva tributável mas também pelo aumento da taxa.

----- É um erro crasso a consideração de determinadas rubricas como rendimentos ou remunerações sujeitas a taxa. É, por exemplo o caso das ajudas de custo dado que constituem uma remuneração para compensar uma despesa decorrente do exercício de uma actividade profissional. Atente-se na ajuda de custo legal: Quem e em que lugar se come e dorme em Lisboa por cerca de 50 euros diários? Assim é com as despesas de representação e de transporte - recebem-se por conta de despesas efectuadas ao serviço da entidade empregadora.

----- Estes rendimentos estavam até agora fora do alcance da segurança social. E bem, pelos motivos que se apontaram. Só uma procura desenfreada pelo alargamento de receitas e insensibilidade atroz, explica esta decisão.

----- Mas o mais grave está nas alterações das taxas contributivas. E é precisamente no aspecto social que a questão atinge a dimensão mais grave. No que concerne à nossa região, das entidades empregadoras que têm mais trabalhadores, para além do município e serviços públicos, são as Instituições particulares de solidariedade social, independentemente da natureza jurídica das mesmas, sejam fundações, misericórdias, centros sociais paroquiais, associações sócio-culturais.

----- Ora a insensibilidade social do governo socialista chega ao cúmulo de aumentar a taxa social única nestas instituições de 19,6 para 22,3% a cargo da entidade empregadora. E um aumento de quase 3%.

----- Mas vai mais longe: Na agricultura deixa de haver distinção entre trabalhadores agrícolas diferenciados e indiferenciados. Passam a pagar todos 11%, mais 1,5% para os primeiros e mais 3% para os segundos. E até no caso dos pequenos produtores agrícolas, que se inserem no regime dos trabalhadores independentes, e representam o grosso dos agricultores desta região, vamos ter situações gritantes de impossibilidade de incumprimento dada a debilidade económica deste sector. É que a maior parte destes produtores optaram pelo esquema obrigatório – menos oneroso - onde pagavam 23,75% de taxa social única.....

----- Passam, com este diploma a pagar 24,6%.

----- Os trabalhadores independentes não fogem à regra. De forma geral diminui a taxa de 25,4% do esquema obrigatório, mais comum, para 24,6%. Finalmente uma redução? Não! Puro misticismo. De facto a diminuição da taxa acaba por ser compensada pelo aumento da base de descontos. Actualmente, pode-se descontar por escalões mais baixos. Mais grave ainda: a taxa de 24,6% incide sobre 70% do valor dos serviços prestados, enquanto actualmente esta

incidência se efectua sobre uma remuneração convencional baseada no Indexante de Apoios Sociais que serve de cálculo ao pagamento das prestações sociais e actualização das pensões...

----- Até a taxa social única do regime geral dos trabalhadores por conta de outrem, que se diz manter em 23,75% para a entidade empregadora e 11% para o trabalhador, cria grande controvérsia. Na prática esta taxa não vai existir, dado que para os contratos sem termo se reduz em 1% e para os contratos a termo acresce em 3% para a entidade empregadora. Esta medida e tanto mais incongruente porquanto os contratos a termo estão previstos na lei, designadamente o Código do Trabalho. É contraproducente porque provoca o efeito contrário dos estímulos ao emprego e sobretudo numa conjuntura económica difícil como a que estamos a atravessar.

----- Sabe-se que a tendência do mercado de trabalho e, cada vez mais, para contratos a termo mais intensos com conjunturas difíceis. A questão pertinente que se coloca no prato da balança é entre mais contratos a termo ou mais desemprego. A resposta é óbvia. Ao onerar a taxa em mais 3% dificulta-se a criação de emprego.

----- Esta lei não serve os interesses deste país na perspectiva económico-social;

----- Porque, para a nossa região, é devastadora; para os agricultores, para os pequenos empresários e comerciantes, para as IPSS que desempenham no terreno um papel crucial em substituição do Estado na vertente social.

----- O tempo o dirá se não é assim.

----- O tempo ditará da inoportunidade desta lei.....

----- O tempo permitirá certamente a sua revogação.....

----- Disse”

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Membro da Assembleia, Pedro Teixeira, tem a palavra. Tenho muito gosto em vê-lo.

----- **Pedro Teixeira** – Muito obrigado, Senhor Presidente, aproveito para cumprimentar a Excelentíssima Mesa, Excelentíssima Executivo, Digníssimos Membros da Assembleia Municipal, Comunicação Social.....

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “Foi publicado em Diário da República, no dia 31 de Julho de 2009 o Mapa Oficial n.º2/2009, com o número de Deputados a eleger para a Assembleia da Republica bem como a sua distribuição pelos círculos eleitorais.

----- O distrito de Bragança viu reduzido o seu número de eleitores para 155 894, e consequentemente, perdeu um Deputado, passando de 4 para 3 deputados, dos 230 que constituem a Assembleia da República. É actualmente o 4.º Distrito com menos eleitores de Portugal Continental, depois de Portalegre, Beja e Évora.

----- Este facto, por si só preocupante, comprova a existência do êxodo rural de que tanto se fala, e que, assim como o literal se "alimenta" em termos populacionais das cidades do interior, as cidades do interior se alimentam das aldeias do interior.

----- A título de exemplo posso dizer-vos que dos mais de 10 alunos de Bragança que entraram comigo na Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto, nenhum regressou a Bragança e apenas 1 tem intenções de fazê-lo a curto médio-prazo, o que evidencia que, infelizmente, Bragança não está assim tão atractiva como sistematicamente referem.

----- Mas, como se não bastasse Bragança ter perdido um Deputado, com tudo o que isso significa em termos sociológicos e de perspectivas de desenvolvimento, eis que um partido com elevadas responsabilidades no concelho apresenta como seu cabeça de lista às eleições legislativas um cidadão cuja afinidade com o distrito de Bragança é pouca ou nula.

----- Bragança vê-se assim na eminência de perder não só um, mas sim dois Deputados que verdadeiramente representem o povo de Bragança.

----- Perante uma situação como a descrita, que me parece ser eticamente vergonhosa e politicamente escandalosa, e porque não me confirmo com as continuadas ofensas ao povo de Trás-os-Montes, à Política em geral, e às mais elementares regras do bom senso, apresento a esta Assembleia a seguinte
.....

“MOÇÃO

----- Considerando a importância que o cargo de deputado da Assembleia da República tem no sistema político português e não obstante o artigo 152.º da Constituição da República Portuguesa referir que, e passo a citar "Os Deputados representam todo o país e não os círculos por que são eleitos.";

- ----- Considerando que o distrito de Bragança viu reduzida a sua capacidade em termos de número de deputados ser reduzida de 4 para 3 deputados, como consequência da diminuição de eleitores na região;.....

----- Considerando que os deputados devem representar o povo que os elegeu, deterem elevada afinidade com a região, serem conhecedores das necessidades e justas expectativas

dos concidadãos e, de algum modo, terem-se evidenciado na sociedade e revelado nobres preocupações com a defesa do interesse publico local ou nacional;

----- A Assembleia Municipal de Bragança, reunida a 07 de Setembro de 2009, vem por este meio repudiar veementemente que os partidos políticos, entidades com capacidade para apresentarem listas à Assembleia da República, incluam nas suas listas de candidatas a deputados cidadãos cuja afinidade ao distrito que os elege seja reduzida, distorcendo a distribuição de deputados por região, que actualmente rege a eleição dos deputados a nível nacional, publicada em Diário da República, a 31 de Julho de 2009, no Mapa Oficial n.º2 /2009.

----- A moção devere ser enviada ao Presidente da Republica, ao Primeiro-Ministro, ao Governador Civil de Bragança, aos Grupos Parlamentares da Assembleia da República e à Comunicação Social.

a) Pedro Miguel Fernandes Teixeira, membro da Assembleia Municipal de Bragança, eleito pelo Partido Socialista.”

----- **Presidente da Mesa** – Temos aqui uma moção, vamos abrir o período de inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre a moção. Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Guedes de Almeida** – Bom dia a todos, cumprimento o Senhor Presidente da Assembleia, todos os Membros da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, Membros desta Assembleia, Comunicação Social. É uma questão que queria colocar ao Engenheiro Pedro Teixeira, é jovem, Pedro Teixeira, desculpe, se esta moção é da sua exclusiva iniciativa ou se foi discutida no partido. Responder-me-á. E desde já dizer que estou de acordo com ela.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Lídio Correia, tem a palavra.

----- **Lídio Correia** – Excelentíssima Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhoras e Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia, a todos muito bom dia. Para além da pergunta que o Guedes de Almeida fez, neste momento eu também gostaria de saber o que é que o proponente dessa proposta entende por afinidade: é o individuo que nasceu em Bragança?; É o individuo que vive em Bragança?; É o individuo que emigrou para Bragança? Quería saber de facto o que é que se entende por “alguém ligado à região”. Muito obrigado. ..

----- **Presidente da Mesa** – Eu perguntava se há mais inscrições para esclarecimentos? Não sendo esse o caso, o Senhor Membro da Assembleia, Pedro Teixeira, tem a palavra.....

----- **Pedro Teixeira** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Agradeço as questões colocadas. Respondendo ao Dr. Guedes de Almeida, o Partido Socialista é um partido que sempre se desenvolve pela pluralidade, dentro do seu fórum de discussão, são públicas algumas declarações importantes dirigidas sobre este assunto. E relativamente à questão colocada pelo Deputado da CDU, cabe-me dizer que a afinidade que um cidadão tem ou não com uma região é sempre um aspecto de carácter algo subjectivo, contudo, é possível perceber quando integram nas listas pessoas que de facto representam o povo de uma região, que o conhecem, que se identificam com ele e que estão, embora sendo deputados da Nação, se encontram na Assembleia da República para nos representar a todos, mas cientes das suas responsabilidades para com a região que os elegeu e isto precisamente porque como diz a Lei, e como eu referi na Moção, existe uma proporcionalidade em função de número de eleitores e com o número de deputados, e, portanto, o sentido desta Moção é que não haja uma subversão desse "poleiro" colocando pessoas que, cuja afinidade não seja tão significativa noutras regiões, sabe-se lá porque motivos, e portanto, é nesse sentido que esta Moção se dirige, no sentido em que não refere partidos políticos, é uma recomendação em termos genéricos que visa uma postura que deve ser adoptada, no nosso entender, e espero eu que seja também no entender desta Assembleia, para bem de todos. Muito obrigado.....

----- **Presidente da Mesa** – Vamos fazer inscrições para intervenções sobre esta Moção. O Senhor Membro da Assembleia, Lídio Correia, tem a palavra.

----- **Lídio Correia** – Isto vindo de um jovem, por quem temos efectivamente consideração, espanta-me, choca-me, efectivamente, choca-me, não nos substituamos, não nos substituamos à vontade dos eleitores, os eleitores decidiram quem conhecem, se não conhecem, isto é xenofobia, quem, como querem e como lhes apetece, isto choca-me, a quem acha que já nem sequer existem fronteiras, para quem é federalista, para quem acha que neste país não existe, vem agora, como nos bons velhos tempos, falar do Bragança Mirandela, isto francamente, eu não esperava que fosse possível dentro de um partido dito democrático, de facto ouvir isto. Deixem-me só perguntar, alguém conhece os deputados do Partido Socialista? Alguém conhece o nome dos deputados do PSD? Será que os eleitores não reconhecem os nomes do PSD? Este não se vê ser causa ... no Decreto da Assembleia da República e nesse Decreto deve dizer-vos que os deputados da CDU, não sendo eleitos por Bragança, têm defendido ... eleitos pela região, pela região, nunca fizeram isso, rigorosamente nada, serviram-se foi da região e dos votos que lhes foram dados.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida, tem a palavra.....

----- - **Guedes de Almeida** - Eu pergunto ao Eng. Pedro Teixeira, e eu estranho, estranho mesmo, que os deputados do Partido Socialista tenham conhecimento desta sua posição, não sei se tiveram, certamente teria sido, no mínimo, “admoestado” pelo interesse da declaração, porque a situação, não estou enganado, nós desde o vinte e cinco de Abril de setenta e quatro, perdemos um deputado, e vamos perder mais. A situação, hoje, é dramática, é de idosos, é de velhos, chamem-se-lhe velhos, é um termo mais..., chamem-se idosos, mas é de velhos e qualquer dia não há juventude que queira vir para cá, que é o exemplo concreto, que dos dois colegas seus, só um é que quer vir, isto deve-se exclusivamente à política do governo dos dois maiores partidos que têm estado no poder desde o vinte e cinco de Abril de setenta e quatro. E tem que se chamar logo o PS e o PSD e eu digo isto com toda à-vontade, porque critico e critiquei sempre dentro do partido que o número um, não sou CDS, sou PSD, ... está bem, digo, não sei do que é que ... o CDS não tem, mas, ser impostos, propostos sempre os mesmos nomes para cabeças de lista, se não houver um vinte e cinco de Abril, como dizia o saudoso, Eng.º José Luís Pinheiro, ninguém os arranca de lá. E o que se pergunta efectivamente, que é que têm feito em prol desta região? São os principais responsáveis pelo estado em que nos encontramos nesta altura, sem vias ferroviárias, com acessibilidades antigas, estão ainda em promessas agora, portanto, aliás este é um vício que cresce digamos assim, até aos partidos, até ao baixo litoral, até aqui a Bragança, há pessoas que se instalaram nos partidos e pensam que são os donos dos partidos, não há discussão democrática dentro dos partidos, não há discussão das bases e isto leva efectivamente a que nos encontremos nesta situação e que muito brevemente, dentro de dez, quinze anos, nem sequer haja deputados por Bragança, se isto não for reversível, e ... perfeitamente, os mais novos que se apercebam desta realidade, que queiram voltar, que sintam que não têm condições e que reclamem, reclamem publicamente e, acima de tudo, que mobilizem populações, para esta ofensa aos seus interesses. E é tudo.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Amândio Gomes, tem a palavra.

----- **Amândio Gomes** – Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, Membros eleitos, Senhores Presidente de Junta, minhas senhoras e meus senhores. Senhor deputado, Pedro Teixeira, eu acho assim um bocadinho estranho vir aqui, hoje, eu sei que estamos em período eleitoral e é preciso agarramo-nos a tudo, aqueles

que precisam, acima de tudo, para desviar talvez as atenções doutras discussões que aqui deviam ser feitas, hoje, mas vossa excelência vem estranhar que o meu partido tenha indicado uma pessoa de fora, que não nasceu em Bragança, para ser o primeiro candidato da lista. Isso já aconteceu mais vezes, e com certeza que é capaz de não ser a última, até pelas razões apontadas pelo Senhor Deputado Lídio Correia, até por isso, mas de qualquer das formas, penso que é uma intromissão nas decisões dos outros partidos que não lhe caberia fazer. Podemos estar de acordo ou não estar de acordo, é provável até que haja muita gente dentro do Partido Social Democrata, que não esteja de acordo, mas regras são regras e temos que acatá-las, ainda que protestando nos meios próprios, não é aqui que vamos discutir esse assunto.....

----- Por outro lado queria também dizer que estranho muito que haja pessoas que concorreram por outros partidos e continuam a dizer-se que são militantes sociais democratas. É preciso um descaramento, fracamente.

----- Bom, deixemos que cada partido governe o seu partido e o país, porque já temos tido, pelo nosso partido, candidatos que não tinham as tais afinidades que aqui foram apontadas, para o Concelho de Bragança e que representaram uma mais valia muito interessante para o nosso Distrito, em vários campos, ao contrário do que acontece com os deputados do PS, que hoje não se sabe ainda o que é que fizeram pelo nosso Distrito.

----- **Presidente da Mesa** – O Senhor membro da Assembleia, Guedes de Almeida, está-me a fazer sinal para quê? Eu não vi qualquer ofensa à honra, peço desculpa, não vi qualquer ofensa à honra em nada do que ouvi falar. Ouvi falar num candidato por outro partido, invocando manter a qualidade de militante de um outro partido, foi o que eu ouvi dizer, isto não é ofensa nenhuma à honra, de maneira que não lhe dou a palavra.

----- Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, faça o favor.

----- **Luís Pires** – Senhor Presidente da Assembleia, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, caros amigos da Assembleia, muito bom dia a todos. Apenas uma palavra, eu vou dizer ... a cada uma das intervenções. Começava pelo Lídio Correia, a palavra dele é serenidade, ouvi dizer que com o tempo ficamos mais serenos, mais maduros e aquela intervenção explosiva aqui do Lídio, acho que foi desadequada. ... sentidos, uma delas é que a intervenção do Pedro não foi para o PSD local, a intervenção do Pedro foi uma intervenção para todos os partidos, para todos os Distritos, para todos os Concelhos, foi uma

intervenção de índole nacional. Acho que não perceberam, não sei porque ... que não seria o mais adequado.

----- Coerência é a palavra para o Dr. Amândio. Nós somos coerentes porque defendemos para nós aquilo que defendemos também para os outros. E também deixe-me que lhe diga que nós no Partido Socialista vemos as coisas de uma forma a privilegiar o interesse local não o interesse nacional. Ainda coerência porque a sua intervenção poderia ter todo o sentido, toda a razão de existir, caso não tivessem, no passado, tomado medidas precisamente contrárias e tivessem por exemplo vindo aqui colocar assuntos de índole nacional, portanto não seria a forma estar a criticar a norma do assunto de índole nacional aquilo que eu defendo, portanto que não são coerentes.....

----- Relativamente ao Guedes de Almeida, a palavra é liberdade, liberdade de expressão, o Partido Socialista e contrariamente a episódios que já se passaram aqui consigo e com o partido que o elegeu, nós damos liberdade aos nossos amigos para falarem daquilo que pensam, para que ponham a sua imaginação e a sua inteligência a funcionar, portanto liberdade é uma palavra adequada para este momento. E é só, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Quer intervir? Faça o favor, o proponente da Moção tem todo direito a defende-la.

----- **Pedro Teixeira** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Gostaria apenas de tecer algumas considerações. Relativamente ao deputado da CDU, referir que certamente não percebeu bem o teor da Moção, a Moção não refere qualquer partido, não refere qualquer caso específico e não sei por que é que reage dessa forma violenta a uma defesa de um critério que está consagrada na Lei, que a CDU nunca contestou, que a proporcionalidade entre o número de eleitores e o número de representantes na Assembleia da República, que representa esses mesmos eleitos. A mim parece-me que é preconceito perfeitamente óbvio, não sei o porquê dessa contestação. Esta Moção vai nesse sentido, vai nesse sentido de manter esta proporcionalidade, vai um pouco mais longe a nível nacional e por que, ao contrário do que diz, não preciso, sempre estive de forma absolutamente desinteressada, desinteressada, ou seja, sem precisar dela e sempre foi essa a minha postura e vai continuar a ser, ao ponto que é, provavelmente, a última Assembleia em que estarei presente, pelo menos nesta parte da minha vida, uma vez que estou a investir na minha formação, estou a investir na minha carreira e portanto não vou precisar da politica.....

----- E gostaria também de acrescentar que não se trata de uma intromissão, porque a moção não refere qualquer tipo de partido, é uma moção de âmbito geral. Se as pessoas concordam com o que eu digo aqui e com o que o Partido Socialista refere nesta moção, devem votar sim, se as pessoas acham que não, que devem vir pessoas que não têm o mínimo conhecimento da nossa região, para nos representar na Assembleia da República, se acham que isso é o que defende os nossos interesses, então acho que devem votar não, devem votar não e devem continuar a permitir que situações como acontecem agora e não acontecem só no Distrito de Bragança, devem continuar a alimentar situações como essas, eu não concordo com ela e por estar indignado com esta situação estou aqui a defende-la e estou a defende-la por um juízo de consciência e porque acho que este é o correcto.

----- Vou-vos dar um exemplo muito sintético. O nosso Excelentíssimo Presidente da Assembleia Municipal, caro Engenheiro Luís Machado, porque não concordou, na Assembleia da República, com determinadas directivas e com os valores que constavam do PIDAC, por duas vezes consecutivas, portanto deu a oportunidade e depois deu a oportunidade e os valores mantinham-se irrisoriamente baixos, teve a humildade, e agora é discutível se a melhor forma de combater este documento ????, mas a verdade é que sempre participou e continuou com a sua participação cívica permanente. Mas em defesa dos nomes do interesse, dos interesses dos transmontanos, demitiu-se, pediu a demissão, não precisa de ser deputado, pediu a demissão e veio-se embora, em nome dos nossos interesses. Agora pergunto eu, acham que uma pessoa que seja de fora, que não conheça minimamente o Distrito de Bragança ou outro qualquer, porque esta moção não é dirigida ao Distrito de Bragança, faria isto? Faria isto? Se acham que sim, se acham que faria isto, devem votar que não, se acham que não, que essa pessoa defende de forma veemente e convicta os nossos interesses, deverão votar sim. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Junta de Rabal, quer intervir? Mas isso pede-se à Mesa, desculpe lá, mas isso para ouvir do início da moção pede-se à Mesa não se pede de um lado para o outro da sala. Estou à espera que me dêem oportunidade de continuar hoje, peço o favor para me deixarem continuar. Bom, mas então, chegamos a este ponto e antes de por à votação, eu vou pedir licença à Assembleia para dizer qualquer coisa sobre esta matéria, propulsado por agora ter sido invocado. Não vou fazer a defesa da honra mas vou talvez fazer a defesa de alguns princípios.

----- Eu percebo a boa intenção desta moção, mas já não percebo, ou melhor, já não comungo da oportunidade dela. Porque quando se faz uma moção de carácter geral e todos sabemos, todos os partidos, todos os partidos, quer dizer, podemos pensar que actividade é que tem o Dr. João Soares, com Faro, como a Dr.ª Ana Jorge, com Coimbra, cabeças de lista pelo Partido Socialista. Quando se fazem deste tipo de abordagens largas, elas ficam prejudicadas quando os assuntos são tratados num contexto, em que quer se queira quer não, a questão do cabeça de lista do círculo de Bragança é de ..., não foi Portanto, eu admito que não tenha tido a intenção do oportunismo no momento, mas que não se lhe pode retirar, não vale a pena.

----- E a propósito disso, sinto-me na obrigação de dizer o seguinte, e o PSD não precisa que o defenda, o PSD efectivamente apresentou, no Distrito de Bragança, um candidato que não é, vamos dizer assim, para ser simples, de cá, mas o que eu quero dar o testemunho é que a direcção nacional do PSD procurou, afincadamente, apresentar um candidato como cabeça de lista, de cá, e isto para que fique dito e sabido, e obviamente se estou a falar com esta certeza é porque sei do que estou a falar.....

----- Assim, eu perguntava, e porque, repito, percebo a boa intenção da moção, mas ela tem algo de contraditória e é a sua oportunidade, pode ser concluída por oportunismo, eu, conhecendo-me, o esforço feito pelo Senhor Membro da Assembleia, Pedro Teixeira, nas algumas vezes que nos deu o prazer de estar aqui, sempre fez por ter uma abordagem moderada e realista aos assuntos, pelo menos é a minha interpretação, eu, antes de por à votação, perguntava ao Engenheiro Pedro Teixeira, e porque isto tudo se inscreve numa discussão mais lata, incluindo a dos círculos uninominais, daquilo que é a efectiva responsabilização dos deputados, perante aqueles de quem respondem, se respondem perante os eleitores ou perante os partidos e isto não se resolve só com uma coisa destas, muito longe disso, eu, com a idade em que estou, permitia-me perguntar-lhe antes de por à votação e sem perder o mérito do problema que aqui levantou, se não quer retirar a moção da votação. Fico a aguardar a sua resposta.

----- **Pedro Teixeira** – Obrigado, Senhor Presidente, agradeço as palavras que me dirigiu, mas não havendo qualquer fundamento legal que invalide da moção que foi aqui apresentada e considerando até bastante oportuna esta moção que evidentemente não é absolutamente exaustiva, nem poderia sê-lo, face aos poderes que a Assembleia Municipal detêm, não

retirarei esta moção e espero que os Membros desta Assembleia votem em consciência. Muito obrigado.

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido rejeitada, por maioria qualificada, com cinquenta e cinco votos contra, três abstenções e treze votos a favor, estando momentaneamente setenta e um membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** - Inscrições para declarações de voto. Quer fazer uma declaração de voto? faça o favor, senhor membro da Assembleia, tem a palavra.

----- **Maria Morgado** – Senhor Presidente da Assembleia Municipal, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores e também a todos os elementos aqui presentes. Eu votei contra esta moção não porque ela foi apresentada por qualquer outro partido, eu votei contra esta moção porque entendo que isto é um assunto do foro partidário e deve ser discutido dentro dos partidos e não na Assembleia Municipal. Disse.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Membro da Assembleia, *Madalena Morgado*. Senhor Membro da Assembleia, Henrique Ferreira, tem a palavra.

----- **Henrique Ferreira** – Bom dia a todos, Excelentíssima Mesa da Assembleia, Excelentíssima Câmara Municipal, Excelentíssimos Senhores Presidentes de Junta, caros colegas Deputados. É evidente que como já aqui foi referido em nome dos princípios nos quais a moção foi apresentada, simplesmente apercebi-me ao longo da discussão que os valores pelos quais criticámos a posição do PSD, também poderiam ser os valores pelos quais poderíamos criticar a posição do PS em alguns distritos e face a isso e em nome da coerência, obviamente, abster-me.

----- Permitam-me uma vez que também é a minha última Assembleia Municipal, há uma idade para tudo e também já fiz cinquenta e sete anos, e há muitas pessoas da minha idade que já estão reformadas, eu também entendi que não podendo-me reformar do trabalho, deveria reformar-me de algumas coisas e uma delas será a politica. Proximamente também deixarei de escrever nos jornais, como reforma efectiva total, e passarei a escrever números, portanto e isso eventualmente é mais profundo, é mais profundo, e é mais útil à sociedade do que os simples artigos de jornal.....

----- De maneira que queria dizer ao Pedro que é evidente que comungo das razões pelas quais apresenta a moção, sou solidário com ele, só não podia votar a favor, só votar a favor também estava a votar contra o PS e por isso absteve-me.....

----- Queria dizer também, Pedro, que lamento imenso que não continues nesta Assembleia, porque és um quadro com muito valor e com muito futuro e o facto de eu estar aqui a dizer que não votei a favor, permite-me vir aqui dizer que é lamentável que o PS não te tenha continuado a ver na politica como nós aqui na Assembleia Municipal.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Luís Vale, para uma declaração de voto.

----- **Luís Vale** - Bom dia, Senhor Presidente, Senhores Secretários, Senhores do Executivo Municipal, Membros da Assembleia. Eu absteve-me nesta votação ????

----- **Presidente da Mesa** - Senhor membro da Assembleia, Lídio Correia, tem a palavra.

----- **Lídio Correia** – A CDU votou contra esta proposta, em primeiro lugar por uma questão ideológica, em segundo lugar porque esta proposta tem raios de xenofobia e em terceiro lugar porque efectivamente a ligação dos deputados à região mede-se em afectividades de valor e não ...

----- **Presidente da Mesa** – Vamos prosseguir com o Período de Antes da Ordem do Dia.....

----- **Presidente da Mesa** - Uma declaração de voto? Faça o favor.

----- **Guedes de Almeida** – Dar os parabéns ao Pedro por não ter “vergado” ao apelo, que eu considero ilegítimo, feito pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal. E votei porque ..., digamos assim, na espontaneidade de o Pedro Teixeira ter, de princípio ... não há nenhum cidadão que os próprios queiram ou devam contrariar, exactamente não os quer contrariar, isto é a responsabilização dos deputados pelas regiões e que se comprometem perante o eleitorado a responsabilizar-se pelas promessas que lhes fazem e claramente apenas para cativar os lugares, para se fixarem com sede e vida em Lisboa. Portanto os parabéns e apenas uma questão, do que foi aqui falado, é a segunda vez que acontece no meu partido, neste novo partido, não tem é as mesmas siglas, o meu partido é o Partido Social Democrata, só a democracia tem princípios, não anda atrás de ninguém e esses princípios não abduco deles. E apenas um lamento, um lamento com saudade, tenho saudades do Dr. Telmo Moreno nesta Assembleia.

----- **Presidente da Mesa** – Senhores Membros da Assembleia vamos vou continuar com o período... ..

----- **Presidente da Mesa** - Ponto de ordem à mesa ?... ..

----- **Henrique Ferreira** – Mas nesta discussão que se fez aqui em torno do Senhor Deputado, Guedes de Almeida, faz-me vir aqui em nome da ética de ..., é assim, eu gostava de saber, em que qualidade é que o senhor aqui veio, se é na qualidade de membro do PSD, se é na qualidade do CDS, ou se é de na qualidade do que, entende-se, já comunicou à Mesa da Assembleia Municipal, se ... PSD, para ser candidato, porque, se isso não aconteceu, à que accionar o mecanismo de perda de mandato ao senhor deputado Guedes de Almeida.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, fez-me um ponto de ordem, a Mesa não tem, nem nunca teve, nenhuma comunicação relativamente a um desejo de mudança de estatuto de qualquer deputado, de qualquer membro da Assembleia.

----- Vamos prosseguir os trabalhos e antes de dar a palavra ao nosso orador, eu quero informar o Grupo Municipal do PSD que lhe restam sete minutos, e tenho registado pedidos de inscrições. Senhor Membro da Assembleia, Guedes e Almeida, tem a palavra. Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida, queira fazer o favor de regressar ao seu lugar, estou a ser interpolado. Ó! Senhor Membro da Assembleia, Amândio Gomes, eu tive o cuidado de estar a dizer, portanto qual era o tempo disponível, não compete à Mesa dizer, Senhor Director do Grupo Parlamentar quer utilizar as suas prerrogativas? A direcção do Grupo Parlamentar sabe se quer utilizar ou não, eu dei-lhe conta do tempo, esperei em silêncio e continuei. A direcção do Grupo Municipal quer intervir? faça o favor.

----- **Amândio Gomes** – É só para dizer à Mesa que neste momento e porque ainda temos outro momento para falar, entendemos que não devemos dar mais tempo ao Senhor Deputado Guedes de Almeida. Esta declaração é feita em nome do Partido Social Democrata ..

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Tem todo o direito, nos termos Regimentais. O Senhor Membro da Assembleia, Eduardo Malhão, tem a palavra.

----- **Eduardo Malhão** - Começo por dirigir um cumprimento muito especial ao Presidente da Mesa desta Assembleia, uma vez que é a última reunião que ele vai dirigir e desde já congratular-me e felicitá-lo pela ... deste órgão e pela grande disciplina que introduziu neste órgão ao nível do seu empenhamento, da sua competência e do seu rigor, muito obrigado por isso. Cumprimento os restantes membros dessa Mesa, cumprimento o Senhor Presidente do

Executivo, cumprimento os Senhores Vereadores, cumprimento os Membros desta Assembleia, cumprimento os Senhores Excelentíssimos Presidentes de Junta, um cumprimento para o público em geral e para a comunicação social.

----- No seguimento da tomada de posição do Executivo Municipal relativamente ao PROT Norte, a qual foi enviada a todos os membros desta mesma Assembleia, o Grupo Municipal do PSD acha oportuno trazer aqui uma moção de reforço e de apoio e de subscrição desta moção.

“ MOÇÃO

----- Considerando que a Proposta do PROT – N não traduz uma estratégia de hierarquia urbana coerente com a subdivisão regional em que assenta o Plano (Grande Porto, Minho, Douro e Trás-os-Montes), sendo designados como pólos de desenvolvimento regional e consideradas cidades de equilíbrio regional o Porto para a sub-região do Grande Porto, Braga para a sub-região do Minho e Vila real para a sub-região do Douro, ficando assim injustamente a sub-região de Trás-os-Montes excluída deste modelo, tanto mais que representa 40% do território da região Norte;

----- Considerando que as especificidades do interior Norte, nomeadamente a sua geografia, assentem na dispersão territorial e na baixa densidade populacional, geram por si só dificuldades e fragilidades económicas e sociais, sendo mesmo considerada a região mais pobre da União Europeia, exigem políticas de ordenamento e instrumentos de centralização que eliminem as desigualdades e estimulem um desenvolvimento mais coeso, mais homogéneo e mais justo de todo o espaço nacional;.....

----- Considerando ainda que o Plano proposto reforça o centralismo, que se tem revelado tão nefasto para o desenvolvimento equilibrado do território nacional, constituindo uma visão unidireccional, estreitando o território à volta do Porto, numa omissão nítida de uma realidade moderna de cooperação transfronteiriça assente num posicionamento estratégico no contexto ibérico, o que provoca constrangimentos vários na afirmação da capitalidade regional que Bragança tem assumido, ao afirmar-se como cidade moderna, atractiva e com elevado potencial de desenvolvimento, apresentando um excelente padrão de qualidade urbanística, patrimonial, ambiental e cultural;.....

----- Considerando ainda que este modelo proposto pela CCDR-N empobrece mais a região, aumenta as assimetrias regionais, não promove a coesão social e económica e não

contribui para a implementação equitativa das políticas públicas. Pelo contrário, elimina e não promove factores de competitividade, não potencia competências científicas e tecnológicas, não estimula a cooperação estratégica transfronteiriça, apenas acelera o processo de esvaziamento de serviços públicos e acentua a sua desertificação.

----- A Assembleia Municipal reunida em 7 de Setembro de 2009 propõe, assim, que o modelo Territorial inclua a cidade de Bragança como cidade de equilíbrio regional, como único modelo que favorece a coesão do território, promove o combate ao centralismo, às desigualdades e assegura competências no relacionamento com as cidades vizinhas da província espanhola de Castela e Leão, como historicamente sempre ocorreu, e reforça o sentido da construção europeia, contrariamente ao modelo proposto pela CCDR-N, voltado para o litoral e de costas para o interior e para o relacionamento transfronteiriço.

----- O Grupo Municipal do PSD.”

----- Esta moção deverá ser remetida à CCDRN, à Assembleia da República, ao Senhor Primeiro Ministro e ao Senhor Presidente da República.

----- **Presidente da Mesa** - Senhores Membros da Assembleia, vamos registar inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre a moção apresentada pelo Senhor Membro da Assembleia, Eduardo Malhão, em nome do Grupo Municipal do PSD.

----- Pedidos de inscrições para pedidos de esclarecimentos? O Senhor Membro da Assembleia, João Ortega, faça o favor.

----- **João Ortega** - Um bom dia a todos, Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Vereadores, a todos os membros aqui presentes. Genericamente venho aqui manifestar o meu acordo com a moção que aqui foi lida agora há pouco. No entanto, a minha questão era se está disposto a alterar a mesma, no sentido de que a referencia seja não à cidade de Bragança, portanto o que está em questão e nós ??? repetimos o mesmo erro no centralismo, não na cidade de Bragança mas na região de Trás-os-Montes, o desenvolvimento, não podemos olhar apara a cidade apenas, o desenvolvimento tem que ser da região, portanto o sentido é de que se está ou não de acordo em alterar, não o enfoque directo na cidade mas na região.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida.

----- **Guedes de Almeida** – Relativamente a esta matéria, perguntava, quem em Bragança, ou nesta região foi ouvido no âmbito do desenvolvimento do PROT. Só a Câmara Municipal, só

??? desses locais desenvolvidos, ??? a Câmara Municipal, e também qual foi o sentido, digamos assim, em que se pronunciou a Câmara Municipal de Bragança, e depois veremos.

----- **Eduardo Malhão** – Relativamente à questão colocada pelo Membro da Assembleia, João Ortega, ???????? aceito essa sugestão, na ... histórica é um ... que não tenho competência.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, de certeza que no Estado e Vida do Município iria falar nessa matéria, mas se quiser e como foi pedido um esclarecimento, tem esta oportunidade.....

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, senhor Presidente. A Câmara Municipal acompanhou o processo de elaboração do PROT, nos termos definidos pelas Lei, passou um período de discussão pública em que todas as Instituições e os cidadãos em geral, públicas, privadas, particulares, de solidariedade social, poderiam emitir a sua opinião, relativamente a este processo. Termina hoje a fase de discussão pública. A Câmara Municipal, no início da fase de discussão pública, enviou uma comunicação a todo o protocolo da cidade, a todas as juntas de freguesia, às várias instituições, aos grupos parlamentares da Assembleia e à própria Assembleia para que não perdessem a oportunidade de, na fase de discussão pública, poderem manifestar-se no sentido de ajudar a evoluir esta proposta. Publicitou através dos jornais, a sua posição e solicitou aos cidadãos que fizessem também a título individual, indicando a direção para onde deveriam dirigir essas pretensões.....

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Abrimos inscrições para intervenções sobre esta matéria. Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires,

----- **Luís Pires** – Muito bom dia a todos novamente. Relativamente a esta matéria gostava de dizer o seguinte: hoje é o último dia para se enviar à CCDRN, portanto está em discussão pública, é o último dia para enviar propostas, opiniões de grupo de cidadãos, outros grupos, de associações e etc. e como não podia deixar de ser, o Partido Socialista tem uma redacção que enviará hoje , por e-mail, nos moldes que foram estabelecidos por uma comunicação que nos chegou. Mas na comunicação do Presidente de Câmara de Bragança, havia menção a um facto, quanto a mim relevante, e estou a falar daquilo que consigo entender do que está escrito, não sei o que aconteceu, mas o que eu depreendo da leitura daquele documento, é que a Câmara Municipal de Bragança, de acordo com o que está estipulado por Lei, fez o acompanhamento da evolução. Ora bem, esse acompanhamento, se aqui fizermos uma conjugação com as boas relações que a Câmara Municipal de Bragança tem com a CCDRN nomeadamente com o seu

dirigente máximo e face aos elogios públicos que são emanados mutuamente, levar-nos-iam a pensar que no decurso desse processo a Câmara Municipal de Bragança conseguiria fazer constar desse documento uma posição mais ????? para Bragança, mas eu não olho aqui apenas para Bragança, cidade em si, como dizia o meu colega Ortega há bocadinho, estamos a cometer o mesmo erro, nós temos que olhar para isto como uma região e se calhar há uma falha também na moção que foi apresentada aqui, porque realmente faz menção à parte de Espanha mas esquece um pouco que esse rectângulozinho também tem outras regiões portuguesas mais abaixo e também devia haver essa relação com essas regiões. Portanto isto não pode ser algo isolado, algo desgarrado.

----- O que nós pensamos é que a trama que está mais ao litoral, digamos assim, aquela malha, portanto um território organizado em rede, tem uma trama perfeitamente fechada e como eu digo a estes hierárquicos avalizados ??? e que permite aquela região ser bastante, vamos lhe chamar eficiente a nível funcional. Se olharmos para aquele lado que, claramente vemos que isso não acontece no lado direito dessa região e consideramos que seria de privilegiar as relações entre algumas cidades que poderiam ????, Chaves, etc. de maneira a que essa malha fosse mais uma vez reforçada, podíamos dar muita mais intensidade e ela própria servisse de impulsionadora para o progresso da região. Claro que não podemos cometer um erro de nos esquecermos dos outros patamares, digamos assim, dessa malha, porque se nós estamos a ??? o modelo que, neste momento, acontece na nossa região.

----- Claramente ??? da malha no mapa apresentado, não pode acontecer, tem que se tornar por um lado, ou seja, mais equilibrado, tem que se basear esse tipo de evolução em???? cidades intermediárias como são designadas na literatura, mas também não podia deixar de ficar aqui a minha admiração, com o estilo ??? não ter conseguido que houvesse maior ??? da Bragança naquele mapa, fiquei muito admirado e acho que fiquei também muito admirado, que só no final deste processo e também o de Bragança, depois de estar tanto tempo a acompanhar o processo, viesse agora para a rua, digamos assim, a pedir, de uma forma desenfreada, a todas as entidades e a todos os cidadãos que o ajudem para cumprir o papel que ele próprio não consegui cumprir.

----- A Moção compreendo-a, tecnicamente acho que deve ir por aí, a nível político e para não, digamos assim, pelo que ouvimos há pouco na intervenção, não vamos apoiar a moção???? apenas os interesses da nossa região, como um todo. Mas a nível político acho que houve aqui um trabalho muito mau, por parte da Câmara Municipal de Bragança e nós

vamos ajudar, para que se ultrapasse esse mau trabalho da Câmara Municipal de Bragança. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Júlio de Carvalho, tem três minutos de tempo.....

----- **Júlio de Carvalho** - Senhor Presidente da Assembleia Municipal e restante Mesa, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, minhas senhores e meus senhores. Em três minutos eu queria dizer o seguinte: Hoje, verifico em todo o País, localmente em todo o País, anda muita gente na clandestinidade, porque, para mim, mais importante do que está aqui é a clandestinidade que virá a seguir e para quem quer ler e sabe ler. O que está aqui é um projecto de regionalização, está aqui a ??? que vai ter como capital o Porto. E temos como capital o Porto, temos a desgraça, temos o medo do deserto em Trás-os-Montes, eu gosto muito mais do centralismo Lisboaeta do que do centralismo do Porto, eu quero uma região com a qual me identifique e é Trás-os-Montes. O que está aqui, é simplesmente, é a situação a que vamos assistir dentro de pouco tempo, agora o meu partido já quer reorganização, diz que quer regionalização. Agora vamos ter uma luta pela região norte. E eu quero desde já afirmar categoricamente que serei um adversário feroz contra a região norte. Nada disso e nada trará a Trás-os-Montes.

----- Segundo ponto - Em relação ao projecto que está aqui, é óbvio no nosso tempo e fere todos os princípios e todas as realizações em termos do ordenamento do território, todos os programas nacionais do Ordenamento do Território, apontam para que haja correcção de assimetrias, para que haja igualdade, para haja oportunidade para todos os cidadãos, é na própria Constituição da República, como vem aqui neste documento, aponta nesse sentido, portanto isto contraria tudo aquilo que é fundamental, que é fundamental em termos de desenvolvimento económico, em termo de acabar com assimetrias, em termos de haver justiça em Trás-os-Montes.....

----- Terceiro ponto - É que tivemos todos oportunidade de ouvir esse documento, de ver a situação, eu sei que a Câmara acompanhou rigorosamente as evolução, fez tudo para que nada disto acontecesse e quando sentiu, já, a necessidade, e sentiu como outras Câmaras, a situação de tal maneira embaraçosa, para invocar neste caso, recorreu a todos nós, eu recebi uma carta individualmente, em princípios de Julho, para também pessoalmente se quisesse assumir a sua posição. Assumia, como outros assumiram, sei de muita gente do PSD fez comunicações para a CCDRN, todos nós recebemos, não vale a pena, não vale a pena vir aqui

tentar explorar uma situação que não corresponde à realidade, nós se não actuarmos no momento oportuno, porque não quiseram, porque vocês receberam uma carta que enviou o Executivo - Excelentíssimo Senhor, Júlio de Carvalho, Membro da Assembleia Municipal, na qualidade... -.....

----- **Presidente da Mesa** – Eu peço que termine.....

----- **Júlio de Carvalho** – A Câmara fez, nós é que estamos habituados a que tudo nos venha ter à mão, é que não fizemos, nada, ou fizemos muito pouco. Portanto, Senhor Presidente, muito obrigado e concordo com a moção, só por referencia é que eu de facto, eu seria mais rigoroso, mais contundente, o que está aqui ??? é um novo projecto da região norte que não interessa aos trasmontanos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Esgotado o tempo do PSD, incluído no tempo de antes da Ordem do Dia e não havendo inscrições de outros Grupos municipais para intervir sobre o texto desta moção, eu antes de por a moção à votação, tenho de pedir ajuda para a correcção do que no requerimento foi solicitado e que dito se... ou quer ..., peço desculpa, mas não poder ser só,só,só, faço-lhe uma sugestão, “ inclua a cidade de Bragança como uma cidade equilíbrio regional, o termo de “cidade de equilíbrio regional” talvez se poça resolver dizendo, que **“inclua a cidade de Bragança, como cidade de equilíbrio regional como único modelo que favorece a coesão do território, privilegiando um modelo de rede intra regional , promove o combate ao centralismo, às desigualdades e assegura...**

Moção

(com a introdução da alteração proposta – último parágrafo)

----- Considerando que a Proposta do PROT – N não traduz uma estratégia de hierarquia urbana coerente com a subdivisão regional em que assenta o Plano (Grande Porto, Minho, Douro e Trás-os-Montes), sendo designados como pólos de desenvolvimento regional e consideradas cidades de equilíbrio regional o Porto para a sub-região do Grande Porto, Braga para a sub-região do Minho e Vila real para a sub-região do Douro, ficando assim injustamente a sub-região de Trás-os-Montes excluída deste modelo, tanto mais que representa 40% do território da região Norte;

----- Considerando que as especificidades do interior Norte, nomeadamente a sua geografia, assentem na dispersão territorial e na baixa densidade populacional, geram por si

só dificuldades e fragilidades económicas e sociais, sendo mesmo considerada a região mais pobre da União Europeia, exigem políticas de ordenamento e instrumentos de centralização que eliminem as desigualdades e estimulem um desenvolvimento mais coeso, mais homogéneo e mais justo de todo o espaço nacional;.....

----- Considerando ainda que o Plano proposto reforça o centralismo, que se tem revelado tão nefasto para o desenvolvimento equilibrado do território nacional, constituindo uma visão unidireccional, estreitando o território à volta do Porto, numa omissão nítida de uma realidade moderna de cooperação transfronteiriça assente num posicionamento estratégico no contexto ibérico, o que provoca constrangimentos vários na afirmação da capitalidade regional que Bragança tem assumido, ao afirmar-se como cidade moderna, atractiva e com elevado potencial de desenvolvimento, apresentando um excelente padrão de qualidade urbanística, patrimonial, ambiental e cultural;.....

----- Considerando ainda que este modelo proposto pela CCDR-N empobrece mais a região, aumenta as assimetrias regionais, não promove a coesão social e económica e não contribui para a implementação equitativa das políticas públicas. Pelo contrário, elimina e não promove factores de competitividade, não potencia competências científicas e tecnológicas, não estimula a cooperação estratégica transfronteiriça, apenas acelera o processo de esvaziamento de serviços públicos e acentua a sua desertificação.

----- A Assembleia Municipal reunida em 7 de Setembro de 2009 propõe, assim, que o modelo Territorial inclua a cidade de Bragança como cidade de equilíbrio regional, como único modelo que favorece a coesão do território, privilegiando um modelo de rede intra-regional, promove o combate ao centralismo, às desigualdades e assegura competências no relacionamento com as cidades vizinhas da província espanhola de Castela e Leão, como historicamente sempre ocorreu, e reforça o sentido da construção europeia, contrariamente ao modelo proposto pela CCDR-N, voltado para o litoral e de costas para o interior e para o relacionamento transfronteiriço.....

----- O Grupo Municipal do PSD.”

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, três abstenções e cinquenta e sete votos a favor, estando momentaneamente sessenta membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Membro da Assembleia, Orlando Pontes, tem a palavra. .

----- **Orlando Pontes** – Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Senhor Secretário e Senhora Secretário, Senhor Presidente da Câmara Municipal, Senhores Vereadores, Senhores Membros da Assembleia Municipal, Senhores Jornalistas, Senhores Presidentes de Junta, minhas senhoras e meus senhores.

----- **Apresentou, por escrito, o seguinte:**.....

----- “22 ANOS DE AM ”

----- Decorria o mes de Setembro de 1987, quando, em substituição de um camarada *meu* do PS que havia renunciado ao mandato, pela mão do saudoso Sr. António Evangelista Moraes e do senhor Manuel Mirandela, me sentei pela primeira vez como membro da Assembleia Municipal de Bragança, neste hemiciclo. Ainda me lembro que fiquei ao lado do meu amigo e camarada Fernando Peixinho. Era então Presidente da Câmara Municipal o também saudoso Eng. José Luís Pinheiro, a um ano e pouco do fim daquele que seria o seu ultimo mandato.....

----- Estávamos na era da proliferação dos paralelos e do saneamento.....

----- Recorda-me ainda da minha primeira intervenção onde referi o cuidado que deveria ser tido em conta nas obras de saneamento que estavam a ser feitas em Izeda, era à data Presidente da Junta o Sr. João Pedro Venâncio, e lembra-me da minha chamada de atenção para a falta de água que se fazia sentir naquela que era, na altura, a maior aldeia do Concelho.

----- Obras como a Avenida Sá Carneiro estavam na forja.....

----- Durante estes cinco mandatos e meio em que participei, muitas foram as obras marcantes que foram realizadas, entre elas destaco o Alto Sabor que foi para mim o ex-libris das obras do sec. XX em Bragança, o Polis, o Teatro Municipal, as Novas Avenidas e o abastecimento de água à quase totalidade do concelho. Foi, alias, o abastecimento de água à agora Vila de Izeda o meu principal cavalo de batalha durante alguns anos, mas a muito custo conseguimos levar "a carta a Garcia " e a minha peregrina ideia de o abastecimento de agua ao sul do concelho, ser feito a partir da barragem do Azibo, foi neste período concretizada.....

----- Durante estes 22 anos muitos foram os temas e decisões em que participei, tendo em todos eles sempre, nas minhas intervenções, como objectivo a melhoria das condições de vida das pessoas e o engrandecimento e modernização do concelho de Bragança. Muitas vezes discordando e batendo o pé a rumos, obras ou objectivos com que discordava, por não os achar os mais correctos ou oportunos, mas sem nunca perder a compostura e seriedade intelectual e democrática. Outras vezes concordando e aplaudindo obras e decisões, sem

nunca pajear os patrocinadores da ideia ou do acto, que mais não faziam do que cumprir o seu dever de cidadania e de autarcas, ate porque, para os bajular houve sempre outros elementos, da cor do poder, muitas vezes com algum exagero insalubre, a faze-lo.

----- Neste período muito aprendi e evolui, pessoal, politica, social, académica e profissionalmente, pois foi nesta fase que terminei a minha licenciatura em Psicologia e disso estou orgulhoso e muito grato a todos os que daqui contribuíram, com doutos ensinamento, para esse meu upgrade pessoal.

----- No decorrer destas duas décadas em que a cara da cidade de Bragança ficou definitivamente alterada, muitos foram os amigos que fiz, e que fazem o favor de continuar a ser, nas várias bancadas. Este é o principal contentamento e satisfação que levo desta Assembleia Municipal, nesta hora da despedida.

----- Digo hora de despedida já que não farei parte da próxima Assembleia Municipal, dando a mim próprio um período sabático. Com a certeza que permanecerei atento ao evoluir da politica autárquica e continuarei a intervir, social e politicamente, por todos os meios de que dispuser, como freguês em Izeda e como munícipe no concelho, sempre que o meu espírito dinâmico e interventivo o aconselhe e as circunstancias o exijam.

----- Quero deixar uma palavra, pessoal e politica de solidariedade e incentive, para os que aqui estão e aos que aqui continuarão de corpo e alma a desempenhar as nobres funções de deputados municipais. Permitam-me que assim os continue a tratar.

----- Aos aqui representantes dos partidos digo: - Se a politica é a mais nobre das artes, continuem todos a enobrecê-la. Aos camaradas da CDU, desejo muita força e coragem para continuarem a defender os sonhos de Abril e a trabalhar em prol do principal objectivo que estive na origem do PCP: **O Nosso Povo**.

----- Ao Bloco de Esquerda, o anelo de um auspicioso futuro, sem radicalismo, impregnado de realismo democrático, e peço-vos: "**cresei e multiplicai-vos**" para que a vontade do povo mais profundo não seja estrangulada na viela do poder.

----- Ao PP que já aqui estive e agora não está presente, o desejo de que regresse em breve pois a direita, que eu combato e sempre combati, mas aceito, também faz falta no equilíbrio democrático.

----- Se me permitem uma palavra amistosa e especial para a bancada do PSD, onde tenho muitos e bons amigos: - Não mudeis de ideias nem de atitudes apenas porque a cadeira do poder mudou, não critiqueis, porque sim ou porque as ideias não são vossas, aplaudindo as

mesmas quando paridas do ventre em um vosso companheiro. Como bem sabeis a Social Democracia, vossa filosofia politica intrínseca, é a principal via para a construção de um Socialismo Democrático. Por vezes algum autismo egoísta leva-vos a não ver o caminho para o objectivo final que é o bem-estar da Sociedade.

----- Aos meus camaradas do Partido Socialista, deixo alguma mágoa na minha partida daqui da Assembleia, mas também o reconhecimento de muitos anos de aprendizagem pelas agrestes veredas que convosco calcorreei, tanto na politica local, e regional como nacional.

----- Camaradas, difíceis dias nos esperam, novas e árduas lutas temos pela frente.

----- Devemos todos continuar a acreditar que o **Socialismo é possível**. Não vos esqueçais que a união faz a força. Já sabeis que podereis contar comigo, sempre, e não só quando a alguns convém ou interessa.

----- **Presidente da Mesa** – É uma óptima maneira de terminar.....

----- **Orlando Pontes** – A última frase - Deixando sempre em aberto a possibilidade de aqui voltar a intervir, a todos deixo o meu muito obrigado pelo saber que levo e principalmente pela amizade que fica. **Obrigado.**.....

----- **Presidente da Mesa** - Muito obrigado. Senhor membro da Assembleia, Lídio Correia.

----- **Lídio Correia** – Muito bom dia mais uma vez. Sendo esta a última Sessão neste mandato, obviamente tenho que desejar aos camaradas do meu partido, as maiores felicidades, votos para que façam deste debate e desta Assembleia, sirvam para servir aqueles que os elegeram. No fim deste mandato, em meu nome pessoal queremos pedir desculpa por algo que eventualmente pela expressão não tenha de facto sido a melhor forma.

----- Lamento que esta Assembleia se limite a discutir ???? entre estas quatro paredes. Será que no próximo mandato ???? aqui o nosso debate, aquilo que discutimos, saia efectivamente lá para fora que é para que as pessoas tenham a noção de que não estamos aqui apenas a entretermo-nos e a fazer qualquer coisa ou que muitas das vezes se ouve dizer que vimos receber a senha. Penso que haverá que pensarmos de alguma forma, reparem a que a comunicação social terá responsabilidades nisto e terá que, provavelmente, também alterar muita da sua forma de ser os trabalho da Assembleia Municipal e não aguardar quase que pacificamente a audição deste ou daquele membro do grupo, mas efectivamente, relatar com objectividade aquilo que aqui se discute e as posições de cada um.

----- Passados estes anos todos e passados este ... e a caminho de um terceiro mandato do PSD, fica-nos um Concelho e uma cidade efectivamente diferentes, fica-nos uma cidade com

mais ... equipamentos, com algumas flores e menos árvores provavelmente. Alguém me dizia um dia destes - faz sol e vejo flores ... e queria com isto significar que efectivamente no nosso Concelho na nossa cidade e na nossa região temos aldeias cada vez mais desertificadas e temos a cidade cada vez mais sem gente. Por muito que me digam que temos mais habitantes, mas a verdade é que aquilo que nós vemos quando saímos é que não encontramos as pessoas e se calhar os equipamentos que tinham mereciam efectivamente que tivéssemos políticas que fixassem aqui as pessoas.

----- Foram mandatos, nomeadamente o último mandato, ??? os outros, em que praticamente sempre ao nível do Executivo Camarário, ??? e temos, sempre, quase sempre, nas questões mais importantes, temos o PS e o PSD de acordo em tudo aquilo que diz em respeito ao Concelho, basta ver as votações. E depois vimos aqui à Assembleia e temos que discutir para tentar ver de novo diferenças, até conseguimos ouvir, muitas das vezes, criticar os Vereadores que não obedecem às directivas do partido. Mas isto ??? efectivamente, que a unanimidade tenha reinado. Portanto se o Concelho está mal ou se está bem, a responsabilidade é efectivamente de ambos os partidos que sempre se têm entendido e continuarão a entender-se, seja aqui, seja a nível nacional.

----- Deixo-vos um conselho, depois disto, que não consegui ainda resolver os problemas, desde o problema da água, não consegui fixar a Escola de Bombeiros, não consegui fazer um conjunto de situações, e sobretudo, um Executivo que não conseguiu dinamizar, promover, não conseguiu afirmar a Capitalidade de Bragança como cidade efectivamente mais perto da Europa, não conseguiu a afirmação que no contexto nacional quer no contexto internacional e que bem necessidades tem.....

----- Isto resulta também, é óbvio, de que uma certa visão que eu chamaria de subserviência ao poder central. O poder decide e nós ainda não nos desabituíamos de andar de chapéu na mão, a pedir as migalhas, e que normalmente achamos que só temos direito a isso, mas não exigimos a quem de direito, mas não exigimos aquilo ??? desta moção e a Constituição é muito clara inclusivamente às regiões, tem que ser todas por igual. Isso leva-me à moção de há bocadinho, que estávamos a discutir, a questão não está no PROT, a questão está na forma como os vários poderes ao longo destes trinta anos, têm vindo a tratar a Região de Trás-os-Montes e Alto Douro, concretamente e Bragança e o seu Concelho. Está na falta das estruturas do dia a dia que não existem, está na falta da regionalização, mas não é a regionalização que invoca o Dr. Júlio de Carvalho com ???, aquilo que o pouco que nos dá é a

CCDRN e a regionalização que está para aí pensada é a continuação da CCDRN agora, fingindo que é democrática, quando é instituída a regionalização, isso registamos concretamente que o avanço ou o recuo, digamos do Senhor Presidente da Câmara e o PSD, no sentido de hoje aceitarem pacificamente que a regionalização deve ser a entrada da região norte, a grande região norte vai ser o fim das regiões de Bragança e da região de Trás-os-Montes e do Alto Douro. -.....

----- Mas eu dizia há bocadinho que a unanimidade que se registou na Câmara se regista a nível nacional, e temos, em termos estruturantes, a nível nacional na Assembleia da República como na Câmara Municipal de Bragança, o PS e o PSD a votarem sempre contra a regionalização e acabamos, naquilo que é importante, acabamos por verificar que nós saímos sempre, sempre a perder e acho que o PS e o PSD se deveriam envergonhar, hoje, por exemplo, de termos perdido um deputado, significa que perdemos população, significa que o poder local e o poder central não conseguiram, nestes últimos trinta e oito anos, implementar políticas de desenvolvimento que pudessem fixar na nossa região os jovens de que de cá saem e que não regressam efectivamente, não importa nós termos aqui o IPB, não importa termos escolas, e o IPB vai estar até quando? E isto resulta efectivamente da falta de planeamento da falta de ordenamento, resulta já desde de há muitos anos, desde um Ministro que se chamou Valente de Oliveira, até hoje, em que considerou

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia, Lídio Correia, tem o seu tempo terminado, vou dar isto por terminado.

----- **Lídio Correia** – Vou terminar, resulta efectivamente, de como de todas as políticas implementadas, resulta deste bloco central de interesses que se instalou a nível nacional e que efectivamente considerou este País, como quinta sua, e que lhe interessa que se desenvolva nesta faixazinha pequenina, o resto, nós estamos a vê-los ir paulatinamente desaparecer, e desaparecerem-nos ainda mais, se efectivamente a grande região norte for instalada. Meus senhores, felicidades para todos e bom trabalho e aos Senhores Presidentes de Junta concretamente, peço-vos, lutem pelas vossas aldeias, lutem pelas populações que vos elegeram, não se limitem a aceitar passivamente o centralismo da Câmara Municipal, porque os senhores têm a mesma legitimidade democrática que tem qualquer executivo da Câmara Municipal de Bragança.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Vamos então proceder à votação da moção apresentada pelo Senhor Membro da Assembleia, Eduardo Malhão. Vou ler à redacção do último parágrafo, que ficou acordada e que diz assim:

----- “A Assembleia Municipal reunida em 7 de Setembro de 2009 propõe, assim, que o modelo Territorial inclua a cidade de Bragança como cidade de equilíbrio regional, como único modelo que favorece a coesão do território, privilegiando um modelo de rede intra-regional, promove o combate ao centralismo, às desigualdades e assegura competências no relacionamento com as cidades vizinhas da província espanhola de Castela e Leão, como historicamente sempre ocorreu, e reforça o sentido da construção europeia, contrariamente ao modelo proposto pela CCDR-N, voltado para o litoral e de costas para o interior e para o relacionamento transfronteiriço”

----- **Após análise e discussão foi a mesma Moção submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, três abstenções e cinquenta e sete votos a favor, estando momentaneamente sessenta membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** - Inscrições para declarações de voto? Senhor Membro da Assembleia, Lídio Correia, faça o favor.

----- **Lídio Correia** – Concordando embora com a grande parte do teor desta moção, mas efectivamente nós abstivemo-nos porque tinha dito há bocadinho e é essa mente nesse sentido, que o nosso voto dependeria, daquilo que estivesse explícita ou não, na moção. Efectivamente fala-se vagamente de nível regional, agora, que região? Qual delas? A região norte? Mantemo-nos na mesma, continua no Porto, isso não, para nós continua a ser a região de Trás-os-Montes e Alto Douro, essa sim, e quando lá estiver escrito, preto no branco, nós votaremos a favor.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida, faz favor.

----- **Guedes de Almeida** – O meu voto de abstenção foi apenas porque não foram prestados esclarecimentos, não foram prestados e desde já aqui, a minha observação crítica, pela obsessão em amordaçarem-me e desta questão, uma questão que era fundamental para o desenvolvimento do Concelho e da Região do Distrito de Bragança. A questão que eu queria levantar era outras coisas, outras medidas, o PSD esgotou o tempo, eu, subsequentemente,

mais intervenções que ultrapassaram largamente o tempo, nesta plateia tem a ver com a discussão técnica, a lei que regulamente isto, obriga, são responsáveis pela elaboração do PROT, auscultem, ouçam... esses locais, porque a pergunta é ... localmente, fora de artifícios, de outra forma não é, da maneira como o processo decorreu, e foi no sentido dessas informações, que eu quis pedir esclarecimentos, na minha perspectiva, também merecia aquele grito, de andar agora aí, que vai salvar, da... vontade, que dia doze..., precisamente a mesma pessoa que é responsável por este projecto do PROCOM. Portugal, evidentemente, duvidas que, logo nisso, na evolução dos projectos. A abstenção, não fui esclarecido, e julgo que há e poderá haver, digamos assim, alguns contornos relativamente a este processo. E já agora, porque vejo que há má vontade... há aqui uma coisa que passou..., ofendeu-me pessoalmente, eu era incapaz, respeitei-o, e não respondo, por uma questão de respeito que tenho por si.

----- **Presidente da Mesa** – Eu queria esclarecer o Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida, que eu não lhe dei a palavra, porque o PSD já não tinha tempo, portanto neste ponto da Ordem do Dia, o que é técnica e objectivamente bastante diferente. Há tempos, temos mais declarações de voto, Senhor Membro da Assembleia, Luís Vale, faça o favor.

----- **Luís Vale** – Eu votei favoravelmente, enquanto membro da Assembleia em Bragança, e apesar de ter recebido também o ofício da Câmara Municipal de Bragança, eu logo quis também, sim senhor, enviar o ofício e notar a nossa posição, mas comuniquei logo por escrito ao Bloco de Esquerda e o Bloco de Esquerda aconselhou-me a não o fazer, e portanto não o fiz, o Bloco de Esquerda não apelou, nem vai apelar, a posição relativa manteve-se ao próprio e eu individualmente nesta Assembleia, fui eleito pela população de Bragança, discordo, assumo a responsabilidade pela votação que estou aqui a fazer, mas não podia deixar de o fazer.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Vamos passar ao ponto da Ordem do Dia, ao ponto da apreciação da informação do Senhor Presidente da Câmara, sobre o Estado e Vida do Município.

----- **PONTO 4 - PERÍODO DA ORDEM DO DIA**.....

----- **PONTO 4.1 – Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre o Estado e Vida do Município.**

“ESTADO E VIDA DO MUNICÍPIO

Conforme alínea e) do n.º1 do art.º 53 da Lei 5-A/2002, apresento para apreciação a presente informação escrita da situação financeira do Município e das actividades e decisões mais relevantes tomadas pela Câmara Municipal, no período que decorreu desde a última Sessão da Assembleia Municipal, que teve lugar a 8 de Junho de 2009, até à presente data, envolvendo processos agendados para reunião de Assembleia Municipal e outros assuntos, de que se faz uma síntese das principais matérias.

1 - DEPARTAMENTO DE GESTÃO GERAL E ADMINISTRAÇÃO FINANCEIRA

1.1. Divisão Financeira

Foi, nos termos da alínea d) do n.º 3 do art.º 48.º da Lei n.º 2/2007 de 15 de Janeiro, para o primeiro semestre de 2009, feita análise económico-financeira, que dá conta do cumprimento das disposições legais e normas internas, e de que a situação global evolui positivamente, como se refere:

Análise patrimonial – o activo total aumentou 1% (162,7 milhões de € para 164,6 milhões de €); o passivo manteve praticamente o valor, com uma ligeira descida; os fundos próprios cresceram 2% (de 110,7 milhões de € para 112,7 milhões de €).

Ao nível dos proveitos operacionais, registou-se um decréscimo de 1% (89 mil €); decréscimo de 20% em impostos e taxas (sobretudo nas rubricas de impostos directos e impostos indirectos), não compensado pelo aumento com junto em “venda e prestações de serviços” e “transferências e subsídios obtidos”.

Ao nível dos custos, verificou-se que os custos operacionais em 0,5% (39 mil €); o custo de mercadorias vendidas e das matérias primas consumidas decresceu 21% (146 mil €); os fornecimentos e serviços externos registaram uma diminuição de 8% (295 mil €); a rubrica de transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais aumentou cerca de 31% (134 mil €); os custos com pessoal diminuíram cerca de 5% (142 mil €) – nota: aos custos com pessoal não foram imputados parte dos custos correspondentes ao mês de Junho. A variação real nesta rubrica é de 4,98% (166.792,07 €), resultantes do aumento de 11,20% na Segurança Social, de 19,41% dos abonos variáveis e eventuais e 2,94% de remunerações certas e permanentes ; as amortizações do exercício cresceram 35% (502 mil €).

Evolução dos resultados: resultado líquido é positivo e diminui em 71 mil €; os resultados extraordinários são negativos e cresceram 485 mil €, salientando que para este valor

contribuíram o aumento de 796 mil € de transferências de capital comedidas às Juntas de Freguesia e Centros Sociais); o resultado financeiro é positivo e subiu 543 mil €.

Ao nível da execução orçamental, verifica-se que a execução da despesa foi de 43,29% e da receita bruta de 44,12%, valores acima dos registados no ano anterior e acima da média dos municípios de média dimensão. A execução orçamental foi positiva, cumprindo-se o princípio orçamental de equilíbrio.

Feita avaliação a 17 de Agosto de 2009 a execução bruta do Orçamento da receita é de 56,27% (no montante de 25.494.876,33€), para um Orçamento da despesa paga de 53,10% (no valor de 24.057.948,83€) em relação às previsões e dotações corrigidas do orçamento municipal de 2009 no valor global de 45.305.000€.

A cobrança da receita, é composta em 56,93% por receitas correntes, 42,81% de receitas de capital, e as outras receitas contribuem com um valor de 0,25%. Neste período a receita cobrada excede a despesa paga em 1.436.927,50€, sendo que ao nível do saldo corrente, excedentário em 1.841.612,17€, foi utilizado, em parte, para pagamentos de despesas de capital.

Foram, deliberados os seguintes apoios: Transferências para as **Juntas de Freguesia**, no valor de **593.202,85€**. Transferências para **Instituições Associativas e Centros Sociais** no valor de **455.761,65€**.

1.1.2. Secção de Património/Notariado e Aprovisionamento - foram inventariados 201 bens móveis e abatidos 95 bens móveis. Quanto a bens imóveis, na rubrica terrenos e recursos naturais do domínio privado, concluíram-se com êxito, os seguintes processos:

Aquisição de um prédio rústico com a área de 24.469 m², na freguesia de Sortes, para ampliação da Zona Industrial de Mós pelo valor de 40.373,85€; Parcela de terreno, com a área total de 30.000m², sita na freguesia de São Pedro de Serracenos, cedida pela mesma através do Alvará de Loteamento Urbano n.º 3/2008; Registo de loteamento com vinte e oito lotes de terreno com a área de 8.701,00 m², sito em São Tiago, freguesia da Sé, destinados a construção de habitação para jovens casais.

Na rubrica **Outros Edifícios**, foi efectuado o registo do Forno da Fábrica do Campo Redondo, relativa a compensação decorrente de operação de loteamento urbano, com a área total de 385,00 m², sito no Campo Redondo, freguesia da Sé, com um valor patrimonial de 51.216,75€.

Na rubrica **terrenos e recursos naturais de domínio público**, foram efectuados os registos de: Logradouro público com a área de 764,00 m² sito na zona da Estacada (traseiras do Governo Civil), com o valor de 24.830,00€; Parcela de terreno, com a área de 2.000,00 m², sito no Couto, limite da freguesia de Santa Maria, destinado a espaços verdes, com o valor de 65.000,00€; Parcela de terreno com a área de 1.443,00 m², destinada à construção do acesso ao Centro Escolar de Santa Maria e outros fins públicos de interesse público, com o valor de

46.897,50€; Parcela de terreno, com a área de 2.800,00 m² sita no Couto, limite da freguesia de Santa Maria, para instalação de equipamento público, com o valor de 91.000,00€; Terreno com a área de 401,00 m² destinado à construção do projecto da “Duplicação da Avenida General Humberto Delgado e Construção de Passagem Desnívelada”, com o valor de 13.032,50€; Terreno com a área de 11.333,30 m² destinada a arruamentos do loteamento de São Tiago – 1ª fase com o valor de 112.600,86€.

Na rubrica **Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto**, foi efectuado o registo da quota por participação na Associação do Parque de Ciência e Tecnologia do Porto.

Foram outorgadas as necessárias **Escrituras Públicas de Venda**, no valor total de 55.425,25€, **de Compra e Cedência** no montante global de 1.015.373,85€; e uma **Escritura de Justificação** de uma parcela de terreno para construção, com uma área total de 14.847,42 m², sita na Av. General Humberto Delgado, da freguesia da Sé, com o valor patrimonial de 2.486.580,00€.

No âmbito das cedências de bens imóveis a outras entidades realizadas através de contratos de comodato, foram cedidas: a Escola Primária de S. Sebastião, à Bribanda – Associação da Banda Filarmónica de Bragança, para instalação da Sede Social; a Escola Primária da Estacada, à Casa do Trabalho Doutor Oliveira Salazar; Escola Primária e Jardim-de-infância de Izeda, à Junta de Freguesia de Izeda, para instalar a “ADRI” (Associação de Desenvolvimento da Região de Izeda), à “Associação de Caçadores” e à “Associação Norte Agrícola”; Escola Primária da Estação, à “Associação Reaprender a Viver”, para instalação da sede da Associação, gabinetes de apoio ao utente e formação.

No âmbito de divisão foi aprovada a aquisição de terreno sito no Bairro da Coxa, destinado a zona verde, com a área de 1.921 m², pelo preço total de 49.561,80€.

Aprovada a reserva do Lote N.º 191 da Zona Industrial das Cantarias à Empresa Manuel Augusto Reis & Filhos, Lda., com a área de 1.880m², pelo valor de 32.599,20€.

1.2 - Divisão Administrativa

No âmbito desta Divisão, destacam-se para além da actividade diária de preparação de agendas para Reunião de Câmara e Assembleia Municipal: produção de certidões; registo e classificação de documentos; emissão de certificados de Registo de Cidadãos da União Europeia. Assegurados o apoio e procedimentos associados aos processos eleitorais para as Eleições Legislativas e Autárquicas.

1.2.1 - Secção de Recursos Humanos – encontram-se a decorrer nesta secção os seguintes processos; 4 contratos de trabalho a termo resolutivo; 6 aposentação/pensão de sobrevivência; 5 processo concursais por tempo indeterminado. De salientar também, a colocação de 6 subsidiadas afectas ao Centro de Emprego de Bragança, perfazendo um total actual de 13.

Estão a decorrer 4 **estágios profissionais** ao abrigo do PEPAL e 27 estágios curriculares, integrados na formação académica dos respectivos estagiários.

No âmbito da **Formação**, foi desenvolvido todo o processo relativo a 3 acções de formação.

Na **Secção de Cadastro e Remunerações**, são realizadas as tarefas de processamento de salários, e informação de controlo de despesa com pessoal.

No **Sector de Arquivo**, foram disponibilizados, para consulta, mais de 152 documentos e processos diversificados, de salientar a incorporação de 30,7 metros de massa documental, tendo sido avaliada para posterior eliminação, cerca de 15 ml de documentos.

No âmbito do Arquivo Histórico, de salientar a finalização da organização da Hemeroteca (jornais).

1.3 - Divisão de Informática e Sistemas

Destacam-se como actividades mais relevantes: Lançamento do novo site da Câmara Municipal de Bragança (<http://www.cm-braganca.pt/>). O site sofreu uma profunda reestruturação. A par de um novo visual, mais dinâmico e moderno, tem novos conteúdos e pontos de interesse diversificados, disponibilizando um vasto conjunto de informação sobre a vida do Município. O site evoluiu no sentido de se aproximar mais às necessidades dos cidadãos e aposta na dinamização de eventos, notícias e multimédia (fotos e vídeos).

A par do site da autarquia foram lançadas as presenças online do Centro de Arte Contemporânea Graça Morais, Teatro Municipal de Bragança, Museu Ibérico da Máscara e do Traje, e da Biblioteca Municipal incluindo conteúdos sobre a Biblioteca Adriano Moreira, Secção de Adultos e Secção Infantil.

Em cada um deles é possível consultar a programação, eventos, localização, aceder a visitas virtuais ou a lojas online..

Lançado, também, o portal geográfico onde é disponibilizada informação georreferenciada referente aos **Planos Municipais de Ordenamento do Território (PMOTs)**, respondendo às especificações do decreto-lei 56/2007 de 31 de Agosto.

2 - DEPARTAMENTO SÓCIO CULTURAL

2.1 – Sector de Educação – Destaque para as actividades mais relevantes do sector: Apoio à preparação de concurso de aquisição de serviços para o fornecimento de refeições aos alunos das Escolas Básicas 1º Ciclo do Concelho; organização do processo de aquisição de livros para os alunos das EB1, integrados no Escalão 1; organização do processo de abertura de concurso para aquisição de serviços para as actividades extracurriculares no Ensino de Música, Inglês e Educação Física; participação na Festa do Dia da Criança de 2009.

2.2 - Área Cultural

Centro de Arte Contemporânea Graça Morais – Nas sete salas de exposição destinadas à pintora Graça Morais, encontra-se patente a exposição “Sagrado e Profano – 1986/87”. Inaugurada, a exposição, no dia 30 de Junho, vai estar patente até ao dia 15 de Outubro.

Está patente desde o dia 30 de Junho a 15 de Outubro, no núcleo de exposições temporárias a exposição Paula Rego – Na Colecção de Manuel de Brito.

Durante estes três meses foram realizadas várias visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da Cidade e de vários pontos do país e do estrangeiro. De salientar que durante estes meses foram organizadas várias visitas guiadas ao Museu efectuadas por crianças que participaram nos tempos livres da Câmara e de outras entidades da cidade.

Durante os meses de Maio, Junho e Julho 5938 pessoas visitaram o Centro de Arte Contemporânea Graça Morais. Desde a abertura, 21.043 pessoas visitaram o Museu.

Museu Ibérico da Máscara e do Traje - Durante os meses de Maio, Junho e Julho, 2881 pessoas visitaram o Museu.

Durante estes dois meses foram realizadas várias visitas guiadas, solicitadas por escolas e instituições da cidade e de vários pontos do país e estrangeiro.

Teatro – Em Junho e Julho tiveram lugar 24 espectáculos, com uma lotação global de 4.989 espectadores, a que corresponde uma taxa média de 82%.

Biblioteca Municipal - Durante o Junho foram contabilizados 2628 utilizadores, em todos os serviços existentes na biblioteca e em Julho 2803.

Durante os meses de Maio e Junho esteve patente nas instalações da Biblioteca, a exposição “ Dos Primórdios da Escrita e do Livro até à Era Digital”.

No dia 08 de Junho, integrada no programa da Feira do Livro foi inaugurada a exposição “José Saramago – Estudos e Reflexões”.

Integradas, também, na Feira do Livro decorreram várias actividades para os mais pequenos e para os mais idosos na secção Infantil.

No dia 27 de Julho decorreu a assinatura do Protocolo de parceria com o Plano Nacional de Leitura, com o objectivo de promoção da leitura, assumida como factor de desenvolvimento individual e de progresso colectivo.

Biblioteca Adriano Moreira - No dia 17 de Junho, foi inaugurada a Biblioteca Adriano Moreira com a presença de Sua Excelência o Presidente da República, tendo-se iniciado o processo de limpeza, organização e catalogação.

Exposições – Nos meses de Junho e Julho, estiveram patentes, nas salas 1 e 2, do Centro Cultural as exposições: Implicarte – Mostra de Artes Dramáticas, Musicais e Visuais, dos cursos de formação artística em funcionamento na Escola Superior de Educação de Bragança e “Encontros Perfeitos”, pintura de Fernando Pereira. De 4 de Agosto a 27 de Agosto: ONIK SAHAKIAN – surrealismo romântico, com o apoio da Fundação Calouste Gulbenkian. Pintor Iraniano, assistente durante 20 anos de Salvador Dali. Exposição de cartografia das Invasões francesas.

Eventos: - De 05 a 09 de Junho decorreu nos Claustros do Centro Cultural a **XX Feira do Livro**, salientando-se o intercâmbio com escritores de León, tendo-se procedido à assinatura do Protocolo de Colaboração entre a CMB e a Associação de Livreiros de León; **XI Festival de Folclore da Cidade de Bragança** – decorreu no dia 11 de Julho, em parceria com a Associação

Cultural e Recreativa da Mãe de Água com a participação de seis ranchos folclóricos; **Lombada – Festival de Música e Tradição 2009** - Nos dias 24, 25 e 26 de Julho, com o apoio da Câmara a Associação Cultural, Recreativa e Ambiental de Palácios organizou mais um Festival de Música e Tradição em Palácios; **Festas da Cidade 2009** - De dia 25 Julho a 14 de Agosto, decorreram na Praça Camões as Verbenas que têm essencialmente dois objectivos: o de dar oportunidade aos jovens músicos da cidade, de actuarem no período festivo, tendo, assim, a oportunidade de alcançarem novos públicos e o de proporcionar animação no período que antecede as Festas da Cidade.

Nos dias 15, 16 e 17 de Agosto, realizou-se, pela terceira vez em Bragança, na Cidadela, a Festa da História, com o intuito de aliar ao património histórico ímpar da nossa cidade, à nossa identidade como cidade secular, o ambiente da época medieval, com todo o imaginário que envolvem as recriações históricas.

De 18 a 21, no Parque Eixo Atlântico, como tem vindo a acontecer nos anos anteriores, houve uma animação mais intensa, com um variado número de grupos, espaço único espaço com capacidade para receber com condições de comodidade e segurança a logística inerente à presença de dezenas de milhares de pessoas. O Programa das Festas da Cidade incluiu, ainda, variadas actividades desportivas, promovidas em colaboração com as Associações e Clubes.

O dia 21 de Agosto foi dedicado aos agricultores, onde se destaca o Concurso Concelhia de Bovinos de Raça Mirandesa e a Achega de Touros.

O programa terminou com a celebração do dia da Padroeira da Cidade, Nossa Senhora das Graças, com missa na Catedral e procissão Solene, com a presença de cerca de duas dezenas de andores de outras paróquias.

2.3 - Área do Desporto - De salientar como actividades mais representativas: Apoio / organização no Torneio Regional de Natação; festa de encerramento das actividades orientadas da piscina municipal; participação nos Jogos do Eixo Atlântico na Cidade da Coruña; comemoração do 5.º Dia do Desporto (650 participantes); realização das férias desportivas e culturais de 2009 (288 participantes). Foram realizadas no período, 4 caminhas/passeios pedestres, com a participação de cerca de duas centenas de pessoas, nas localidades de Coelhooso, Pereiros, Gimonde e Caminhos de Santiago.

No âmbito utilização dos equipamentos desportivos, de salientar que nos meses de Junho e Julho, a piscina teve 9968 utentes e os pavilhões 8470.

2.4 – Habitação e Acção Social –

Acção Social – organização e realização do VI Encontro de Idosos do Concelho, no Santuário de Nossa Senhora da Serra, com uma ampla e significativa adesão de parceiros sociais e participantes oriundos das várias Freguesias e aldeias do Concelho de Bragança, destaque para os seguintes números: 3500 participantes estimados; 1700 inscritos transportados; 22 IPSS e Associações do Concelho; 34 autocarros requisitados para este evento (40 circuitos garantidos); apoio de várias Instituições.

Atendimento social; realização de visitas domiciliárias nas Freguesias rurais e urbanas. Participação na apresentação do espaço de mediação familiar (mediação pública – O SMF tem competência para fazer a mediação de litígios que surgem no âmbito das relações familiares. Foram concentrados esforços, no âmbito da Acção Social Escolar, em processos relativos à CPCJ de Bragança, e colaboração em processos do Rendimento Social de Inserção (RSI). Gestão, acompanhamento e classificação dos processos de redução ou isenção no preço dos passes escolares, relativos ao ano lectivo 2009/2010.

No **Sector da Habitação Social**, destaque a sinalização e acompanhamento de casos de pedidos de habitação urgentes; estudo técnico específico de casos prioritários para nova fase de realojamentos; intervenção na recuperação de casas vagas destinadas para o plano de realojamentos; estudo e aplicação dos critérios constantes no “Reforço das Medidas de Apoios Social às Famílias Carenciadas”, especificamente as medidas de incentivo à regularização de dívidas de renda e venda de imóveis de habitação social com redução de 30% sobre o valor patrimonial;

Banco de Voluntariado – planeamento de acção de formação dirigida a voluntários inscritos no Banco Local de Voluntariado, realização da acção de sensibilização com a temática “Educar para Consumir”, realizada nas instalações do Centro Social e Paroquial do Santo Condestável, para beneficiários de RSI.

Apoios ao abrigo do Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, no âmbito dos processos de regularização de dívidas de água e de carácter pecuniário para colmatar as necessidades urgentes decorrentes de situações excepcionais e devidamente fundamentadas.

2.5 - Área do Turismo – Durante os meses de Junho e Julho, nos Posto de Turismo foram atendidos 3909 turistas. No mês de Junho 318 portugueses, 1168 estrangeiros e em Julho 390 portugueses e 2033 estrangeiros. Os Espanhóis foram os Estrangeiros que mais procuraram o Posto de Turismo. Durante este período foram realizadas várias visitas guiadas.

3 - DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

3.1 – Divisão de Obras

Concursos - Foram neste período abertos 13 concursos de onde se pode destacar o concurso para o acesso ao Centro Escolar de St.ª Maria.

Adjudicações - Neste período foram adjudicadas obras e fornecimentos num valor de 219.844,45€ de onde se destaca a Pavimentação de Passeios Diversos na Cidade.

Facturação - Neste período foi realizada uma facturação no valor de 2.392.236,63€ para empreitadas e 97.505,33€ para outras acções.

No âmbito desta Divisão foram aprovados os seguintes assuntos: adjudicação definitiva da obra de Pavimentação da Via Municipal C.M.1050, de Sortes a Lanção, pelo valor corrigido de 240.212,75€+IVA; execução de área de pernoita de auto caravanas; adjudicação da empreitada de pavimentação do C.M. 1042 de Nogueira a Castanheira, do acesso do cemitério de Mós e

do C.M. de Sendas a Fermentãos, pelo valor de 321.107,50€+IVA; adjudicação da empreitada de passeios diversos na Cidade, pelo valor de 176.317,82€+IVA; adjudicação do projecto de reconversão urbanística da zona do Forte de São João de Deus (complexo desportivo do Trinta); adjudicação para a execução do “Elemento Escultórico de Homenagem ao Bombeiro Voluntário”; contratação pública para a execução da rede de saneamento básico nas Quintas de Montesinho – Coelhooso, estimando-se em 83.000,00€+IVA; abertura de procedimento para aquisição de uma escavadora de rastos, com um valor estimado de sem IVA de 205.000,00€; adjudicação da empreitada de pavimentação do circuito de manutenção dos Jardins da Braguinha, pelo valor de 42.780,00€+IVA; adjudicação da empreitada de repavimentação dos Bairros da Cidade – Bairro Rubacar, pelo valor de 57.237,00€+IVA; abertura de procedimento relativo à empreitada de “Pavimentações Diversas. Acesso ao Centro Escolar de Santa Maria”, estimando-se em 144.871,83€+IVA.

3.3 - Divisão de Equipamento

Equipa de conservação de vias urbanas/conservação de edifícios - 20 intervenções com destaque para a reparação de fogos no Bairro Social da Mãe D’Água.

Parque de equipamento - Para além do apoio corrente às Juntas de Freguesia, destacam-se os trabalhos de limpezas e manutenções da rede viária municipal e ainda, o início do alargamento da estrada de ligação a Laviados.

Armazém - Destaque para a evolução de melhoria contínua no controle e gestão global centralizada, incluindo melhoramentos nas instalações físicas.

4- DEPARTAMENTO DE SERVIÇOS MUNICIPAIS

4.1 - Divisão de Saneamento Básico

Procedeu, para além dos trabalhos correntes de manutenção das redes, no decurso dos meses de Junho e Julho, aos seguintes trabalhos: mudanças de nome de cliente – 96 processos; execução de novas ligações – 65; desistências – 155; ligações após corte – 34; substituição de contadores – 113; fugas/reparações – 68; reparação em escolas/edifícios públicos – 15.

Outros trabalhos relevantes – Trabalhos na Cidade: Ligação de água para as festas da cidade 2009 e execução de três reparações na adutora entre a barragem e a ETA.

Trabalhos nas aldeias do Concelho: **Baçal** – instalação de um reservatório de 30m³; Estrada de Donai – Ampliação da rede de abastecimento de água; **Quintanilha** – Instalação de um desferretizador.

Outros trabalhos: em execução as empreitadas: “Renovação do sistema de adução de água em alta na aldeia da **Réfega**” e “Conclusão da rede de saneamento básico na localidade de **Calvelhe**”. Ainda, a conclusão da empreitada: “Ampliação da rede de saneamento básico na localidade de **Parada**”.

No âmbito da **Secção de Saneamento**, realizaram-se os seguintes trabalhos: manutenção da rede situações de substituição de tampas e grelhas; execução de ramais domiciliários ; desobstrução de colectores e limpeza de fossas na área rural do Concelho.

Trabalhos realizados na Cidade: Bairro da Toucas (Estrada de Vinhais) – Execução da rede de saneamento básico; Rua do Carvalhos (Rotunda do Lavrador) – Ampliação da rede de saneamento básico; Rua das Amendoeiras – reparação do colector de saneamento.

Trabalhos nas aldeias do Concelho: **Sarzedá** – ampliação da rede de saneamento básico; **Sorte** – ampliação da rede de saneamento básico; **Parada** – Reparação da descarga da fossa; Outros trabalhos: em execução o projecto “Rede de saneamento básico da **Freixeda**”

4.2 - Divisão de Defesa do Ambiente

Espaços Verdes – De destacar como actividades mais relevantes: Limpeza dos espaços envolventes ao Polidesportivo do Bairro Artur Mirandela, ao Matadouro Municipal, áreas de cedência da Zona Industrial, do Bairros S. Sebastião e S. Bartolomeu, Formarigos, Vale Chorido, Braguinha e Fraga Slevagem; Manutenção de todos os espaços verdes do CEE; Arranjo Paisagístico do Rotunda junto ao IPB; Manutenção dos diversos jardins e espaços verdes da Cidade; Apoio na manutenção do Estádio Municipal; Manutenção do Separador da Av. Pavillon Sous Bois; Apoio nos trabalhos das Festas da Cidade; Limpeza dos Claustros da Igreja da Sé; Recuperação integral dos percursos pedonais do Jardim da Braguinha, com aplicação de betuminoso colorido e limpeza de WC's públicos.

Actividade Veterinária - Captura e abate sanitário de 11 canídeos errantes.

Sinalização - colocação e manutenção de sinais. Marcações de sinalização horizontal diversas.

Mobiliário Urbano - reposicionamento e manutenção de mobiliário urbano.

Resíduos Sólidos Urbanos – acompanhamento do processo de limpeza, recolha e tratamento, tendo ocorrido uma redução dos valores de produção de RSU's de aproximadamente 3 %. Foram instalados durante o mês de Julho, 22 novos ecopontos na cidade de Bragança, privilegiando se as zonas próximas a estabelecimentos de ensino e zonas comerciais. Foram afixados autocolantes nos contentores de RSU's, sensibilizando os munícipes para as regras de deposição de resíduos.

Espaços de Jogo e Recreio - foram concretizadas 25 acções de manutenção de equipamentos municipais, envolvendo a reposição de equipamento vandalizado/danificado. Foram ainda reequipados os parques infantis da Braguinha e Estação, importando um custo total de 58.970,796€.

Cemitérios Municipais – asseguradas as inumações, transladações e acompanhamento da construção de sepulturas e capelas.

Gabinete Técnico Florestal - actividades mais representativas: efectuada a digitalização das áreas ardidadas, dos levantamentos efectuados pelas equipas de polícia Florestal da GNR; no âmbito do programa de realização de queimadas, promovido pela CMDFCI, foi efectuada uma

queimada na freguesia de Cova de Lua; elaborado e apresentado à CMDFCI, o Plano Operacional Municipal -2009.

4- PROTOCOLOS - Aprovados os seguintes protocolos:

Protocolo de Cooperação entre o Instituto Gulbenkian de Ciência e o Município de Bragança, o Município de Mogadouro, o Município de Vila Flor, a Escola Secundária de Torre De Moncorvo o qual tem como objectivo estabelecer as condições de cooperação entre as instituições para a realização de 6 (seis) estágios.

Contrato de Comodato de Cedência de um Edifício Municipal, sito no Bairro da Portela, Freguesia de rebordaínhos, em bragança, designado de escola primária de rebordaínhos, à associação social, Cultural e Recreativa de Rebordaínhos (ASCRR) destinando à instalação de um Centro Social; Protocolos de Colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e as Associações, Clubes e IPSS; Contrato de Comodato de Cedência de um Edifício Municipal, sito em Freireiro - Vilarinho, designado de Escola Primária de Vilarinho, a Arbaceiro - Associação Recreativa, Cultural e Ambientalista de Vilarinho e ao Conselho Directivo dos Baldios de Vilarinho, tendo em vista a instalação das sedes sociais.

Contrato de Comodato de Cedência de um Edifício, sito no Bairro da Estação, em Bragança, ao Rotary Clube de Bragança, Universidade Sénior e Clube Sénior. Acordo para a mobilidade eléctrica estabelecido entre o Estado Português e o Município de Bragança, tendo como objectivo de permitir a introdução e a utilização de veículos eléctricos, no Município Bragança, que integra a «Rede Piloto da Mobilidade Eléctrica», tendo em vista a promoção da mobilidade eléctrica e a melhoria do ambiente e da qualidade de vida dos cidadãos do respectivo Município.

Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e a Fábrica da Igreja Nossa Senhora das Graças, no âmbito da realização das Festas da Cidade de Bragança 2009, no montante previsto de 180.000,00€.

Protocolo de Colaboração entre a Câmara Municipal de Bragança e o NERBA, para a realização da Norça/Norpesca - 8ª. Feira Internacional do Norte, a ter lugar no período de 22 a 25 de Outubro de 2009, com um montante estimado de 66.000,00€.

Protocolo de apoio financeiro para construção do Centro Académico do IPB, no montante de 100.000,00€, para albergar as sedes da Associação Académica do IPB, da Associação de Estudantes Africanos em Bragança, da Associação Apoio ao Aluno Estrangeiro, as Tunas Masculina e Feminina do IPB e o Teatro de Estudantes de Bragança.

5 – Outros assuntos:

Aprovada a candidatura apresentada ao Programa Move Together, de financiamento da União Europeia que pretende aumentar o envolvimento e a participação dos municípios para a mobilidade urbana sustentável.

Atribuição do prémio à cidade de Bragança, pelo Jornal Planeamento e Cidades, na categoria de “Planeamento Estratégico – Ecologia Urbana”, para o Plano Estratégico para a Eco Cidade de Bragança.

Visita de Sua Excelência o Presidente da República no dia 17 de Junho tendo presidido às inaugurações do Elemento Escultórico alusivo aos Caretos da Região de Bragança e da Região de Zamora; Avenida Cidade de León; Sede Portuguesa da Fundação Rei Afonso Henriques; Praceta Adriano Moreira e Biblioteca Adriano Moreira.

A Faculdade de Direito de Lisboa, com o apoio da Câmara Municipal de Bragança, promoveu o II Curso de Direito e Interioridade, sob o tema “Interioridade e Europa das Regiões”, que decorreu nos dias 19 e 20 de Junho de 2009.

O Município foi distinguido com o Título “Município por Excelência”, atribuído pelo Instituto Fontes Pereira de Melo, distinção atribuída no passado mês de Junho e com o título de Município Pró Família, atribuiu no passado mês de Junho, pela Confederação Nacional das Associações de Família.

Aprovado o plano de contingência da Câmara Municipal de Bragança para a gripe A (H1N1).

Aprovadas as condições gerais de venda de 28 lotes para construção de habitação, no Loteamento Municipal sito no Antigo Campo de Aviação/S. Tiago em Bragança.

PROT–N – Cidades de Equilíbrio Regional – Aprovada contestação ao Modelo Territorial apresentado pela CCDR-N.

Aprovada tomada de posição da Câmara Municipal de Bragança sobre a colocação dos docentes do quadro de zona pedagógica de Bragança

Tomado conhecimento do Relatório de Actividades do Ano de 2008 da Unidade Móvel de Saúde do Concelho de Bragança.

Aprovado aceitar a doação de veículo de um combate a incêndios para Aeródromo Municipal de Bragança, oferecido pela Força Aérea Portuguesa, ao qual foi atribuído o valor de 94.771,00€.

Aprovada a cedência de direito de superfície de uma parcela de terreno no Aeródromo Municipal à Aerovip - Companhia de Transportes e Serviços Aéreos, S.A. para construção de um hangar no Aeródromo Municipal.

Tomado conhecimento da assinatura de dois Protocolos de Financiamento; um deles no âmbito do Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano – Política de Cidades – Parcerias para a Regeneração Urbana, procedeu à assinatura do Protocolo de Financiamento, do projecto designado por “Bragança Activa”, envolvendo um investimento elegível 5.923.495,00€, tendo como parceiros a Fundação Rei Afonso Henriques, Instituto Politécnico de Bragança e Associação Regional de Ciclismo e Cicloturismo de Bragança; o outro no âmbito do Eixo Prioritário IV – Qualificação do Sistema Urbano – Política de Cidades – Redes Urbanas para a Competitividade e Inovação, foi aprovado o projecto designado por “ecoCITRAS – Rede de Cidades Ecológicas e Inovadoras de Trás-os-Montes”, envolvendo um investimento elegível de 15.000.000,00€, sendo Chefe de Fila a Câmara Municipal de Bragança.

Município de Bragança, 20 de Agosto de 2009

O Presidente da Câmara Municipal

António Jorge Nunes, Eng.º Civil”

----- **Presidente da Câmara** – Cumprimento o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, restantes Membros da Mesa, Senhores Deputados, Senhores Presidentes de Junta, Comunicação Social. Permitam-me que me dirija, em nome da Câmara Municipal uma primeira palavra de apreço ao Senhor Presidente da Assembleia Municipal, pela forma prudente e inteligente como valorizou e ajudou a dignificar os trabalhos do Órgão Deliberativo do Município, palavra extensiva aos Senhores Deputados Municipais e aos Senhores Presidentes de Junta, dirigindo esta palavra de apreço principalmente àqueles que por qualquer razão não integram as novas listas.

----- Relativamente ao Estado e Vida do Município, não poderei deixar de fazer uma abordagem ainda na área da questão do PROT. Eu hoje recebi via informática que foi constituído a elaboração de uma lista fundamental, integrou todos os dossiers relacionados, associações empresariais, associações de municípios, autarquias, representantes de etc.. Em princípio os actores regionais estiveram presentes na comissão de coordenação, na de coordenação, até à fase da discussão pública, o nosso representante é a plataforma que serviu de base à elaboração dos trabalhos das múltiplas ... completas, vê que o representante do Município de Bragança foi das pessoas mais interventivas ao longo de todo este processo.

----- Houve muita gente que se esqueceu da importância de colaborar e participar na elaboração de um plano ordenado e que entenderem situações presentes e futuras que essa reflexão vai trazer à região de assimetria e muita gente deveria ter participado, cada qual nos seus locais, representam um Distrito, ser activos também neste processo, há muita qualificação, responsáveis com membros dessas instituições, que tinham a obrigação de acompanhar e participar, não se trata de uma missão do Município, o Município fez o seu papel de uma forma muito activa e reconhecida dentro da Comissão de Coordenação. Há muitos Municípios, da nossa região, da Região Norte do País que não têm uma única concertação desta forma, o nosso Município têm diversas qualificações específicas da nossa região e de carácter geral, está escrito. Fizemos a segunda parte da discussão pública, fazendo um apelo, não foi um apelo de derrota, foi uma apelo popular, digamos, de quem não se

rende, numa atitude e uma visão e que olha para as proximidades da área metropolitana do Porto de forma progressiva é uma política de anos, não é uma política crescente, nós queremos remover com essa política e fazer entender e perceber é de quem tem responsabilidades e há mais oportunidade. Também é preciso valorizar o nosso trabalho, olhar pela nossa auto-estima, perdemos muito tempo a dizer mal de nós próprios, muito do tempo que utilizamos no debate político é a dizer mal de nós próprios, é rentabilizar algum desse tempo a falar daquilo que se faz de bem, a puxar pela nossa auto-estima, porque também se fazem coisas bem, não é tudo mal, é preciso termos também essa percepção e esse conhecimento, ou seja, pelos menos, nesta fase da discussão pública, o Município teve o cuidado, quis ser diligente no sentido de informar de forma extensiva os cidadãos residentes na região, também nos dirigimos a instituições de solidariedade social, outras instituições da região, quisemos alertar os cidadãos da região, que estão fora da região, noutras partes do País ou fora do País, para se poderem pronunciar também relativamente a este processo, e há gente que o fez e há gente que está cá e não o fez e podia tê-lo feito, portanto, quisemos dirigi-los às instituições públicas, privadas e de actividade de solidariedade social, fizemos aquilo que nos competia, estamos de consciência tranquila, numa atitude empenhada e de luta e de quem não se rendem, face a uma proposta que entendemos não servir os interesses da região de Bragança e quando essa confusão e mistura, no sentido de salientar de que, Bragança é que quer polarizar e quer centralizar, assim, eu quero que as regiões, no âmbito do planeamento Nacional do Norte, tem que ter alguém que integre e polarize, não vale a pena andar..., nas outras regiões, também se verifica que polariza, depois não há capacidade de difundir... portanto, essa nota tem que estar bem subjacente para nós, basta sabermos o que é estratégica que deve conduzir, em função da região do centro do Porto, e nós temos tido essa atitude de participação e nós não estivemos sozinhos nesse processo, chamamos os

----- Continuamos sobre o Estado e Vida do Município, saliento que a da execução financeira, tínhamos em 17 de Agosto de 2009, igual execução de 52,7 de receita, num montante de 25,5 milhões de euros e a execução de despesa 53,10%, o que significa que feita uma projecção para Dezembro de 2009, estaremos com grau de execução, provavelmente superior ao de 2008, já em 2008 estamos com um nível de execução superior à média dos Municípios de média dimensão.

----- Ao nível das transferências para as Juntas de freguesia e instituições sociais, transferiram-se respectivamente neste período 593 mil euros e 425 mil euros, uma atitude,

não de centralismo com as Juntas de Freguesia, como dizia o Senhor Deputado Lídio Correia, nos Boletins Municipais, são um bocadinho evidentes, da parceria de trabalho que existe entre a Câmara Municipal e as Juntas de Freguesia, são bem elucidativas, para ver o trabalho que é feito, se o Governo Central tivesse uma atitude idêntica, provavelmente as coisas correriam de forma diferente

----- Ao nível da Secção de Património/Notariado e Aprovisionamento, está na informação distribuída aos Senhores Deputados, um bom número de informações relacionadas com o registo de bens do domínio privado, vários processos que foram concluídos, um prédio rústico de 24,469 m2, em Sortes, adquirido para ampliação da Zona Industrial de Mós; uma parcela de terreno em S. Pedro de Sarracenos que se regularizou com a Junta de Freguesia, que já durava há algum tempo e destinado a equipamentos desportivos; o registo de um loteamento como 28 lotes destinados a casais jovens, processo que relativamente ao qual está a decorrer uma bolsa de candidatura até 15 de Outubro; na rubrica de terrenos e recursos naturais, foram feitos vários, conforme a inscrição muito extensa, foram realizadas algumas escrituras de justificação, saliento o terreno ao lado da Segurança Social, que constatamos ser de facto do Município, permaneceram dúvidas durante, muito tempo relativamente, se esse terreno era do Estado ou se era um terreno omissos, na verdade, quando realizamos uma exposição no Centro Cultural Municipal, relativa, com documentos do Arquivo da Câmara Municipal, constatamos que num processo de permuta antigo, entre o Estado e a Autarquia, aquela parcela de terreno tinha sido entregue ao Município como compensação de outras áreas que recebeu, na altura da construção do Forte S. João de Deus. A partir dessa base e conhecido esses documentos, procedemos ao registo, através de escritura de justificação a favor do Município de Bragança. Também outras compras que fizemos na zona da Coxa, para ampliação do jardim público, no valor de 49,150 mil euros,

----- na Divisão de Informática e Sistemas e Divisão Administrativa os procedimentos têm decorrido com regularidade, seja nos recursos humanos, remunerações, seja no sector de arquivo. Na Divisão de Informática queria destacar o trabalho principal relacionado com o lançamento do novo site da Câmara Municipal de Bragança, com bastante mais informação, mais atractivos e mais acessível. Dentro desse trabalho está incluído a colocação de informação relacionada com os Planos Municipais de Ordenamento do Território, outros nossos planos que estão aprovados começam a estar acessíveis, directamente aos senhores, através do site do Município.....

----- No Departamento Sócio Cultural, no Sector de Educação, a preparação do ano lectivo, na área cultural estão identificados os principais trabalhos desenvolvidos, sejam no Centro de Arte Contemporânea, as exposições, com as actividades e números de visitantes, neste momento a mesma informação para o Teatro e para a Biblioteca Municipal, para a Biblioteca Adriano Moreira, já instalada e em fase de catalogação de todo o espólio recebido, as exposições que estão no Centro Cultural.

----- Ao nível de eventos, destacar os principais eventos decorrendo naquele período, festival de folclore da cidade, festival de música e tradição e das Festas da Cidade.

----- Na área do desporto, vários trabalhos foram desenvolvidos.

----- Na área da Acção Social, o VI encontro de Idosos, vários encontros com o apoio das IPSSs.--

----- No sector de Habitação Social, um conjunto de medidas que foram implementadas no sentido de facilitar o pagamento de rendas, resolver situações de alguma precariedade. Lançámos dois concursos na área da habitação social, no sentido de substituir toda a caixilharia dos Bairros Sociais, no sentido de criar melhores condições de conforto às famílias e também reduzir a factura em termos de aquecimento, uma caixilharia melhor, com menos encargos de manutenção para o Município, é uma operação a desenvolver por fases, irá representar um investimento significativo do Município.

----- Na área do Turismo, alguma informação.

----- Na parte da Divisão de Obras, salientar que foram feitas algumas adjudicações, conforme constam da respectiva informação que vos foi dada. As obras que foram lançadas estão numa fase de finalização, significa que têm decorridos dentro dos calendários, às adjudicações feitas, aos contratos. Os trabalhos da Avenida General Humberto Delgado, anteciparam-se de uma forma muito significativa e da parte do Saneamento Básico uma informação exaustiva de alguns trabalhos de melhoria das redes de captações na parte rural, também na parte urbana, mas fundamentalmente na parte rural.

----- Na da Divisão da Defesa do Ambiente há informação extensiva relativa aos espaços verdes, à actividade veterinária, à sinalização, ao mobiliário urbano, aos resíduos sólidos urbanos, aos espaços de jogos ou recreios, cemitérios municipais e também a parte florestal. .

----- Há um conjunto de protocolos que estão identificados e que foram realizados no período em causa.

----- E também nos outros assuntos, queria destacar que Bragança, O Jornal Planeamento e Cidades, prestigiado jornal na área do planeamento, que atribuiu a Bragança o primeiro prémio de planeamento estratégico, galardão que foi recebido na Fundação Serralves. Também durante período decorreu a visita de Sua Excelência, O Presidente da República, decorreu o 2º Curso de Direito e Interioridade. Também ao Município foi atribuído galardão de “Município por Excelência”, atribuído pelo Instituto Fontes Pereira de Melo e a Confederação Nacional Associações de Famílias, atribui o titulo ao Município, de “Município Pró-Família”, galardões que serão recebidos depois das eleições de Outubro, nós não quisemos recebe-los em cerimónia pública nesta fase.

----- Foram assinados Protocolos de Financiamento no âmbito de candidaturas a projectos comunitários, no âmbito do Eixo Prioritário IV - Qualificação do Sistema Urbano - políticas de Cidades, em que foi aprovado o projecto de Bragança Activa, projecto para a regeneração urbana, e também do sistema urbano, a Rede de Cidades Ecológicas Inovadoras que é um projecto liderado pela Câmara de Bragança e que envolve as Cidades de Trás-os-Montes e portanto estão cinco projectos ancora aprovados neste processo.

----- Em traços gerais, procurei dar a informação sobre o Estado e Vida do Município, queria ainda informar os Senhores Deputados que, muito recentemente, a semana passada, ao Sr. Arquitecto Souto Moura foi atribuído o prémio internacional de arquitectura 2009, na cidade de Helsínquia com o projecto do Centro de Arte Contemporânea, Graças Morais. É uma distinção que honra a nossa cidade, naturalmente atribuída ao Arquitecto Souto Moura, mas o projecto está na nossa cidade. Haverá uma exposição itinerante dos principais projectos, pelas principais capitais europeias e também fora da Europa. O projecto foi seleccionado num conjunto superior a mil projectos candidatados, portanto a nossa cidade estará com o seu nome nalgumas importantes cidades, onde se faz boa arquitectura, onde há bons exemplos de progresso, digamos de equilíbrio urbano e de capacidade de ganhar e criar atractividade para sustentar o desenvolvimento económico da cidade.

----- **Presidente da Mesa** –Muito obrigado, senhor Presidente. Gastou dois terços do seu tempo. Inscrições para pedidos de esclarecimentos, Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, faça o favor.....

----- **Luís Pires** – Senhor Presidente da Câmara, um cumprimento especial. Referir que nós, o Partido Socialista, não estamos cá para puxar pela sua auto-estima, já teve aqui muita gente do PSD que puxa pela sua auto-estima, já sei que já foi mais gente do que é neste momento,

tudo bem, mas pronto. Mas nós não fazemos isso, a auto-estima não é nossa função. Como disse há pouco o Dr. Amândio, nós não nos podemos agarrar a tudo, nesta questão dos actos eleitorais, e portanto nós não nos agarramos a tudo nos actos eleitorais, por causa disso é que eu queria fazer uma pergunta ao Senhor Presidente da Câmara, porque... problemático para além destas coisas da politica, não é um negócio de utilizar..., mas claramente há aqui uma coisa que eu acho que não está bem, e tem que ser alterada. Temos aqui um banner da Assembleia Municipal de Bragança, com esta fotografia, que é exactamente a mesma fotografia que existe no banner do candidato Jorge Nunes à Câmara Municipal de Bragança. Está aqui, portanto isto é o banner da internet, isto é o banner desta Assembleia, acho que esta promiscuidade devia ser esclarecida.....

----- Outra coisa que eu acho também, isto é uma pergunta, porque é que acontece? Este é o sentido de esclarecimento.

----- Outra questão é, no programa do candidato Jorge Nunes, a última página tem uma fotografia onde constam o reino do Partido Socialista, eu não acho mal, desde que ele tenha sido consultado para o efeito, pelo que sei, parece que não foi, portanto, acho que essas questões têm que ser esclarecidas em devia altura, portanto não pode ser apenas para desagradar, que se calhar foram feitas com, sem ter intenção dessa situação mas que não devem acontecer. Para já é só, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Mais algum pedido de esclarecimento? Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida, faça o favor.....

----- **Guedes de Almeida** - Cumprimentar o Senhor Presidente da Câmara. Relativamente aos projectos, que estive aqui dia 3 à noite, numa reunião com a Associação,... entenderam que no Bairro da Mãe D'Água o plano tinha atravessado a linha do comboio, perguntava se isto é verdade ou não é verdade, porque não foi anunciado, pelo menos em termos oficiais, digamos assim. Em projectos seus não constava a existência também da construção de um novo mercado, também na zona da Mãe D'Água, também acho que foi falado aqui. E também uma questão, havendo as candidaturas até ao fim de Setembro, até ao fim deste mês de Setembro, para os comerciantes poderem, digamos assim, acorrer a subsídios para a modernização dos estabelecimentos ou instalação dos estabelecimentos comerciais, é impossível até ao fim do mês eles poderem candidatar-se a esta tranche, no entanto, ... das obras que foram executadas no âmbito deste programa, concreto, por exemplo eu lembro aqui a Fonte do Loreto, isto é um programa, um projecto que já vem de há meses e porque a

Câmara comunica aos comerciantes só dia 3 de Setembro com o prazo limite para 30 de Setembro.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Henrique Ferreira.....

----- **Henrique Ferreira** – Cumprimento a Mesa da Assembleia, Executivo Municipal. A minha pergunta é, o que se passou, para assuntos tão importantes, não ter qualquer ajuda rádio, perguntar se já ... para levantar... depende e acabou por ter, acabamos por ter a sorte de estar gente no bar que pode sobrevoar, a manga de vento a baixa velocidade e indicar qual era a situação do vento, foi isso que se passou, porque nem Director do Aeródromo, nem TAITA, que é o Técnico que trabalha com eles na rádio, estavam no Aeródromo. Percebeu a questão?

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara, quer responder agora? Pode fazer as duas coisas, responder agora e intervir depois. Faça o favor. Depois? Então vamos passar às inscrições para intervenções. O Senhor Luís Pires está inscrito, faça o favor.....

----- **Luís Pires** – Bom, eu vou falar sem ter resposta dos esclarecimentos que pedi, seria interessante. O Concelho de Bragança deve ser visto como o resultado de políticas de índole local e nacional, com níveis de intensidade e relacionamento. As políticas locais são obviamente aquelas com mais nitidez que se fazem sentir no dia a dia nas pessoas. Claramente Bragança não é, hoje, a mesma cidade de há dez anos atrás, isto é obvio, no entanto, não é motivo para alegria, tal não é motivo para regozijo ou para festa. Tendencialmente os sistemas urbanos tendem a modificar-se, fruto das interações com o Estado Central e com os aglomerados populacionais que os influenciam, ou seja, há uma influencia muito grande. O meio... de uma cidade reside na capacidade dos seus gestores, em inferirem uma competência abrangente para essa cidade e ainda de traçarem uma forma de sustentarem esse recurso, ou seja, de definir uma estratégia. Acções futuras, deverão ser consentâneas com essa estratégia, no sentido de consolidar aquilo que temos planeado.....

----- Em Bragança, desde há quase doze anos que se tem ouvido falar em concretização de projectos de fundo estruturantes mas que não passam de projectos, aliás, como quando concretizados, o que fazer, como que ineficientes e a necessitar, quando terminados, de reformulações, o que para nós é inaceitável. No fundo assistimos a uma gestão corrente, sem orientação estratégica que só tem servido para descaracterizar Bragança e para tornar menos competitivo e que é mais grave, ainda, não sustentável. Bragança, conseguir contornar alguns dos males de cidades grandes, de onde se realça o logradouro da zona histórica e concentração de pessoas em bairros que são, neste momento, autênticos dormitórios.

----- Claramente, relativamente ao emprego, também aqui temos problemas graves, existe claramente uma inércia por parte da Autarquia. Sabemos, todos, que as Autarquias não devem ser centros de emprego, nem agências de colocações, sabemos também do drama a nível... mundial ao que concerne a esta matéria. No entanto, de forma indirecta, provavelmente, esta é a vertente da qual a Autarquia mais pode fazer valer a sua influencia através da orientação do Centro de Emprego, prestando sempre condições atractivas para a instalação de autoridades, criando dois ou três sectores estratégicos em que integradamente se aposte para direccionar recursos e sinergias no sentido de potenciar na senda da sustentabilidade da cidade. Na realidade, meus caros, o que vemos é aposta desintegrada e sem orientação estratégica em medidas tidas como avulso. Veja-se o exemplo das zonas industriais, cujo processo de definição e o progresso de cidades há vários anos. Uma definição estratégica atempada, entenda-se por atempada, se realizada há dez anos, eventualmente seria um factor indicio de sucesso, neste momento já vai tarde. Não é mais possível dar-se oportunidades aos responsáveis por esta politica... e potencial a todos nós. É tempo de agir, é necessário mudar, Bragança isolou-se face aos centros e conceitos que eu dei, se... nordeste, já perceberam que, a vertente funcional é uma postura centralizadora de investimentos e também amortizadora de projectos menos conseguidos, potenciadora de..., tal ainda não se deu neste Município.

----- Bragança aprovou, ontem, os estatutos, ilegal, relativamente a uma nova perspectiva de postura de globalizante, mas empenha-se em não dialogar com os primeiros nível... da cujo... são os presentes. A prepotência de Bragança vê-se que conseguiu, que perde-se de uma forma concertada um conjunto de oportunidades vitais ao seu desenvolvimento. Mais, esta postura revela exactamente a mesma abertura que a Câmara Municipal de Bragança denuncia agora no debate..., no que concerne à CCDRN e ao PROTN, não podemos ter dois pesos e duas posturas, temos que ser coerentes para que nos considerem sérios nas nossas reivindicações. .

----- É, hoje, necessária redobrada atenção relativamente aos mais desfavorecidos, e mais afincadamente aqueles que fruto... se podem ver arrastados para situações de vida difíceis. É certo que nesta matéria o governo não se pode omitir das suas responsabilidades, no entanto a Autarquia, enquanto elemento mais próximo das populações, deverá criar condições para minimizar ou evitar situações tendencialmente dramáticas. O envelhecimento da população e consequentes necessidades que daí advêm, a não existência de empregos para os jovens fundamentalmente com a tal ausência de politicas integradas que atraem investimentos para a região, exigem por parte da Autarquia uma atenção redobrada e pró-activa. Infelizmente, o

passado mostra a pouca disposição por parte do Executivo para as matérias essenciais e pouca capacidade de antever cenários e criar soluções.....

----- Já no que toca ao tempo cultural Bragança tem tido um desempenho mais positivo, foram criados diversos equipamentos que tornam Bragança numa cidade melhor preparada para fornecer actividades de qualidade aos seus habitantes e aqueles que nos visitam. De todos eles, destaca-se o Teatro Municipal, fruto claramente também de uma política governamental levada a cabo pelo Ministro Carrilho, que poderá de facto alavancar a política municipal de cultura.

----- O diagnóstico efectuado leva à necessidade de políticas alternativas às oferecidas pelo Executivo, tal é sem ideias e quantas vezes negativas, face à competitividade e contextualidade no Concelho. Ao longo dos últimos anos tem sido ... a utilização dos fundos essencialmente para concretização de obras mal conseguidas, ou porque estrategicamente estão erradas.

----- Nós verificamos que o Mercado Municipal, ainda hoje, procura o rumo, registando-se regularmente como uma questão errada, contra.....

----- Veja-se o Fórum Teatro, o túnel, à saída, a Avenida Cidade de Zamora e agora aquela última obra em curso,... que a sua contranatura está patente no desenvolvimento da faixa central, que foi necessária fazer para a intervenção, da utilização dos Bombeiros ou da Policia.

----- Meus caros amigos, não se esqueçam que o matadouro foi bandeira eleitoral há muitos anos, deste Executivo.....

----- Não se esqueçam, também, meus caros amigos, que a feira foi promessa eleitoral em 1997 e está, neste momento, inscrita também no programa do candidato Jorge Nunes à Câmara Municipal de Bragança.....

----- Estamos num ciclo de cidade deserto, não potenciando o funcionamento de iniciativas do comercio tradicional e conseqüentemente o ressurgimento da actividade económica, enfim, o cenário não é animador e os... Meus senhores, minhas senhoras, o actual mandato reflecte-se e agrava todos os erros dos mandatos anteriores. A linha de actuação mantém as mesmas deficiências, com o ónus de fazer Bragança perder pelo menos mais quatro anos, se considerar-mos apenas o nosso Concelho, e, pelo menos, oito se considerar-mos o tal sistema funcional cidades que interagem, no entanto, não fosse a aprovação do Plano de Urbanização, e a negatividade que eu apresento para Bragança, poderíamos dizer que o actual mandato foi o melhor deste presidente e foi o melhor porque não realizou nenhuma obra que tivesse algo relevante, ou seja, não teve possibilidade de nos indicar uma cidade de Bragança.....

----- De facto, no decurso de um mandato que existem poucos momentos com importância comparável à da aprovação do Plano de Urbanização com o PDM. É um dos mais importantes documentos da vida de uma autarquia, e forçosamente nos momentos mais importantes da vivência de cada um dos agentes políticos e portanto, agentes independentes desse processo, sempre que solicitadas posturas de participação consciente, com espírito de responsabilidade e de produtividade, de razoabilidade e também de sustentabilidade de um legado das gerações vindouras. É a oportunidade de traçar directrizes, estratégias e ainda arranjar fundamentos que possibilitem a continuidade por Bragança, face aos Portugueses internos e externos. Nesta enorme responsabilidade, o executivo falhou redondamente e friccionou um processo participativo, o PU é claramente um documento que... a caducidade urbanísticas das responsabilidades deste executivo que por si só não seria demasiado mau, mas é confrangedor relativamente à evolução estratégica segura e à dotação de Bragança... e permitam ser.... O PU apresentado traduz-se claramente na solução inadequada, nomeadamente pelo facto de não ser estratégico e proactivo, mas sim numa solução reactiva, só isso já seria mau que o primeiro viria a classificar como negativo o trabalho da autarquia, neste último mandato, mas face a esta realidade e ao que por aí vem, meus caros amigos, nomeadamente ao PDM, parece-me que o legado que este mandato nos vai deixar, será ainda mais que..., transitando dificuldades acrescidas para o futuro dos Brigantinos.....

----- É necessário começar a ter ou manter tal estado de situação, é necessário reagir ao desafio da cidade actual e simultaneamente minimizar os estragos feitos, tendo por base inicial o paupérrimo resultado. Foram dois ... antes do ..., para que agora como que com uma varinha de condão, se conseguir inverter a dinâmica negativa instalada. É necessário mudar de posição participada por todos, alicerçada em equipamentos e equipas competentes, com qualidade, onde todos os elementos acrescentem alguma valor e não sirvam apenas para cumprir preparativos estatutários e sejam facilmente descartáveis. Bragança é dos brigantinos e apenas eles em cooperação, consigam dar a volta à situação. Alterações de curso implicam mudanças drásticas, é preciso culturas evoluídas como concluir dinâmicas de atracção e concentração de população e das actividades numa área da sede do concelho, bem como por uma maior equitação dos espaços urbanos e rurais e dos efeitos ... da vida quotidiana, imagem que prevalece é de uma região... ou seja, um território estruturado em torno de um número de espaços ou reservantes dinâmicos hierarquicamente revitalizados que se interligam e se complementam semelhantes espaços de desenvolvimento. Deseja-se uma boa utilização e

especialização dos centros urbanos que atingem a máxima mínima mas também um reforço da articulação desses espaços urbanos colaborantes, as políticas locais têm nesse sentido de mudar do acto proactivo e supra-municipal, estratégico e referenciador e cooperantes, visando dessa forma uma maior articulação entre infra-estruturas e serviços. Consideramos que nos momentos que correm, uma autarquia deve ser uma estrutura ágil e dinâmica e também suportar essas características que supõem capacidade de criar produções criativas para a instalação de privados, não ficar à espera que as coisas aconteçam. Não enterrar vontades, ou seja, antecipar em vez de reagir e também ser solidário no sentido de cobrar.... Entender e incorporar as necessidades dos Brigantinos e assumir responsabilidades junto dos mais desfavoráveis, muito obrigado.

----- **Acúrcio Pereira** – Senhor Deputado Moraes, faça o favor.

----- **António Moraes** - Excelentíssima Mesa da Assembleia, Senhor Presidente da Câmara, Senhores Membros do Executivo, Senhores Membros da Assembleia, meus senhores.

----- Neste ponto e dado que estamos em período, praticamente pré-eleitoral, fim de ciclo, novo ciclo certamente, permito-me e espero que me permitam esta abordagem, que eu quero, sobre esse ponto, não no sentido de fazer uma análise exaustiva sobre o que foi feito e sobre uma apreciação crítica sobre aquilo que foi feito, mas tão só e de forma despretensiosa dar algumas sugestões para os novos executivos e nomeadamente ao PSD que quis escrever não no programa, porque o programa está feito e não pretendo ser irónico, mas que nos debates reconheça que contemple a necessidade de novas atitudes face à execução de determinados tipos de obras, só em função, digamos assim, ilustrativa, não exaustiva, mencionarei três ou quatro tipos de exemplos paradigmáticos daquilo que pretendo dizer.

----- A questão, por exemplo, da Estação de Camionagem, aqui trata-se não só de requalificar a parte velha mas requalificar também muitos dos equipamentos novos. Temos de reconhecer que não temos uma Estação de Camionagem que nos dignifique, não é operativa em relação aos funcionários, em relação aos motoristas, não é operativa em relação aos utentes e agora, com a agravante, digamos assim, com o encerramento do parque de estacionamento de veículos.....

----- Outro exemplo, Mercado Municipal, temos de reconhecer que não temos aquele mercado que Bragança exige, num contexto cidade e num contexto concelho rural, não é compra e venda inclusive de produtos tradicionais.

----- Digamos, o shopping já temos, já temos vários shopping's na cidade de Bragança, temos mais um hipermercado. Não temos é um mercado praça que necessitamos e que a população necessita, portanto temos que requalificar e de facto implementar um novo mercado municipal que Bragança exige. Há que reconhecer que foi um fiasco, ora estão em causa dinheiros públicos, não é?

----- Outro exemplo ainda, era a ETAR, a CDU alertou que não era o sitio adequado, quer no ponto de vista ambiental, maus cheiros que persistem, quer no ponto de vista estético, na Zona Histórica da cidade, junto ao equipamento que é o parque de merendas, não é? que nós oferecemos aos nossos visitantes, não dignifica a cidade a ETAR, por estas razões, ela necessita que efectivamente, ela seja deslocalizada. Enfim, e há também, a nível de atitudes, novas atitudes.

----- Recentemente a Junta de Freguesia de Izeda teve a oportunidade de propor a constituição de uma equipa de bombeiros, localizada ali, tendo em conta a dimensão do Concelho, pediu apoio à Câmara Municipal, a Câmara Municipal, tudo indica, rondará os trinta, quarenta mil euros, indisponibilizou-se para esse apoio. Face àquilo que inclusive aconteceu em Calvelhe, ao grande incêndio que aconteceu em Calvelhe, vem-nos dar exactamente a necessidade de intervenção e de oportunidade justa da proposta da Junta de Freguesia de Izeda, a Câmara Municipal, tem a mesma atitude em relação a isso.....

----- Outra questão, em relação à atitude, várias obras, é da responsabilidade da Câmara Municipal, é sobretudo da responsabilidade de muitas empresas, implicam obviamente e podem ilustrar à população... há necessidade de averiguar o estado da cidade, tapar ruas, há necessidade de impedir circulação, agora se há exemplos positivos e há que os registar, sobretudo nas últimas empreitadas de que abram buracos e rapidamente tapam buracos e os incómodos desaparecem, ainda persistem em atitudes profundamente negativas, desrespeitosas, face às necessidades dos utentes, não só a nível da cidade de Bragança, como referi ainda há buracos que ainda não foram tapados, nomeadamente ali junto ao Cemitério, na Rua da Terra Fria. Há ruas que foram já há largo tempo alcatroadas e ainda há tampas para, nomeadamente para regularizar, há tampas para completar, há buracos, a conduta ainda é municipal, penso que na conduta de água que está a ser aberta um pouco por todo o lado há povoações que ficam sem serventia inclusive dos caminhos, digamos dos caminhos e não sinalização, não fiscalização, há de facto aqui alguns riscos que em nosso entender devem ser vistos, também pelo nosso Concelho.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Luís Vale

----- **Luís Vale** – A nova imagem para o site da Câmara - Fui visita-lo dia 24 de Agosto e achei o site muito lento, muito pesado, pois saltei de página em página, link em link e a determinada altura encontrei os dados relativos acerca do... e a reclamação é essa, apesar de estar no final de mandato, e com todo o respeito que o Partido Popular merece, encontramos o Partido Popular/ Bloco de Esquerda, não existem e portanto era interessante que isto fosse revisto e por falar nisso, faltam os resultados das eleições Autárquicas do Bloco de Esquerda também, mas fiz a impressão das duas páginas e posso deixar ficar isso.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Membro da Assembleia, Amândio Gomes.

----- **Amândio Gomes** – Eu, até me parecia que era melhor deixar a resposta dos grupos das questões que aqui foram levantadas, ao senhor Presidente da Câmara, que melhor que eu, é capaz de desmentir algumas “inverdades” ou incorrecções que aqui foram proferidas. No entanto, queria dizer ao Senhor Doutor Pires que ele sabe a consideração que tenho por ele, que exagerou na vontade de dizer mal de tudo, realmente exagerou e digo que ele não está em consonância com aquilo que o povo de Bragança pensa e esses é que têm os votos e esses é que vão validar ou invalidar a acção do Executivo Camarário de Bragança. É desde que exagerou em muitas coisas que não vale a pena estar aqui a repetir o que disse, mas no seu entender, parece que a Câmara não fez nada de jeito, e isso não é verdade, não corresponde mesmo, minimamente à verdade.

----- Referiu-se especialmente ao Plano de Urbanização, mas sabem, só não faz, só não comete erro quem não faz nada, quem faz muita coisa forçosamente tem que cometer alguns, mas neste caso, do Plano de Urbanização, deve tirar possibilidade de o corrigir, o próprio plano tem mecanismo para implementar a sua correcção.

----- Relativamente à parte em que se referiu ao emprego, à obrigação da Câmara, enfim, proporcionar mais empregos, criando empresas municipais ou outras, associando-se a umas particulares, etc. etc., Bragança, a Câmara vai querendo fazer, mas os meios não lhe chegam para tudo, e também, pela conjuntura nacional, em que o próprio governo é incapaz de sanar esse mal que a todos aflige, como é que a Câmara de Bragança, que não tem meios próprios para o efeito, o conseguirá fazer? Se lá estivessem os senhores, também seriam capazes de ir por essa via e de alcançar grandes benefícios nesse campo? Duvido.

----- Relativamente à CDU, e ao referir-se ao Mercado, bom, inicialmente era o cavalo de batalha, era o Mercado Municipal, era o vosso cavalo de batalha, ali não acontecia nada, não se fazia nada, mas hoje a gente vai ao mercado e encontra lá sempre utentes a utilizar aquele espaço, quer no campo comercial, quer até noutras tarefas, há de tudo num outro espaço que tinha de ser rentabilizado, e foi, e isso é que importa.....

----- Relativamente à ETAR, bom, isso é um erro que já vinha de trás, não vinha desta Câmara e não é fácil, depois de ter vindo a construir uma estrutura, desfazer-se dela do pé para a mão, têm-se tentado amortizar os efeitos que ela provoca, os efeitos maléficos que nalguns casos ela provoca, mas eu estou convencido que a Câmara é capaz de dar a volta ao assunto e sanar essa questão que a todos incomoda. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** –Obrigado eu. O Senhor Presidente de Junta de Freguesia de Paradinha.

----- **_Domingos Seca** - Cumprimento a Mesa, Senhor Presidente da Câmara, senhores Vereadores, senhores Deputados e os Presidentes de Junta. O que me trás aqui não é a politica, é a preocupação daqueles que sofreram na pele. Há poucos dias ficaram sem nada, com o fogo que aconteceu, e venho aqui só para isto, a lamentar, da maneira como a comunicação social tratou o assunto. A comunicação social começou por descrever um incêndio de mato, ardeu mato, como foi que a comunicação social disse, ardeu o mato, só havia a luz do mato ao longe, começou por dizer alguns jornais, eu aí, até me..., por acaso estava a 15 km do incêndio, eu não estava lá, mas tive o cuidado de comprar os jornais e ler e ver até aonde eles diziam, a arder a freguesia de Calvelhe do Concelho de Vimioso, há ordem de informação sobre isto, não estou satisfeito, ardeu muitos pés de sobreiro, muitas oliveiras e muitos pés de pinho, porque aquilo só num local, ardeu uma floresta, de um projecto florestal, na ordem dos noventa hectares e já há longos anos... e neste momento havia lá pinhos... E eu agora, queria sugerir a esses mesmos órgãos de informação que dessem uma volta agora, e que filmassem o que lá está, para que eles se inteirassem da riqueza que estava ali, dos milhares de árvores que estão ali ferrugentas, que se encontram num terreno, incluindo sobreiros, e pelo menos que dissessem claro ao zé do povo, que viesse claro a informação correcta, que focassem., o maior incêndio... Não deixo de lamentar, que uma povoação de bombeiros da área, não tenha mais meios para servir aquela zona, mais meios, quer humanos, quer outros, porque aquelas populações precisam de ser servidas. Há aqui uma lacuna, que eu pedia aos responsáveis, não só à Câmara, há mais pessoas responsáveis nisto, são os pontos de

água. Não há um ponto de água em Calvelhe. Aqueles helicópteros às vezes demoravam aos dez minutos ou mais para vir deitar o balde da água, não quer dizer que não fossem indicados, os homens faziam aquilo que podiam.

----- e por ultimo, só queria pedir aos responsáveis, deste Concelho, deste Distrito Nacional, quanto há que melhorar, ou quando se melhora.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente, Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Guedes e Almeida** – Estamos em período de campanha eleitoral, eu não quero, mas é impossível fugir a alguns sinais que também aqui se discute. Já durante a campanha, portanto procurar evitar, fazer o sacrifício, sem influencia nenhuma. No entanto há os aspectos que são fundamentais em termos de campanha eleitoral, mas ao fim do referido Partido Socialista que é, digamos assim, ... que o Presidente da Câmara que é ainda candidato a futuro presidente da Câmara, há publicações que são manifestamente ilegais, de acordo com a Lei Orgânica Eleitoral, não vou aqui discutir, porque antes queria lembrar o Período de Antes da Ordem do Dia, era apenas que, talvez sugerir, fazer por esta via e pacificamente, ou seja, desactivar aquele monitor que está na Sá Carneiro, aquilo é um meio de propaganda em beneficio exclusivo da candidatura do Eng.º Jorge Nunes. Relativamente a essa matéria, ficava por aqui porque ira a correr... Relativamente, no seu discurso não vai responder, eu questionei para os devidos esclarecimentos, relativamente ao que pretende fazer.

----- Falou-se, já aqui, em Mercado, eu percebi que ia ser construído um Mercado, mas será uma inovação onde não consta em lado nenhum, junto ao Mãe D'Água, bem como a Ciclovía ... argumentar, são inovações.

----- Relativamente à obra feita, e eu pecador me confesso, porque também não nego, fui um dos principais se não o principal, digamos assim, apoiante do Sr. Eng.º Jorge Nunes aquando da primeira e segunda candidatura, da terceira já nem tanto e depois manifestei-o no seio desta Assembleia e fui cegamente, as pessoas acompanham-no, apercebessem-se e chega-se à conclusão que efectivamente uma grande caminhada não se faz sozinhos, sobretudo quando se trabalha para pessoas, que eu hoje temos uma cidade diferente, temos uma cidade com bons equipamentos, eu quase comparo, tenho uma sala de jantar muito grande, mas está vazia, a minha filha foi-se embora, os netos, não está lá ninguém, eu pergunto é que se preparou para as pessoas, ... problemas, ou seja a nível da cultura, eu dou um exemplo, durante o mês de Agosto, milhares de imigrante estiveram aqui, não entraram

no Teatro Municipal, está fechado, o que se diz da politica da Câmara, é que a cultura ali não é dando musica pimba ou coisa, só servem os votos pimba, aquilo é de elites, tem de haver uma perspectiva de cultura para as pessoas, para todas as pessoas, não é apenas fechados.

----- Relativamente, há aqui uma politica, há uma politica que é objectivamente a desertificação, acho que não aqui, de haver qualquer, qualquer cortina que tape a visão de quem está de frente ou na liderança do desenvolvimento do Concelho de Bragança e mais, ... Bragança vai resolver o Concelho de Bragança, Bragança vai continuar a ser líder do Distrito de Bragança, Bragança tem uma marca centenária que não pode ser apagada, e está a ser apagada, porque as pessoas não existem, vejam o problema à noite nesta cidade, uma pessoa fica confrange, ao entrar aqui na Praça da Sé até ao Castelo, vê tudo apagado, vê tudo a destruir, actividade económica não à, queixam-se, porque os agentes económicos, aqueles pequenos agentes económicos queixam-se efectivamente, que nem lhes vale a pena abrir as portas, caminhos para aquilo que Sócrates diz, a subsistência mínima, isto não tem sido, digamos assim, a preocupação desta Câmara Municipal, isto foi preciso ou dito pelo meu partido com toda a frontalidade e sem qualquer vergonha e sem considerar descaramento e a ver quem hoje acompanha o Eng.º Jorge Nunes de há doze anos, todas as pessoas conhecem os seus nomes, ... e hoje ... a dizer que esta Câmara é do Eng.º Jorge Nunes, é uma candidatura independente do PSD, está dividido o PSD em termos de candidaturas, isto porque as pessoas, percebem que não é o Partido Social Democrata, não é uma politica para as pessoas, portanto é isto que para pessoas não tem havido politica, não tem havido politica a nível de saúde, basta ir aos Centros de Saúde dos Hospitais, as pessoas pagam caro para se deslocarem, para ter direito à saúde, pagam do seu bolso, a Câmara tem que cooperar, tem que ter preocupações com a saúde dos seus munícipes, é um direito fundamental, mas é só para alguns, esta a visão, minha, da Social Democracia. Se o Estado não comparticipa, a Câmara, os munícipes não podem, gasta-se muito menos do que se calhar se gastam noutras coisas, esta é a perspectiva, a governação do Município é para as pessoas não é para fazer, digamos assim, espelhos para mostrar que temos isto. E a propósito, estão aqui e o Arquitecto Souto Moura tem o seu mérito, é um grande arquitecto a nível mundial, mas há arquitectos nesta cidade, deste Concelho, que criticam aquela obra, porque se lhe dessem a liberdade que lhe deram ao arquitecto Souto Moura, faziam a obra igual ou melhor, os arquitectos daqui, a pergunta está aqui, não sei se de facto concorda comigo, quer dizer, ultrapassa todas as dimensões o enquadramento urbano daquilo, não dá oportunidade ao arquitecto de Bragança, e este é

outro vicio da Câmara Municipal, pelo menos do candidato do PSD, as pessoas de Bragança, não há inteligência.

----- Relativamente, políticas não anunciadas, há também e isto vai ajudar na desertificação, quer dizer, não há qualquer preocupação do Instituto Politécnico de Bragança, aliás é dito que baixaram-se os braços pela luta pela Universidade, isso é visto, em contrapartida releva-se o apoio a dar a instituições privadas de, pelo menos sem qualquer prova em contrário, contra isto, que objectivamente e não obrigar que o Instituto Politécnico passe a ter ou venha a ter menos alunos, e venha no futuro que já não será muito longo, também ser extinto, porque se baixaram os braços, não se motivaram as populações, se baixaram rapidamente digamos assim, puseram as armas na luta pela criação da universidade de Bragança e daí é que resulta depois aquilo que aqui discutimos na secundarização da cidade de Bragança, porque há acordos que aqui foram levados a cabo com Vila Real, nós discutimos aqui alguns, e esqueceu-se Vimioso, esqueceu-se Vinhais, esqueceu-se Macedo de Cavaleiros, daí o saldo, depois dá-se a acção, depois estamos a discutir qualquer coisa do povo, quer dizer, nós submetemo-nos ao povo, e esquecemos a nossa região, precisamos de uma política desgarrada, sozinhos, e as pessoas debandarão todas consigo.

----- Fala-se na ciclovia, que eu questionava, quer dizer, e eu perguntava ao Senhor Presidente e espero que me responda, se efectivamente se for construída essa ciclovia que vá utilizar a antiga ferroviária desta estação até S.Lourenço, eu pergunto, tem que existir aquela propriedade da CP, algum protocolo com a CP, e se existe, é obrigação dá-lo a conhecer aos municípios, ou pelo menos a quem os representa nesta Assembleia. Houve uma política, na actividade económica, que levou por exemplo a que alguns construtores desta cidade, conhecidos construtores com décadas nestas cidade e neste concelho, fossem à falência, foram à falência com a principal ... dessa falência foi a exorbitância das taxas de construção no Concelho de Bragança, são das mais caras no País, como é quase tudo mais caro a nível de taxas, no Concelho de Bragança, como é mais caro quase tudo a nível de IMI, a nível de IMT, e hoje há empreiteiros, digamos assim, que estão a caminhar para a falência em termos acelerados, porque não houve a preocupação de colaborar numa política de cooperação e de, também, preocupação para que pudessem sobreviver economicamente nesta região. Alias à uma coisa curiosa que me vieram dar a conhecer, alguém que actualmente, há coisa de um mês, empreitadas que estão a ser levadas a cabo pela Câmara e pelas Juntas de Freguesia, e houve empreiteiros que me disseram, se estou a mentir, a prova da minha informação,

nenhuma é de Bragança, e mais numa ... legal de Bragança esses empreiteiros não seriam empreiteiros, e não quiseram a mão de obra de Bragança, estão a deslocada de fora para aqui, isto ajuda ... que o dinheiro, saía daqui e quem queira emprego aqui não tenha emprego na sua própria terra e muito menos, digamos assim, os construtores que têm as suas vidas neste momento a caminho de poder viver na miséria.

----- Falou-se aqui no Plano de Urbanização, efectivamente tudo isto levou a que fosse e é conhecida a minha posição relativamente ao Plano de Urbanização, é que fosse, ... um plano de urbanização que assentou em falsas premissas, quer dizer foi aqui aprovado um Plano de Urbanização, contávamos, onde se previa que o Politécnico seria uma universidade, não foi universidade, onde se previa que a população de Bragança aumentasse até não sei quantos, perto de dezasseis mil ou não sei que mais, ou mais, nada disso aconteceu, portanto está provado, apenas para legalizar situações irregulares que foram sendo construídas e estamos hoje, pronto, plano de urbanização completamente desadequado ao desenvolvimento, mas adequado àquilo que foi mal feito, isto para concluir, é que efectivamente a politica municipal, uma politica se faz para as pessoas, o maior ... pessoas, o bem estar fundamental para as pessoas, fosse aqui bem presente uma politica de acção social, não há politica de habitação social em Bragança, desde o ... Eng.º José Luís Pinheiro, construir esporadicamente ou fazer que se finge habitação social, não é habitação social, houve um período com ..., digamos assim, de habitação social, foi quando o Sr. Eng.º José Luís Pinheiro era Presidente da Câmara, existem bairros, existe iniciativa ... existe os bairros sociais, onde habitam as pessoas mais carenciadas. Esta situação ou falta, digamos assim, de uma politica para as pessoas, para os seus bens essenciais, saúde, habitação, educação, hoje a educação em Bragança é cara, é caríssima, ... a possibilidade de tirar cursos superiores de se deslocarem, porque não há essa preocupação, não há uma preocupação para as pessoas, há uma preocupação com obra, aquilo que alguém chamava, colocar placas no centro, não sei o que era não sei o que é, essa preocupação não deve existir, ... politicas, quem fez bem ou quem fez mal, só as pessoas sentirem-se bem, sentir alguma protecção no seu dia a dia, o acesso aos cuidados de saúde, no acesso à educação, no acesso à comercialização dos produtos agrícolas e não vivermos, digamos assim, num deserto e vivermos definitivamente no ... mau exemplo como é o Museu de Arte Contemporânea, como é o Teatro Municipal, como é o Mercado Municipal, só que isto

em termos de pessoas é passear pelas ruas, é ouvir pelas ruas e aos em desengano total apenas nomeando todas estão obras de betão que não dizem nada às pessoas. É tudo. ¹.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor membro da Assembleia, Luís Pires, para uma segunda intervenção, faça o favor.

----- **Luís Pires** – Bom, a manhã já vai longa, prometo que vou ser muito breve, apenas uma pequena intervenção, face às palavras do Dr. Amândio que desde já agradeço as suas palavras delicadas, mas deixe-me que lhe diga uma coisa também. Normalmente eu gosto de falar com substancia e tudo aquilo que eu disse, tinha substancia agregada e eu vou-lhe dizer porquê. Eu considero e isto está provado também que existe uma teoria de evolução universal de sistemas que eles evoluem quer se actue que não se actue, e nós na média evoluem e se olharmos para a Câmara de Bragança ela teve um conjunto de projectos que aos quais muito bem se candidatou, dos quais foi buscar dinheiro e eu falei há pouco no programa de Teatro ... de distrito, falamos no POLIS, falamos do PROCOM, etc. são um conjunto de iniciativas às quais, volto a repetir, muito bem a Câmara se candidatou, mas esse dinheiro veio e no fundo o que a Câmara fez foi uma gestão de prioridades e tem que aceitar e concordar comigo que provavelmente a gestão de prioridades do Sr. Presidente da Câmara e as minhas não são as mesmas, portanto a noção em termos de cidade é diferentes, Bragança naturalmente evoluiria com estes dinheiros, para o bem ou para o mal, portanto, a sua opinião poderá ser que as coisas estão bem feitas, para outra pessoa, poderá dizer que estão mal feitas, portanto, é subjectivo, é subjectivo face à sensibilidade, à utilização de equipamentos, etc., há muita subjectividade nisto.

----- Admiro a sua confiança também relativamente ao facto de que os brigantinos têm os votos, e eu concordo, se não, não estava aqui, concordo que os votos, admiro a sua confiança, porque já noutros tempos houve esta confiança e as coisas, a história também se repete, e as pessoas caíram, portanto admiro a sua confiança também. Mas deixe-me dar-lhe um exemplo, uma, publicamente, que é a seguinte: a nível de emprego e vou explicar porque acho que a Câmara tem uma palavra a dizer, nós já tivemos aqui alguns debates, eu e o Sr. Presidente, relativamente à intenção de algumas empresas que dizem que se querem instalar em Bragança, e algumas delas vinham cá e não havia lotes, quando nós vemos a zona industrial, vamos-lhe chamar das Cantarias, com lotes vagos e também há uma coisa que é verdade, questionei aqui directamente o Sr. Presidente da Câmara, relativamente ao processo daquela

fábrica de cogumelos em Bemlhevai, a SousaCamp que queria instalar-se aqui em Bragança. Eu ouvi o empresário, digamos assim, que me deu uma versão, ouvi o Sr. Presidente da Câmara que me deu outra versão, voltei a questionar o empresário que me deu a versão que me tinha dado inicialmente. Elas não convergem. E deixe-me dizer-lhe só uma coisa, imaginemos que, vamos só fazer umas pequenas contas, que Bragança tinha vinte mil habitantes, por exemplo, imagine que o desemprego em Bragança é de dez por cento, mil habitantes, aquela fábrica criava trezentos e cinquenta postos de trabalho, onde noventa desses postos de trabalho não necessitavam de formação prévia, eram pessoas que iriam trabalhar para aquilo que chamam o chão de linha, meu caro amigo, isto é significativo para o emprego em Bragança, eu ainda não consegui perceber porquê, tenho algumas indicações, esta fábrica vai ser inaugurado pelo Primeiro Ministro em Vila Real, onde o terreno lhe foi oferecido, acho que a questão até foi do género, mas vende o terreno a um cêntimo cada metro quadrado e a resposta foi, não, não, é a um euro tudo, ou um cêntimo, já não me recordo bem, ..., repare se isto não é pugnar em sentido inverso dos interesses de Bragança, há-de me dizer, há-de me dizer o que é que é tornar em sentido inverso. Isto é desistência ao desenvolvimento de Bragança, e com isto eu não posso concordar. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, tem a palavra, faça o favor.....

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Tenho que salientar, relativamente à questão das imagens, há umas imagens que correm, vão estar no programa de candidatura do Partido Social Democrata, quer da obra feita quer proposta para os próximos quatro anos, há situações, relativamente às quais o facto de exercermos o poder obviamente o Presidente da Câmara não pode saltar fora da obra e virtualmente nessas imagens, tem que compreender isso. Há uma imagem relacionada com a presença do Senhor Vereador, Professor Cepeda, corresponde ao acto oficial da recepção da Delegação de Bragança do Pará aqui na nossa cidade e portanto se o Senhor Vereador sentir incómodo peço sinceramente desculpa porque não há nenhuma secundária nesse aspecto, ..

----- Quero salientar que o governo do Município se concretizou durante estes quatros anos numa atitude de diálogo aberto, de grande respeito de parte a parte, em que os interesses prioritários do Concelho estiveram à frente de qualquer interesse que não pelo interesse público, interesse dos cidadãos, isso eu registo como forma positiva, quer para o nosso lado, quer para o lado dos Vereadores do Partido Socialista, foi um trabalho de mãos

dadas naquilo que é fundamental, sem cada um perder, digamos a visão diferente em determinados momentos, em determinados assuntos, visam que em muitas circunstâncias nos permitiu inclusive construir melhores soluções, tenho de destacar e homenagear por esta via o Executivo no seu conjunto.

----- O projecto de requalificação salientado pelo Senhor Deputado, Guedes de Almeida, eu, na Zona da Mãe D'Água, não inclui nenhum mercado, ao contrário do que salientou, não anunciámos nenhum mercado.

----- A questão dos incentivos, o facto do Município de Bragança ter conseguido obter a aprovação de três projectos comunitários, respectivamente para a Zona da Mãe D'Água e para o Centro Histórico, retomamos a requalificação urbana, permitiu à partida que as empresas sediadas nestas áreas territoriais possam candidatar-se aos incentivos à inovação no âmbito da economia com majoração de dez por cento da sua pontuação em termos dos apoios financeiros. Também pelo facto de termos liderado uma rede de cidades para Trás-os-Montes com o projecto Ecocitras, a aprovação desse projecto permitiu que Bragança cidade no seu todo fosse elegível nesse programa de incentivos à inovação ao nível do QREN, portanto, para a economia o que representa é um ganho importante, interessante para as empresas.

----- A Câmara não tem responsabilidade, não tem responsabilidade de preparar as candidaturas às empresas, ou até mesmo de lhe fazer um apoio directo, mas pode e deve fazer um apoio de natureza indirecta, obtida essa vantagem para as empresas aquilo que nós fizemos, foi contactar com a Associação Comercial Industrial e Serviços de Bragança, ACISB, que quer ser de facto parceiro do Município neste processo e sê-lo-á para um plano de acção que traçará, será elaborado até 15 de Outubro e traçará metas claras a atingir com estas parcerias vagas de acção urbana. O governo, que atacou, a Comissão directiva do QREN faz as convocatórias e fez nas várias áreas, também aqui nos incentivos à inovação fez uma candidatura no início do mês que decorre até 30 de Setembro, as empresas têm que apresentar as suas candidaturas elaboradas ou pela Associação Comercial ou por empresas ou como entender ou pelos próprios, conforme as circunstâncias. A nossa missão foi alertar as empresas e fizemo-lo através da Associação e estamos a faze-lo através de um pequeno folheto síntese para que as empresas possam atempadamente organizarem-se e fazerem as suas propostas, se não fizerem nesta candidatura, fala-lo-ão noutras candidaturas, não podíamos ter tomado a iniciativa mais cedo, pela razão que nem sequer a convocatória, digamos para as empresas, estava desencadeada por parte do QREN, por parte da Comissão

Directiva, portanto, era uma aberração nós estarmos a falar sobre isto, fora de tempo, falámos no tempo certo, no momento certo, sem perdemos tempo.

----- Na visita do Senhor Primeiro Ministro houve uma falha na direcção do Aeródromo, salientar que nesta última visita, às vezes há falhas de parte a parte, portanto na última visita, por parte de quem organizou a deslocação, do meio aéreo nem sequer deram comunicação nenhuma para o aeródromo, desta vez, por acaso, fizeram e houve uma falha, uma falha que não impediu a operação em condições de segurança. Sim houve uma falha, já salientei, já há o relatório com a direcção do aeródromo. Temos uma situação, diz assim o Senhor Deputado, Luís Pires, diz assim, foi um bom mandato, a Câmara não fez, não destruiu, é uma perspectiva absolutamente essencialista que tem o senhor deputado, com esta perspectiva a minha convicção é que dificilmente poderá vir a ser chamada a assumir responsabilidades políticas relevantes no Concelho, porque é preciso ter uma atitude, digamos, uma visão um bocado diferentes, digamos assim, porque há uma diferença muito grande entre quem faz e quem diz que faz, isso marca a diferença na vida das pessoas e das instituições. E por outro lado há quem faça construções teóricas muito bonitas, mas fá-las na areia, e faze-las na areia, elas desmoronam-se completamente, é uma diferença muito grande, mas soube fazer neste mandato, não vou fazer nenhum balanço a esse nível, mas quero salientar que inaugurámos dois importantes equipamentos culturais durante este mandato, na área da saúde inaugurou-se também o Centro de Saúde e a requalificação de um outro Centro de Saúde, inauguraram-se uma avenida nova, Avenida Cidade de Leon, terminou-se a requalificação da Avenida Cidade de Zamora, iniciou-se a requalificação da Avenida General Humberto Delgado, repavimentaram-se cento e vinte oito ruas na cidade e o que não se fez na área rural! em termos de requalificação, de calcetamentos, até estradas novas, de salientar, na Freguesia do Parâmio abriu-se uma estrada com cerca de um milhão de investimento na ligação à fronteira em ????, uma estrada nova para Freixedelo - basta consultar os boletins Municipais para o senhor deputado resolver esse problema dessa duvida, que eu não me compete aqui neste momento faze-lo - equipamentos culturais que se abriram, a recuperação do edifício para a instalação da sede Portuguesa da Fundação Rei Afonso Henrique, também, e outros trabalhos, trabalhos que deram oportunidade de criar emprego público também no Centro Histórico da Cidade, já há muito tempo que não se fazia, a tendência era só esvaziar-se serviços.

----- Queria também, no âmbito da execução, porque salientar a boa execução também a nível da regularidade, a regularidade interna, a nível técnico, a nível administrativo, a nível

legal, a nível da resposta aos cidadãos, as várias inspecções e foram várias que tivemos a longo deste mandato, são inspecções positivas para os serviços, com resultados positivos, digamos, prova de uma boa gestão.

----- O Município, durante este mandato, conquistou algumas distinções importantes, digamos, por avaliações externas, que já são conhecidas dos senhores deputados, se isto aconteceu, não pode ser o resultado de uma perspectiva tão derrotista como referem alguns senhores deputados, particularmente o senhor Deputado, Guedes de Almeida, estou convencido que com um discurso desses, esvaziaria imediatamente, estava a minorizar a decisão e a capacidade das empresas, dos cidadãos, para assim, algumas dificuldades, veja-se o poder de compra subiu numa década 20,6 pontos percentuais, quantas cidades no País tiveram esse crescimento? Se o País tivesse de igual forma, não estava em rota de divergência continuada com média, digamos da evolução dos Países Europeus, e Bragança subiu, posicionando-se numa boa posição, subiu porque as empresas têm uma perspectiva de trabalho, os cidadãos e as instituições têm essa perspectiva de trabalho, se viessem digamos com a ideia que o senhor deputado tem na cabeça, seguramente que a economia seria derrotada de um momento para o outro, a vida dos cidadãos seria mais difícil, mas não é nada disso, não é nada disso que é apreciado e que é tido, quer pelos cidadãos, quer por quem nos visita. -

----- A evolução no sector do turismo é uma prova cabal dessa evolução, hoje Bragança ultrapassa as centenas de milhares de dormidas na nossa cidade, das pessoas que vêm de fora a nossa cidade não é essa actividade que o senhor deputado fala, por outro lado nem toda a gente abandona a cidade, há muitos jovens que se fixam na cidade, há muitos jovens que têm a esperança e a confiança digamos no futuro da sua terra, estou convencido que a esmagadora maioria dos cidadãos também têm essa esperança e essa confiança.

----- As parcerias feitas da valorização das instituições por parte da Câmara Municipal é inquestionável, o Município tem parcerias privilegiadas com o Instituto Politécnico de Bragança, seja Escola Superior de Educação, na Escola Agrária, na Escola Superior de Tecnologia e Gestão. Veja-se a criação, a constituição da parceria para o passo de Ciência e Tecnologia, que o senhor deputado tanto criticou aqui, o Instituto Politécnico é e terá que ser o parceiro número um, terá assim mesmo a direcção executiva do nosso ponto de vista sobre a responsabilidade do Instituto Politécnico, que é onde estão o conjunto de doutores que têm que dar um grande contributo para a qualificação da economia, para a competitividade do

nosso Concelho, têm condições para esse efeito e esse é de facto o parceiro numero um do nosso Município.

----- Em Paradinha Nova, na parte onde o incêndio decorreu, eu acompanhei o incêndio, foram mobilizados imensos meios, muitos meios, a frente de incêndio foi muito extensa, como o Presidente da Junta refere e bem, que houve de facto prejuízos para a população, mas a frente foi muito extensa, digamos assim, algum descuido humano tinha que estar presente neste processo, ou algo próximo do descuido humano, eu julgo, mas houve um grande esforço, uma grande mobilização por parte dos meios da Protecção Civil, sendo que fosse a nível Concelhio fosse a nível Distrital, com a logística possível, incluindo meios aéreos, meios aéreos que no primeiro dia tiveram que ser desmobilizados por ordem do Comando de Operações Distritais que fez uma opção face a outras situações de incêndio, de não deixar propagar ou mobilizar esse meio, mas nós não podíamos contrariar uma opção Distrital, fê-la naturalmente num quadro de referência que possibilita tomar em cada momento em que ela será a decisão que melhor acede à protecção de pessoas e bens. Em traços gerais, eu procurei abreviar, Senhor Presidente. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Chegamos ao fim da primeira sessão da Ordem do Dia, vamos interromper agora os trabalhos, eu sugeria que começassemos às duas e meio que é uma hora e meia, mais do que uma hora e meia, para o almoço, parece-me suficiente.

----- **INTERVALO PARA ALMOÇO** - NESTE PONTO DA AGENDA DE TRABALHOS FOI INTERROMPIDA A SESSÃO, TENDO-SE REINICIADO NOVAMENTE, DEPOIS DE VERIFICADA A EXISTÊNCIA DE QUÓRUM, CERCA DAS CATORZE HORAS E TRINTA MINUTOS.

Presidente da Mesa – Minhas senhoras e meus senhores, há cinquenta e três membros na sala, estamos em condições de retomar os trabalhos. Eu retomava o pedido de silêncio para podermos ser rápidos e eficientes.

----- Vamos entrar no

----- **PONTO 4.2 – DISCUSSÃO E DELIBERAÇÃO SOBRE AS SEGUINTE PROPOSTAS DA CÂMARA MUNICIPAL DE BRAGANÇA:**.....

----- **PONTO 4.2.1 – NONA MODIFICAÇÃO – PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA NÚMERO TRÊS, PROPOSTA DE REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS NÚMERO TRÊS E PROPOSTA DE REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAL NÚMERO DOIS;**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I – CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia dez de Agosto do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadores, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Isabel Maria Lopes, António José Cepeda e Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“NONA MODIFICAÇÃO - PROPOSTA DE REVISÃO AO ORÇAMENTO DE DESPESA NÚMERO TRÊS, PROPOSTA DE REVISÃO AO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS NÚMERO TRÊS E PROPOSTA DE REVISÃO AO PLANO DE ACTIVIDADES MUNICIPAIS NÚMERO DOIS.

Pelo Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira foi presente a terceira Revisão ao Orçamento, a terceira Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos e a segunda Revisão ao Plano de Actividades Municipais para o ano de 2009.

As revisões ao Orçamento, Plano Plurianual de Investimentos e Plano de Actividades Municipais, encontram-se previstas no POCAL e executam-se perante situações perfeitamente tipificadas que obedecem a princípios e regras previsionais legalmente aprovadas naquele diploma.

A proposta agora apresentada e na óptica da Receita, tem por base a antecipação para o corrente ano de co-financiamento aprovado para a realização, em 2010, do projecto submetidos pelo Município ao Quadro de Referência Estratégico Nacional (QREN) - Programa Operacional Regional do Norte - ON2 com a designação de Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe d'Água - Reperfilamento da Avenida General Humberto Delgado) (€ 864 360,00), à comparticipação integral por parte do orçamento de estado com a realização

dos trabalhos adicionais à concretização do Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II (€ 94 500,00) e, ainda, à aprovação de financiamento em regime de reforço de saldo FEDER remanescente para a realização dos projectos submetidos ao programa de cooperação transfronteiriça INTERREG III A, ou sejam, TRANSMUSEOS I, MAT II e COOPERACIÓN EN RED II (€ 718 480,00), bem como o ressarcimento de receitas provenientes do encerramento do mesmo programa e referentes a projectos concluídos até 30 de Junho (€ 545 660,00), conforme quadro que se segue:

Designação dos Projectos	Origem do co-financiamento	Valor
Requalificação e Reintegração Urbana da Zona da Mãe d'Água (Reperfilamento da Avenida General Humberto Delgado)	FEDER	864 360,00 €
Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II	OE - Cap. 50º	94 500,00 €
Red de Museos Multifuncionales Transfronteirizos - Transmuseos I (Centro de Arte Contemporânea Graça Morais)	FEDER	395 040,00 €
Promoção e Desenvolvimento Empresarial - Cooperación en Red II (Construção de Infraestruturas na Zona Industrial de Mós)	FEDER	391 880,00 €
Melhoria da Acessibilidade Territorial - Mat II (Ligação de Fontes Transbaceiro à Fronteira)	FEDER	162 825,00 €
Organização de Intercâmbios Comerciais Transfronteiriços de Produtos Locais - Ferias da Raia (Arranjo da Área Envolvente ao NERBA)	FEDER	23 340,00 €
Potenciación e Afianzamiento Competitivo de Recursos de Uso Empresarial – Parque	FEDER	128 025,00 €
Sistemas de Prevenção e Actuação em Situações de Emergência provocadas por Riscos Naturais e Tecnológicos – Rnt	FEDER	70 640,00 €
Valorização, promoção e conservação de recursos patrimoniais através de um novo itinerário turístico cultural de antigas vias romanas XVII e XVIII que uniam Astorga a Braga II - Vias Augustas II	FEDER	73 640,00 €

Red de Museos Multifuncionales Transfronteirizos II - Transmuseos II (Centro de Arte Contemporânea Graça Morais)	FEDER	18 750,00 €
Total		2 223 000,00 €

Relativamente à inscrição no Orçamento da Receita do valor de € 864 360,00, trata-se da antecipação da comparticipação do FEDER, no Projecto designado “Duplicação da Avenida General Humberto Delgado” e consequente antecipação de Despesa, inicialmente prevista para o Ano Económico de 2010

Do total da receita (€ 2 223 000,00) agora integrada no Orçamento Municipal, € 258 500,00 são canalizados para reforçar despesa Corrente que decorre do ajustamento do mesmo, e € 1 964 500,00 para reforçar despesa de Capital.

Para complemento à execução dos projectos de: Construção do Centro de Saúde de Santa Maria - Bragança II, Conservação dos Fogos dos Bairros de Habitação Social da Mãe d’Água e Coxa, Duplicação da Avenida General Humberto Delgado desde a Escola Abade Baçal à Circular Interior, Construção da Ciclovía na Zona Envolvente do IPB, repavimentação dos Bairros da Cidade, Passeios Diversos na Cidade, Ampliação das Redes de Iluminação Pública na Área Urbana, Pavimentações Diversas, Apoio à Construção e Conservação de Equipamento e Conservação de Equipamento de Instituições e outras do Concelho de Bragança e Apoio à Construção de Centros de Convívio (Freguesias), são reforçados com uma dotação de capital de € 1 964 500,00 .

Com o acréscimo desta receita, o Orçamento Municipal para o ano em curso passa a ser de € 47 528 000,00.

Considerando o exposto submete-se para aprovação da Exma. Câmara Municipal a presente modificação ao Orçamento Municipal, bem como submete-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do art. 64.º e da alínea b) do n.º 2 do art. 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Após análise e discussão, foi deliberado, aprovar a referida proposta, com três votos a favor, dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes e Vereadoras, Maria de Fátima Gomes Fernandes e Isabel Maria Lopes e duas abstenções, dos Srs. Vereadores, António José Cepeda e Maria Idalina Alves de Brito, ficando um exemplar arquivado em Pasta Anexa ao Livro de Actas, cujo teor se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais.

Mais foi deliberado, por unanimidade, dos membros presentes, submetê-la à aprovação da Assembleia Municipal, nos termos da alínea c) do n.º 2 do artigo 64.º e para efeitos da alínea b) do n.º 2 do artigo 53.º da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 20 de Agosto de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – 3.ª Revisão ao Orçamento
Receita, Despesa, Plano Plurianual de Investimentos
E 2.ª ao Plano de actividades Municipal

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara pergunto-lhe se quer apresentar esta matéria ou se considera o texto da certidão suficiente. Reserva-se para prestar esclarecimentos se forem solicitados pelos senhores membros da Assembleia.

----- Registamos inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre este ponto da ordem de trabalhos. Não há inscrições. Pergunto se há inscrições para intervenções sobre este ponto da ordem de trabalhos. O senhor membro da Assembleia Luís Pires quer intervir, faça o favor, tem a tribuna à sua disposição. Quero interpretar a sua pequena demora com hesitação, se não, então faça uma reflexão sobre o que vai dizer

----- **Luís Pires** – Muito boa tarde a todos, a minha pequena inflexão foi mesmo para tentar antever a reacção do Senhor Presidente uma vez que, aquelas coisas que costuma fazer nestas reuniões, que é Por parte dos dez segundos ou assim coisa que o valha... ..

----- **Presidente da Mesa** – O Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, já notou e sabe, e eu já passei por alguma coisa, quer dizer, não é propriamente distração, digamos assim, o formato é com alguma flexibilidade adicional, em vez de, eu sei que o Senhor é capaz de fazer perceber, eu sei que o senhor é capaz de fazer assim, siga, tem a palavra.

----- **Luís Pires** - Muito bem, eu vou-vos confessar uma coisa, muito sinceramente, já que é a última, acho que fica bem, é que nem consegui almoçar de uma forma descansada, por dois motivos, há duas preocupações. Quando eu estive aqui que me ... activamente, uma delas é que eu me esqueci de dizer ao Senhor Presidente que nem tudo estava mal, de facto a situação da sede de campanha em ... da Câmara, para mim é pesado uma vez que é na Praça da Sé, e eu esqueci-me disto na parte da manhã e vim aqui dizer agora à tarde. Finalmente, a outra preocupação foi, apesar de ter conseguido e finalmente chegar ao topo de carreira da minha profissão, e pensar que estou no bom caminho antes dos quarenta anos, o Senhor Presidente vir aqui vocacionar que a minha carreira politica estava terminada, portanto, sem nunca chamado a responsabilidades publicas e eu fiquei a pensar na vida realmente, mas enquanto as populações de Bragança precisarem dos meus préstimos e se eu estiver preparado para isso, estarei cá para assumir as responsabilidades.....

----- E passamos agora ao assunto, enfim, relativamente à questões de Orçamento, nós temos que nos congratular e ser conducente a condizer com as nossas ideias, ou seja, os objectivos da Câmara Municipal de Bragança, as ... juro decorrentes de obrigações legais, outras não, tem sempre a ver com as directrizes que a Câmara Municipal ... na cidade e

claramente nós não estamos de acordo com aquilo que a Câmara fez à cidade e portanto não queremos aprovar este ponto, vamo-nos abster, muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Está a ver como sabia que o senhor era capaz de fazer, acho que sim. Não há mais inscrições para intervenções, Senhor Presidente da Câmara havia necessidade de fazer algum comentário? Não há mais pedidos para intervenções, se houver necessidade, não, então vamos por à votação.

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com zero votos contra, doze abstenções e quarenta e quatro votos a favor, estando momentaneamente cinquenta e seis membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** - declarações de voto? Não há declarações de voto. Está encerrado este ponto da Ordem de Trabalhos.....

----- Passamos ao

----- **PONTO 4.2.2 – REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR; ...**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois de Junho do ano de dois mil e nove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Armando Nuno Gomes Cristóvão, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Isabel Maria Lopes, António José Cepeda e Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Pela Directora de Departamento, foi presente, para aprovação, o Projecto de Regulamento aprovado em Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia 27 de Abril, sujeito a discussão pública, por afixação nos lugares de estilo pelo nosso Edital n.º 32/2009, de 30 de Abril, tendo terminado o prazo em 15 de Junho de 2009.

Na fase de discussão pública, não foram recepcionadas quaisquer sugestões nem reclamações ao Projecto de Regulamento Municipal de Apoios de Acção Social Escolar.

Mais se propõe, que o referido Projecto de Regulamento seja submetido à aprovação da Assembleia Municipal nos termos da alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos das alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, alterada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

PROJECTO DE REGULAMENTO MUNICIPAL DE APOIOS DE ACÇÃO SOCIAL ESCOLAR

Nota Justificativa

O âmbito da atribuição de auxílios económicos enquadra-se num conjunto de medidas do domínio da Acção Social Escolar e prefigura-se como um tipo de apoio sócio-educativo destinado a alunos integrados em agregados familiares caracterizados por situações de vulnerabilidade e carência socioeconómica, necessitando de apoio financeiro para colmatar e compensar os encargos financeiros relacionados com o trajecto e prosseguimento da escolaridade obrigatória.

A fundamental necessidade de assegurar aos munícipes a igualdade de oportunidades no acesso à educação como meio de promoção social e cultural dos cidadãos.

A Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro, e, posteriormente, o Decreto-Lei n.º 7/2003, de 15 de Janeiro, estabelecem o quadro de transferência de atribuições e competência para as autarquias locais, especificamente no domínio da educação (artigo 13.º, n.º 1, alínea d) e artigo 19.º, n.º 1, alínea a), n.º 3, alínea b), d) e e), da referida Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro).

As medidas e procedimentos de apoio aos alunos do Ensino Básico, previstas no âmbito do Decreto-Lei n.º 399-A/84, de 28 de Dezembro (especificamente na gestão dos refeitórios escolares – artigo 4.º, n.º 1, alínea e).

No que diz respeito à matéria de educação, este diploma prevê que compete ao Município, no âmbito da rede pública, compartilhar no apoio às crianças a frequentar a educação pré-escolar e os alunos do ensino básico, no domínio da acção social escolar.

Segundo a Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro (artigos 53.º e 64.º), com a redacção que lhe foi dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro (estabelece o quadro de competências, assim como o regime jurídico de funcionamento dos órgãos dos municípios e das freguesias), compete à Câmara Municipal, no âmbito do apoio a actividades de interesse municipal, prestar apoio a estratos sociais mais desfavorecidos, pelos meios considerados mais adequados e nas

condições constantes no Regulamento Municipal. Compete ainda à autarquia deliberar em matéria de acção social escolar, designadamente no que respeita a alimentação, a alojamento e atribuição de auxílios económicos a estudantes, e definir os escalões de comparticipação familiar para as crianças que frequentam a Educação Pré-Escolar, no âmbito dos estabelecimentos de ensino da rede pública. O Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho que veio enquadrar a Lei Quadro da Educação Pré-Escolar (Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro), referindo-se no seu artigo 6, n.º 2, que as famílias comparticipam nos custos da componente não lectiva da educação pré-escolar, de acordo com as condições sócioeconómicas. O Despacho Conjunto n.º 300/97 (2.ª Série), de 9 de Setembro, vem estabelecer as “normas reguladoras das comparticipações familiares pela utilização de serviços de apoio à família em estabelecimentos de educação pré-escolar”.

O Ministério da Educação, através do Despacho n.º 20 956/2008, de 11 de Agosto, vem regular as condições de aplicação das medidas de acção social escolar.

Este despacho vem igualmente uniformizar as normas para atribuição dos auxílios económicos segundo o posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família. Mais recentemente, o Decreto-Lei n.º 55/2009, de 2 de Março, estabelece o regime jurídico aplicável à atribuição e ao funcionamento dos apoios no âmbito da acção social escolar, enquanto modalidade dos apoios e complementos educativos previstos nos artigos 27.º e seguintes da Lei de Bases do Sistema Educativo, aprovada pela Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro, na redacção dada pelas Leis n.º 115/97, de 19 de Setembro e 49/2005, de 30 de Agosto.

Adicionalmente, no uso da competência prevista pelos artigos 73.º, 74.º, 75.º, 112.º e 241.º, da Constituição da República Portuguesa, conjugado com os artigos 13.º, n.º 1, alínea d), e 19.º, n.º 3, alíneas b) e c), ambos da Lei n.º 159/99, de 14 de Setembro; artigo 64.º, n.º 6, alínea a), da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro; Despacho n.º 18797/2005 (2.ª Série), de 30 de Agosto; artigo 13.º da Lei n.º 5/97, de 10 de Fevereiro; artigo 3.º, n.º 2 e artigo 32.º, n.º 10 do Decreto-Lei n.º 147/97, de 11 de Junho e artigo 118.º do Código do Procedimento Administrativo, é elaborado o “Projecto de Regulamento Municipal de Apoios de Acção Social Escolar”, da rede escolar pública do Concelho de Bragança.

Artigo 1.º

Conceito

1. Os apoios de acção social escolar constituem-se como benefícios, de carácter integral ou parcial, destinados a alunos enquadrados em agregados familiares cuja situação sócioeconómica determina a necessidade de comparticipação para fazer face aos encargos directos e/ou indirectos, relacionados com o cumprimento da escolaridade obrigatória.

2. A comparticipação familiar na componente de apoio à família nos estabelecimentos de ensino pré-escolar e no 1.º ciclo do ensino básico estará enquadrada segundo a definição de escalões, em conformidade com a atribuição de abono de família (1.º e 2.º escalões do abono de família).

Artigo 2.º

Âmbito de aplicação

1. O presente Regulamento pretende abranger os alunos que frequentem estabelecimentos de ensino da rede escolar pública do concelho de Bragança, sendo a atribuição de auxílios económicos relativa a alunos do 1.º ciclo do ensino básico, e a componente de apoio à família, relativa ao ensino pré-escolar público.

Artigo 3.º

Modalidades

1. Os apoios no âmbito da acção social escolar têm as seguintes modalidades:

- a) Subsídio para alimentação;
- b) Subsídio para livros;
- c) Subsídio para alojamento;
- d) Subsídio para transporte.

1.1. As definições para cada modalidade são:

a) Subsídio para alimentação: a atribuição de subsídio de alimentação destina-se a alunos carenciados do 1.º ciclo do ensino básico e a todos os alunos deslocados da sua residência (com residência nas freguesias rurais, independentemente da situação socioeconómica do agregado familiar).

b) Subsídio para livros: a atribuição de livros destina-se a alunos carenciados do 1.º ciclo do ensino básico (posicionados no 1.º escalão do abono de família) e a sua entrega será realizada durante os meses de Setembro e Outubro de cada ano lectivo.

Os alunos posicionados no 2.º escalão do abono de família terão direito à comparticipação de 50% do valor total dos livros obrigatórios, através de reembolso pago pelo

município e segundo a apresentação das facturas comprovativas da despesa, por parte do beneficiário.

c) Subsídio de transporte: A Câmara Municipal suportará integralmente o custo de transporte de todos os alunos que frequentam o Ensino Básico quando residam a mais de 3 ou 4km dos estabelecimentos de ensino, com ou sem refeitório respectivamente, e sujeitos à escolaridade obrigatória, em conformidade com o disposto no n.º 1, do artigo 2.º e n.º 1 do artigo 3.º, ambos do Decreto-Lei n.º 299/84, de 05 de Setembro.

Os alunos matriculados fora do âmbito da escolaridade obrigatória, que integrem agregados familiares de baixos rendimentos, poderão apresentar até 15 de Setembro de cada ano lectivo candidatura à isenção total ou com 50% de redução nos encargos com o valor do passe escolar, posicionados no 1.º e 2.º escalão do abono de família, respectivamente.

d) Subsídio de alojamento: o subsídio de alojamento será atribuído após realização de um estudo social de cada situação apresentada, mediante solicitação escrita e fundamentada pelo encarregado de educação.

2. A componente de apoio à família do ensino pré-escolar tem as seguintes modalidades:

- a) Modalidade da refeição;
- b) Modalidade do prolongamento de horário.

2.1. As definições para cada modalidade são:

a) Modalidade da refeição: A prestação deste apoio consiste no fornecimento do almoço, entre o período das 12h00 e as 14h00 horas, a todas as crianças que beneficiem da componente de apoio à família;

b) Modalidade do prolongamento de horário: consiste no acompanhamento da criança e desenvolvimento de actividades em horário não lectivo, especificamente, no período da manhã entre as 08h00 e as 09h00 e no período da tarde a partir das 16h00 até às 19h00 (exceptuando os estabelecimentos de ensino pré-escolar pertencentes ao Agrupamento Vertical de Izeda, em que o prolongamento de horário apenas compreende o período da tarde, das 15h30 às 17h30).

Artigo 4.º

Comparticipação familiar máxima (CAF)

1. Para cada ano lectivo, a participação da modalidade de refeição e prolongamento de horário será definida de acordo com os valores aprovados pela Câmara

Municipal de Bragança (anualmente revistos no âmbito do Anexo ao Acordo de Cooperação do Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar) e divulgados segundo os meios considerados adequados.

2. A comparticipação familiar para a componente do prolongamento de horário poderá ter a redução de 50%, caso no acto de inscrição, e com declaração comprovativa do Agrupamento de escolas, seja requerido o prolongamento de horário somente para o horário da manhã ou para o horário da tarde.

Artigo 5.º

Documentação necessária à instrução dos processos

1. Boletim de candidatura próprio, fornecido pela Câmara Municipal de Bragança, preenchido de forma completa, assinado pelo encarregado de educação e validado com o carimbo do estabelecimento de ensino.

2. Declaração passada pelo Instituto da Segurança Social, IP – Centro Distrital de Bragança, na qual conste o escalão de rendimento para atribuição de abono de família.

3. Quando não seja possível apresentar alguns dos documentos supra referidos, devem as suas declarações ser aceites, sem prejuízo dos serviços competentes procederem às diligências necessárias à verificação dos factos declarados.

Artigo 6.º

Acções complementares

1. A Câmara Municipal de Bragança deverá, em caso de dúvida sobre os rendimentos, desenvolver as diligências complementares que considera adequadas ao apuramento da situação socioeconómica do agregado familiar do aluno, nomeadamente, através de visitas domiciliárias, bem como através de cruzamento de dados com outras instituições. Estas diligências devem prevenir ou corrigir situações de usufruto indevido de direito aos benefícios previstos neste Regulamento, bem como promover administrativamente a atribuição das condições que conferem direito aos diferentes benefícios no âmbito da acção social escolar.

2. Em caso de se verificarem irregularidades referentes à candidatura, nomeadamente, falsas declarações dos candidatos, a Câmara Municipal de Bragança poderá não atribuir ou suspender a concessão dos apoios previstos.

Artigo 7.º

Normas para o cálculo da capitação

1. O valor mensal da comparticipação é calculado em função do posicionamento nos escalões de rendimento para atribuição de abono de família, tal como estipula o artigo 8.º, n.º 1, do Despacho n.º 20 956/2008, de 11 de Agosto, sendo este critério alterado sempre que haja lugar a rectificações produzidas pelo Ministério da Educação.

Escalões/Rendimento Per/capita	Serviço de Refeições (Pré-Escolar e EB1)	Auxílios Económicos (Livros)EB1	Isenção/Redução no Preço do Passe Escolar
Escalão 1 Abono de Família	Isenção 100%	Isenção 100%	Isenção 100%
Escalão 2 Abono de Família	Redução 50%	50%(reembolso)	Redução 50%
Escalão 3 Abono de Família	Sem Redução	Sem Reembolso	Sem Redução

2. Anualmente os valores das comparticipações familiares no âmbito da educação pré-escolar serão objecto de reavaliação, segundo a fundamentação produzida pela Câmara Municipal de Bragança e de acordo com as alterações produzidas anualmente pelo Ministério da Educação.

Artigo 8.º

Cooperação e responsabilidade

1. Os órgãos de gestão dos agrupamentos de escolas e estabelecimentos do 1.º ciclo do ensino básico e do Pré-Escolar, os professores e educadores deverão dar o devido conhecimento aos encarregados de educação das normas e procedimentos relativos à atribuição dos auxílios económicos a alunos carenciados e o custo relativo às modalidades da componente de apoio à família, através da entrega do boletim de candidatura, onde constam as normas a cumprir, bem como os elementos a fornecer, devendo ainda apoiá-los no esclarecimento de eventuais dúvidas e/ou encaminhá-los para os serviços de acção social escolar da autarquia.

2. Deverá ser afixado em local acessível, em sede dos agrupamentos de escolas, jardins-de-infância, escolas do 1.º ciclo do ensino básico e na Câmara Municipal, o quadro dos escalões e respectivas comparticipações relativas às diferentes modalidades.

3. No processo de inscrição, matrícula/renovação de matrícula, os candidatos (através dos encarregados de educação) deverão preencher o boletim de candidatura, disponibilizados anualmente pelos serviços da Câmara Municipal de Bragança aos estabelecimentos de educação pré-escolar e às escolas do 1.º ciclo do ensino básico do concelho.

4. O boletim de candidatura deverá ser entregue pelos encarregados de educação nos respectivos estabelecimentos de educação até 30 de Abril de cada ano, no caso de renovação de matrícula/inscrição, exceptuando alunos/crianças que se inscrevem pela primeira vez no Ensino Básico e Educação Pré-escolar e para o qual o poderão fazer até ao dia 30 de Junho de cada ano.

Artigo 9.º

Situações excepcionais

1. A comparticipação familiar para a componente de prolongamento de horário poderá ter uma redução de 50% caso no acto de inscrição seja requerido prolongamento de horário somente para o horário da manhã ou para o horário da tarde e com declaração anexa, emitida pelo respectivo Agrupamento do estabelecimento de ensino.

2. A comparticipação familiar para a componente de almoço, no âmbito do ensino pré-escolar, poderá ser paga de forma unitária quando, por motivos devidamente justificados e com declaração comprovativa do agrupamento de escolas, os encarregados de educação necessitem esporádica e imprevisivelmente, e em número não superior a 3 refeições semanais, de recorrer a este serviço. O preço unitário da refeição será definido no início de cada ano lectivo tendo por referência os valores actualizados do Acordo de Cooperação no âmbito do “Programa de Expansão e Desenvolvimento da Educação Pré-Escolar”.

3. As famílias beneficiárias do Rendimento Social de Inserção (RSI), posicionam-se no 1.º escalão, mediante a apresentação de documento comprovativo do deferimento da prestação, emitido pelo Centro Distrital de Segurança Social de Bragança.

4. As famílias monoparentais, incluídas no escalão 3, podem usufruir de uma redução de 20% no valor de pagamento das refeições.

5. Aos estudantes portadores de deficiência é atribuído o 1.º escalão, mediante apresentação de documento comprovativo do abono complementar por deficiência.

6. Aos estudantes institucionalizados em IPSS ou outras instituições de acolhimento é atribuído o 1.º escalão, mediante a apresentação de documento emitido pela entidade acolhedora.

7. Os estudantes filhos de imigrantes ilegais com matrícula condicional têm direito aos apoios de acção social escolar, numa óptica de não discriminação/inclusão social em função da sua nacionalidade.

Artigo 10.º

Alteração da situação sócioeconómica

1. Sempre que ocorram alterações da situação sócioeconómica do agregado familiar, designadamente, doença, morte, desemprego, alteração de rendimentos e do número de elementos que integram o agregado familiar, os Serviços de Acção Social Escolar procederão a uma reavaliação do processo social, se apresentado requerimento nesse sentido.

Artigo 11.º

Regras do pagamento

1. Os beneficiários deverão proceder ao pagamento dos serviços até ao dia 28 do mês da emissão da factura.

2. O pagamento poderá ser efectuado através de cheque, numerário ou multibanco.

3. Após o pagamento, e para efeitos de IRS, a Câmara Municipal de Bragança emitirá uma declaração global por ano civil, na qual constam os pagamentos efectuados pelo encarregado de educação.

Artigo 12.º

Local do pagamento

As participações familiares da componente de apoio à família são pagas nos serviços de Tesouraria da Câmara Municipal de Bragança.

Artigo 13.º

Divulgação dos resultados

1. A Câmara Municipal procederá ao envio das listas nominais para as sedes do Agrupamento de escolas e para os jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo, até ao primeiro dia do início do ano lectivo.

2. Os responsáveis dos jardins-de-infância e escolas do 1.º ciclo deverão afixar as listas nominais em local visível até ao início do ano lectivo, ou informar os encarregados de educação pelos meios convenientes.

Artigo 14.º

Prazo de reclamação

1. As reclamações deverão ser feitas no prazo de 15 (quinze) dias úteis, a contar da data da afixação das respectivas listas.

2. As reclamações deverão ser feitas nos serviços de Acção Social Escolar da Câmara Municipal de Bragança.

3. Em conformidade com o Código do Procedimento Administrativo (CPA), o resultado da reclamação será posteriormente comunicado aos interessados e à escola/jardim-de-infância respectiva (o).

Artigo 15.º

Desistências e faltas

1. Em situação de desistência e/ou faltas, os encarregados de educação devem cumprir os seguintes procedimentos:

a) Se a criança deixar de frequentar a componente de apoio à família, o encarregado de educação deverá comunicar à Câmara Municipal de Bragança, a desistência por escrito e com uma antecedência de 5 dias úteis. A não realização deste procedimento implica o pagamento integral da mensalidade do respectivo mês;

b) As faltas devem ser comunicadas por escrito ou através de telefone ao estabelecimento de ensino;

c) Se o encarregado de educação não fizer a comunicação a que se refere a alínea a), a participação familiar continuará a ser-lhe exigida até ao momento em que a Câmara Municipal tome conhecimento da desistência da prestação do referido serviço.

d) Em situação de doença, a comunicação deve ser feita por escrito, no dia em que a criança começa a faltar, ao estabelecimento de ensino que frequenta. Deverá anexar-se documento comprovativo da doença (caso a criança falte mais de 5 dias) e posteriormente, o mesmo deverá ser enviado para a Câmara Municipal de Bragança.

2. Quando a criança, por razões de doença ou outras, alheias à vontade dos encarregados de educação, situação justificada por declaração médica, não usufrua o mês completo das modalidades constantes no artigo 3.º, n.ºs 1 e 2, o encarregado de educação deverá ter uma redução na proporção do número de dias sem actividade lectiva.

Artigo 16.º

Pagamento em atraso

1. Sempre que se verificar que o pagamento da comparticipação familiar não é efectuado dois meses seguidos (ensino básico e pré-escolar), a criança não poderá continuar a frequentar a componente de apoio à família/almoço até que a situação seja regularizada.

Artigo 17.º

Férias

1. A comparticipação familiar na componente de apoio à família durante o período das férias lectivas, terá uma redução na proporção do número de dias sem actividades lectiva.

2. Nos meses de Setembro e Julho (início e final do ano lectivo), os encarregados de educação deverão pagar as refeições de forma unitária.

Artigo 18.º

Comunicação de frequência

1. A criança pode começar a frequentar a componente de prolongamento (devidamente justificada) e/ou refeições, em qualquer altura do ano lectivo, caso ainda existam vagas nomeadamente no serviço de fornecimento de refeições, após o encarregado de educação manifestar esse interesse ao estabelecimento de ensino e comunicar esse facto por escrito à Câmara Municipal.

2. A formalização do processo implica o preenchimento do boletim de inscrição respectivo, fornecido pelos serviços.

3. A comparticipação familiar ser-lhe-á exigida a partir do dia em que a criança iniciar a componente de apoio à família.

Artigo 19.º

Situações de exclusão

1. Serão excluídos os candidatos que:

a) Não preencham integralmente o boletim de candidatura ou não entreguem a documentação exigida;

b) Entreguem o processo de candidatura fora do prazo estabelecido;

d) Não seja possível apurar a situação económica do agregado familiar, devido à insuficiência de documentos, inviabilizando o estudo da situação sócio económica;

e) Prestem falsas declarações, tanto por inexactidão como por omissão, no processo de candidatura.

Artigo 20.º

Disposições finais

1. Os boletins de candidatura serão disponibilizados, gratuitamente nos Serviços de Acção Social Escolar da Câmara Municipal de Bragança.

2. As dúvidas e casos omissos no presente Regulamento serão resolvidos pela Câmara Municipal de Bragança.

Artigo 21.º

Entrada em vigor

O presente Regulamento entra em vigor após aprovação pela Assembleia Municipal de Bragança e respectiva publicação em edital a ser afixado nos lugares de estilo e na página electrónica da Câmara Municipal de Bragança (www.cm-braganca.pt).

Após análise e discussão, foi deliberado, por unanimidade, aprovar o Projecto de Regulamento Municipal de Apoios de Acção Social Escolar.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter o referido Projecto de Regulamento à aprovação da Assembleia Municipal, de acordo com a alínea a) do n.º 6 do artigo 64.º e para efeitos previstos na alínea a) do n.º 2 do artigo 53.º, ambos da Lei n.º 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei n.º 5-A/2002, de 11 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

.....Bragança e Paços do Município, 19 de Agosto de 2009

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente, faça-lhe a mesma pergunta. Resposta aos pedidos de esclarecimentos, se for caso disso.

----- Inscrições para pedidos de esclarecimentos? Não há inscrições para pedidos de esclarecimentos. Inscrições para intervenções? Uma inscrição, o Senhor Membro da Assembleia, Lídio Correia, tem a tribuna à sua disposição.

----- **Lídio Correia** – Boas tardes a todos. Espero que tenham almoçado bem, embora eu tenha comido um almoço que era oferecido e tive de o pagar, dizia em casa que não almoçava, cheguei aqui e tive de ir almoçar fora, isto não pode ser assim.

----- Bom, muito mais a sério, este Regulamento Municipal de Acção Social Escolar merecenos fortíssimos..., desde logo, porque ele é conivente com o não cumprimento da Constituição da República, porque a Constituição da República, diz que com excepção do Ensino Superior que graças ao PS e ao PSD é tendencialmente gratuito, porque estava consignado na

Constituição que já era gratuito, tudo o resto no ensino é gratuito, o que significa que não necessitaríamos de regulamentos quaisquer, como se fosse para definir formas de financiar o ensino público, depois, mesmo a própria redacção deste regulamento fará com que efectivamente nós votemos contra, nos merece fortes medidas, diz que o subsídio de transporte é municipal, suportará integralmente o custo de transporte de todos os alunos que frequentam o ensino básico, onde residam há mais de três ou quatro quilómetros, com ... ou sem E então porque é que não se incentiva as pessoas a andarem nos transportes públicos? Porque é que é só os indivíduos que moram a três ou quatro quilómetros? Porque é que não se incentivam, sendo que os nossos transportes públicos andam permanentemente, ou se não é permanentemente muitas vezes vazios, porque é que não andam, porque é que as pessoas que moram a quinhentos metros? Porque é que não de andar vazios?

----- Depois diz que os subsídios de alimentos, os subsídios de alimentos depois de já ter ido após a realização de um estudo social de cada situação apresentada, mediante solicitação escrita e fundamentada pelo encarregado de educação, quer dizer, andamos nós aqui a acusar de burocracia o Estado Central a Administração Central e nós andamos aqui a burocratizar, quer dizer, então estamos a obrigar os pais dos nossos alunos, muitos deles sofrem de grande iliteracia, sei lá de que e estamos a obrigá-los a que... é para dizer com que não venham requerer o que quer que seja. Depois diz a localidade ... actividades em horário não lectivo, conforme as actividades, ou seja, nós estamos aqui a querer prolongar o horário lectivo para quê? Para anunciar... ou seja, o que é que se dava aos meninos depois de esses horários escoares, desculpem lá, isto não me parece muito consentâneo. Mas vamos ver aquilo que se passou com o que se discutiu, as obras, será como as obras, as chamadas obras que nem sequer sei o nome, estou aqui a ver, daqueles miúdos que eu lhe chamo miúdos, os jovens que vêm dar aulas e aquilo que dão é ensino pago a cinco euros ou seis euros à hora, porque entretanto a Câmara Municipal resolve contratualizar através de uma empresa, porque a empresa também têm que ganhar dinheiro, já tem que haver intermediários a ganhar dinheiro no meio disto tudo e de facto quem efectivamente presta o serviço, ou seja esses jovens que dão aulas de educação física ou inglês, acabam por receber metade daquilo que efectivamente tinham direitos para o que o próprio Estado paga, não nos parece bem.

----- Mas a comparticipação ... que o prolongamento de horário poderá ter a redução de cinquenta por cento, caso no acto da inscrição e com declaração de prorrogativa do governo, se vocês criam o prolongamento, o horário... concorre então, os outros não têm horário, só se

for simples, senão não têm direitos nenhuns. A Câmara Municipal de Bragança, deverá em caso de duvida sobre os rendimentos desenvolver as diligencias complementares que considera adequadas ao prolongamento da situação sócio económica do agregado familiar, nomeadamente através de visitas domiciliárias, bem como através de cruzamentos de dados com outras instituições, cruzamentos de dados até proibido, estas diligencias devem prevenir ou corrigir situações de usufruto..., a Constituição da República diz claramente que as pessoas têm direito às coisas, não têm que estar aqui a dizer, colectadas naquilo que têm direito.

----- Depois disto, regras de pagamento, até tem regras para pagamento, o pagamento poderá ser efectuado através de cheque, numerário ou multibanco, até se diz às pessoas como é que poderão pagar, quer dizer é preciso estarem informadas as pessoas disto? Tem que estar aqui? As famílias monoparentais, incluídas neste escalão podem usufruir duma redução de vinte por cento no valor de pagamento das refeições. E porquê as monoparentais e não as outras todas, às famílias monoparentais não implicam de mais possibilidades de quaisquer uma das outras, até porque o ensino deveria, as coisas nem sequer se colocam a esse nível. Depois esta aqui choca-me, os responsáveis dos Jardins-de-infância e Escolas do Primeiro Ciclo deverão afixar, deverão, afixar as listas nominais em local visível, até ao inicio do ano lectivo ou informar as encarregadas de educação pelos meios convenientes, ou seja, até se vai colocar o nome das pessoas que usufruem disto, daquilo ou daqueloutro, quer dizer, a própria vida familiar das pessoas é uma devassa até pela forma como as pessoas vivem, e não nos esqueçamos de uma coisa, a questão da atribuição do primeiro, segundo e terceiros escalões, do abono de família, tem muito que se lhe diga, porque há gente com muitos rendimentos que estão no primeiro escalão, e há gente que não têm rendimento e que está no terceiro, e todos nós sabemos que é assim, aliás a conversa ao nível da própria, daquilo que se passa em todos os graus de ensino, mesmo na aquisição de bolsas de estudo e no pagamento de propinas.

----- A de desistências ou falhas, os encarregados de educação devem cumprir os seguintes procedimentos, se a acriança deixar de frequentar a componente de apoio à família, o encarregado de educação deverá comunicar então a desistência à Câmara Municipal, por escrito, com uma antecedência mínima de cinco dias. Mais burocracia em cima dos pais e encarregados de educação. Se o encarregado de educação não fizer a comunicação a que se refere a alínea a), a comparticipação familiar continuará a ser exigida em tal momento em que a Câmara Municipal tome conhecimento da existência da protecção do referido serviço, toma aí, ... em situação de conveniência, a comunicação deve ser feita por escrito, não..., não basta

comunicar, tem que ser por escrito, nos tempos do simplex, nós pomos as questões por escrito.....

----- Depois, entre várias outras coisas, até temos o pagamentos em atraso, sempre que se verificar que o pagamento da comparticipação familiar não é efectuada, dois meses seguidos, no ensino básico pré-escolar, a criança não poderá frequentar a componente... de familiar almoço, até que a situação seja regularizada, quer dizer, fica à porta, se algum pai tiver razões, ou porque não quis ou não esteve para se chatear ou porque até não tem a noção de que são, as responsabilidades..., o menino não come, fica à porta, vê os outros a entrar, é o que está aqui escrito neste regulamento. A criança pode começar a frequentar a componente do prolongamento, devidamente especificado, em qualquer altura do ano entenda, caso ainda exista vagas, nomeadamente no serviço no fornecimento de refeições. E se não houver vaga, Sr. Presidente, não come? Pronto, esta é que é a questão, ou seja, resumindo, este regulamento não tem razão de ser, não tem razão de existir, desde logo, porque está mal feito, desde logo porque efectivamente não contempla aquilo que atrás se disse, na simplicidade do método e sobretudo porque coloca a Câmara Municipal, ... pelo não cumprimento da Constituição da República, que diz que o ensino é gratuito para todos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Perguntava se há mais inscrições para intervier.

----- Senhor Membro da Assembleia, Bruno Veloso, tem a palavra.....

----- **Bruno Veloso** – Muito boa tarde a todos, peço desculpa por estar ali em conversa e distrai-me. Neste ponto poderia de facto haver algumas melhorias, mas deixaria uma proposta, se a Câmara fosse susceptível, que fosse retirada nomeadamente a isenção da redução no preço do passe escolar, onde tem aqui a isenção a cem por cento, apenas para alguns abonos de família, no escalão do abono de família, redução de cinquenta por cento e no terceiro escalão de abono de família, sem redução, atendendo à idade dos jovens, atendendo às preocupações ambientais que também se devem inculcar nos próprios jovens em idade escolar, como um fomento da própria Autarquia, com a utilização dos Transportes Urbanos e com base num suporte de educação, sugeria... passe escolar, todos os escalões ficassem isentos, como medida efectiva de apoio disponível sobre os transportes públicos, porque ensinando e começando pelas idades mais jovens, se consegue consciencializar para a importância cada vez mais, da utilização de uma rede eficaz de transportes públicos e portanto, num aspecto pedagógico, num aspecto de fomento, eu acho que era uma medida que merecia importância. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara tem a palavra

----- **Presidente da Câmara** – Muito boa tarde para todos. Trata-se de um regulamento de apoio, num dos apoio de Acção Social Escolar e não de um regulamento na área pedagógica. Os assuntos da área pedagógica tratam-se noutra âmbito, com os respectivos agrupamentos. Acho que aí o nosso deputado, Lídio Correia, que teve aqui alguma confusão, os horários são claros, sabem o que é o prolongamento, sabem, digamos, como é que se articulam os vários apoios, seja na área da alimentação, seja na área do transporte escolar, para subsídios de alojamento.

----- É possível clarificar algumas regras, digamos assim, que quem tem que tomar decisões para resolver problemas, deve fazê-lo com transparência, essa é a primeira regra, transparência, e digamos, para haver o mínimo de transparência há um mínimo que tem sido exigido, não é com mais papel, mais burocracia ou menos burocracia, os procedimentos de exigência são extremamente simplificados, e são basicamente, assentam na confiança das declarações apresentadas pelas pessoas basicamente, agora se houver conhecimento dos apoios que a Câmara está a conceder, isso permite por exemplo, que uma pessoa rica, não esteja a beneficiar ilegitimamente eventualmente de um apoio social em detrimento de quem precisa, por exemplo, a transparência não faz mal a ninguém, é um processo no meu ponto de vista, ninguém deve sentir-se incomodado com isso, por outro lado, há alguns ajustamentos face a legislação recente, sobretudo há uma questão política aqui envolvida e política é, todos os filhos das famílias carenciadas não devem em circunstancia nenhuma ficar nem à porta do refeitório nem à porta do Jardim de Infância nem ser impedidos de ir a um espectáculo, é a verdade, qualquer ... de ensino não há um exemplo para que contrarie esta nossa, ... de política através dos agrupamentos, das escolas, sempre que têm necessidade e identificam, sinalizam alguma situação que seja, no início ou mesmo a meio do ano.....

----- Os nossos serviços do município, serviços sociais, ...o sentido de ir ao encontro destas situações, é esse o trabalho de exercício e de solidariedade que tem de ser feito através do município, por parte de todos, via município, esse trabalho tem que ser feito, as questões de pagamento ninguém... preciso, sensibilizar, ter alguma orientação, dizer assim, passado um determinado período de tempo se não há pagamentos feitos, enfim, que os serviços façam diligências junto das pessoas e nós temos essa experiência, sabemos o que aconteceu este ano, que é um ano difícil, pronto as pessoas não conseguiram pagar nos prazos que devia, o trabalho que tem estado a ser feito com as famílias para ajudar a encontrar soluções, as

funções possíveis, às vezes com um número elevadíssimo de prestações com valores baixos, seja nesta área, seja na área da água, seja na área das rendas sociais. Está do nosso lado uma sensibilidade social presente e atenta e que não tem a ver com os papeis, tem a ver com as pessoas. Este regulamento é um regulamento, do nosso ponto de vista, transparente nesse âmbito, não é perfeito, mesmo assim é um regulamento, é uma orientação e é uma orientação que resulta já de uma experiência muito alargada por parte dos serviços sócias da Câmara e com articulação com outras instituições que trabalham nesta área, uma ou outra sugestão ficou presente, nós tomamos a devia nota para que em tempo oportuno se houver condições para o fazer, poder vir a ser feito um tipo de regulamento com uma alteração fácil de fazer em cada momento. A discussão pública hoje faz-se num prazo muito curto, e na aprovação do Órgão Deliberativo também, também se aprova, não quer dizer que não se faça uma rectificação logo a seguir, vamos estar atentos, é no nosso ponto de vista preparado pelos serviços, é um regulamento com bastante atenção às questões sociais e que vai ao encontro de uma forma clara e objectiva, penso que das situações, das situações e carência e podem surgir em qualquer momento, que não de forma estruturada no inicio do ano lectivo.

----- O transporte, digamos, desapontar transporte de elevados quilómetros conforme existência... ou não, tem a ver um pouco com a situação em geral, os transportes colectivos não se coadunam nos seus horários em todas as linhas com os horários escolares, também essa verificação, por outro, a causa dos pais levarem os filhos à escola em distâncias curtas, não é desajustado, eu fi-lo às minhas filhas, os miúdos começarem a ir sozinhos à escola, digamos, libertando-os, deixando-os ganhar responsabilidade, também não é negativo, portanto, não vamos querer entrar aqui num processo de protecção. Situações desajustadas que trazem um peso também excessivo e desnecessário sobre uma instituição pública que eventualmente carece de alguns apoios que podem vir a ser desperdiçados, por causa de situações sociais prementes. O transporte escolar e refeições, na área do transporte escolar, as refeições na parte rural, o município, a Câmara assumiu serem todas gratuitas, porque se trata de deslocar jovens de local ermo, de encerrarmos escolas para ensinos escolares, portanto, aí há aqui uma diferenciação, dizer, entre o que é a situação de apoio às crianças do meio rural, portanto, emenda aqui esta situação de apoio às crianças na cidade, na cidade quem pode pagar paga a refeição totalmente, parcialmente, ou não paga, conforme a situação de carência, na parte rural não paga ninguém, mesmo que esteja em condições, tendo em conta... das suas aldeias para o ensino escolar noutra freguesia próxima.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado, Senhor Presidente.

----- Vamos passar à votação.

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com quatro votos contra, uma abstenção e sessenta e cinco votos a favor, estando momentaneamente setenta membros presentes.**

----- **Bruno Veloso** - O Partido Socialista votou a favor deste regulamento, mas depois, daqui a um bocadinho, na intervenção e a minha sugestão, para... de facto de não ter sido aceite uma proposta tão simples, que iria um bocadinho mais além neste regulamento, ou seja, atribuir algumas condições pedagógicas, definindo a utilização dos transportes públicos e não acresceria mais nada em termos de custos à Câmara, apenas, por de facto, alguma preocupação ambiental e no incentivo claro a que os jovens desta cidade de Bragança, pudessem utilizar com maior facilidade a rede de transportes públicos, consciencializando assim com alguns problemas para o futuro. Também sobre essa matéria, era apenas o que queríamos dizer e lamentar, de facto, que se tenha vindo em prol do que se faz, mas quando se está a fazer este regulamento, não se tenha tido essa abertura, para de facto poder fazer uma modificação aqui, que nada mudava ou em nada contrariava o espírito com que é apresentado este regulamento. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Membro da Assembleia, Lídio Correia, faça o favor, para a sua declaração de voto.

----- **Lídio Correia** – Nós votámos contra pelas razões que aludimos antes e porque efectivamente temos a noção clara do que é a parte pedagógica e o que é a parte da Acção Social. O Senhor Presidente na sua intervenção veio efectivamente confirmar de que isto de regulamento é mais um proforme do que outra coisa, na medida em que pode ser quebrado sempre que necessário ou sempre que as pessoas lhe..., portanto, temos um regulamento para dizer que temos um regulamento. Muito obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida.

----- **Guedes de Almeida** – O voto contra precisamente que vem na sequencia daquilo que ..., isto é, não ligar à função dos professores, e é, actualmente, discriminada quase à nascença, os que são ricos, os que são pobres, os que podem pagar e os que não podem pagar, isto quando há uma obrigatoriedade de frequentar o ensino obrigatório até ao décimo segundo ano. Com estas regras começam a frequentar, hoje sabemos que uma região rural, ou

essencialmente rural, o que vemos na região do funcionalismo público, de categoria média, os quadros superiores são poucos nesta região, com possibilidades para suportarem aquilo a que vão ser retirados os alunos, para satisfazerem, na minha perspectiva, alguns caprichos que apenas formalmente, não materialmente se dizem que têm acesso e podem frequentar. Este regulamento, não pode ser um documento assim, isto é, mas se não for é a mesma coisa, é uma regulamento que tem zonas rígidas, claras e sobretudo é que teve uma filosofia em que assenta este regulamento, isto é, olhar para a pessoa, olhar para a pessoa para a formação de jovens, e fazer com que os jovens à partida e nesses quadros onde vão ser inseridos, não há uma promessa... uns aos outros ou se roubassem uns aos outros, uns são rico, outros são pobres, uns podem outros não podem, outros podem mas não devem..., porque há quem diga, se for para a Autarquia que, de certa forma, poderão fazer entrar isso, efectivamente mudaram-lhe o nome que se não pagar, fica à porta, isso seria criticar, como disse à partida, o que não pode ficar assim aberta essa possibilidade de a Câmara ter, se dizer que pretende discriminar. E mais, há aqui mais uma espécie de hierarquia supra-entendente da Câmara Municipal nesta matéria, relativamente às escolas, eu julgo que está mal, eu acho que está mal a Câmara meter-se na direcção dos agrupamentos escolares, ..., as escolas são para os professores, são para os alunos, para os encarregados de educação, não são para as estruturas políticas como é o caso e neste caso...alguns artigos algumas cláusulas que são abusivas e vem na situação económica das famílias.....

----- Nós vemos agora a discussão do sector das contas bancárias ao fisco, é difícil, é complicado, não há consenso, mas há aqui um artigo qualquer que diz que podem fiscalizar quase todos... declarar... um... qualquer, portanto eu julgo que isto, é uma situação que é abusiva, que é excessiva, e que de certa forma pode obrigar, está-se a ver que votei contra..., Não posso? O que está aqui..., até ao dia 28 do mês da factura, e se não a pagarem? Não tem aqui a resposta, mas tem que haver se está prevista qualquer sanção, isto eu considero que a Câmara e em termos objectivos, todos os alunos deveriam ou gratuitamente ou todos pagavam o mesmo, não deveria haver esta lógica de divisão, seria igual para todos, desde os transportes, desde a alimentação, desde outras actividades que tivessem no âmbito da escola.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Para uma declaração de voto, relativamente ao seu voto contra, o Senhor Presidente de Junta de Castro de Avelãs, faça o favor.....

----- **José Vicente Fernandes** – Senhor Presidente da Mesa, Senhores Secretários, Senhor Presidente da Câmara, caros colegas e deputados. O meu voto contra é no sentido que ali no

Bairro das Touças há crianças que têm direito a transporte e há crianças que não têm direito a transporte. No caso de serem de etnia cigana, eu não tenho nada contra as crianças de etnia cigana, mas acho que os outros deviam ser tributados de forma igual, porque estão na mesma área de distância, tenho dito.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhores Membros da Assembleia, vamos passar ao próximo ponto, faça o favor, faça o favor.

----- **Paulo xavier** – Eu podia votar a favor, como votei... regulamentos e normas, ao contrário do meu..., no entanto,... da Câmara Municipal, no sentido do artigo décimo terceiro, a divulgação dos resultados, poderia efectivamente merecer... e escola do primeiro ciclo... ..

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Podemos agora passar ao ponto 4.2.3 em que a Assembleia é chamada a deliberar relativamente à revogação de uma deliberação que tinha tomado. Todos estamos lembrados de que foi decidido nesta Assembleia aprovar de forma condicionada a doação do imóvel à ACISB, hoje a Assembleia é chamada a deliberar sobre a revogação dessa decisão tomada pela Câmara Municipal.....

----- **PONTO 4.2.3 – REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA DOAÇÃO DO IMÓVEL À ACISB – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE BRAGANÇA;**

----- Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e dois de Junho do ano de dois mil e nove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Armando Nuno Gomes Cristóvão, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Isabel Maria Lopes, António José Cepeda e Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“REVOGAÇÃO DA DELIBERAÇÃO DA DOAÇÃO DO IMÓVEL À ACISB – ASSOCIAÇÃO COMERCIAL, INDUSTRIAL E SERVIÇOS DE BRAGANÇA

Pelo Sr. Presidente, foi presente o ofício que a seguir se transcreve:

A Direcção da ACISB - Associação Comercial, Industrial e Serviços de Bragança, vem respeitosamente por este meio, solicitar a V. Exa., se digne avaliar a pretensão abaixo exposta, esperando que a mesma venha a ser deferida.

Agradecemos em primeiro lugar o empenho de V. Exa. e respectivo executivo na tentativa de resolução do nosso problema, através da doação da fracção independente do prédio em regime de propriedade horizontal designado pela letra A, sito na Rua Abílio Beça, n.º 92, 1.º andar, em Bragança, conforme refere o V. Ofício n.º 5 650, de 22 de Maio de 2009.

A doação à ACISB das áreas do edifício a ela afecto, nos moldes em que a Edilidade nos beneficiou em passado recente, seria suficiente noutros tempos à resolução do problema já exposto a V. Exa.

As Instituições Bancárias, nomeadamente Caixa Geral de Depósitos e Millenium BCP recusaram a operação de empréstimo a longo prazo com garantia real.

As razões da recusa não nos foram explicadas, pese embora, entendamos que a, mesma aconteceu pelo facto da garantia a apresentar (Edifício doado) se encontrar já onerada pela cláusula de reversão, cláusula 2.ª.

A oportunidade da operação para nós estava verificada, temos contratos assinados com o Estado, actividade operacional, objectivos específicos de desenvolvimento empresarial local.

Talvez não seja oportuno pela crise financeira a que somos alheios, mas o que é facto, é que tal recusa não sustentada, inviabiliza os sobre ditos projectos, substrato de missão desta Associação.

Como foi transmitido a V. Exa., existe ainda um valor em dívida para com o empreiteiro, que a ACISB à data não tem forma de regularizar, o que levou já a empresa Santana & C.ª SA a ameaçar com contencioso, o que entendemos, embora agrave ainda mais a situação já complicada que esta Associação atravessa.

(...)

O investimento candidatado pela ACISB para recuperação do edifício foi de 308 380,30 euros (trezentos e oito mil trezentos e oitenta euros e trinta cêntimos).

Este valor não pôde ser acrescido do IVA correspondente, pois para a ACISB não era considerado um custo, uma vez que, podia efectuar a dedução do mesmo por se encontrar inscrita no regime geral trimestral de IVA com dedução pelo método da afectação real.

O custo efectivo da obra (valor a pagar ao empreiteiro) ascendia a 373 140,16 euros (trezentos e setenta e três mil, cento e quarenta euros e dezasseis cêntimos), dos quais a ACISB foi comparticipada pelo organismo gestor com 154 190,15 euros (cento e cinquenta e quatro mil cento e noventa euros e quinze cêntimos) e pela Câmara Municipal de Bragança que V. Exa. preside, com 150 000,00 euros (cento e cinquenta mil euros), perfazendo um total de 304 190,15 euros (trezentos e quatro mil cento e noventa euros e quinze cêntimos), acontecendo um diferencial de 68 950,01 euros (sessenta e oito mil novecentos e cinquenta euros e um cêntimo) a suportar pela ACISB.

Para além deste montante e após conclusão da obra a empresa Santana e C.^a SA, remeteu à ACISB uma factura correspondente à Revisão de Preços num total de 10 673,81 euros (dez mil seiscentos e setenta e três euros e oitenta e um cêntimos).

Face ao exposto, pedimos a V. Exa. que atenda à situação, pois está em causa a continuidade de uma Associação Centenária, com um papel importante na sociedade, como pólo de desenvolvimento e defesa da classe empresarial.”

Tendo em conta a comunicação atrás referida, e considerando a deliberação de doação do referido imóvel à ACISB, tomada em Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, de 23 de Março de 2009 e aprovada pela Assembleia Municipal, em Sessão Ordinária realizada em 06 de Abril de 2009 e considerando que as Instituições Bancárias, recusaram uma operação de empréstimo a longo prazo, tendo como contrapartida o edifício Sede da ACISB, doado por este Município, através da celebração de um Contrato de Doação entre o Município de Bragança e a referida Associação;

A ACISB solicitou a atribuição de um subsídio no valor de 70 000,00€, o qual foi já concedido nesta mesma Reunião e que lhe permitirá a resolução do problema financeiro, que inicialmente fundamentou o acto de doação do imóvel, o Executivo Municipal deliberou, por unanimidade, revogar o acto de doação do referido imóvel, praticado em Reunião Ordinária desta Câmara Municipal de 23 de Março de 2009.

Mais foi deliberado, por unanimidade, submeter à Assembleia Municipal a revogação do acto de doação do imóvel à ACISB aprovado em Sessão Ordinária do Órgão Deliberativo, realizada em 06 de Abril de 2009, nos termos previstos na alínea b) do n.º 2 do artigo 140.º e para efeitos do n.º 1 do artigo 142.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, alterado pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 20 de Agosto de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – Ofício n.º 238 de 01 de Junho de 12009, enviado pela ACISB à CMB

-----**Presidente da Mesa** - Senhor Presidente quer apresentar este ponto? Não acha que é necessário. Vamos fazer inscrições para pedidos de esclarecimentos sobre a proposta da Câmara. Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Guedes de Almeida** – Se bem se lembram, a discussão em que se encontra a deliberação desta moção, não tinham que ter votado, é ilegal. A escritura não podia ser feita para, digamos assim, para resolver os problemas da Associação Comercial e Industrial, não servia esta forma como aqui foi dito em termo legal. Tendo em conta, não tem a ver com os princípios tem com os conhecimentos, chega-se à... orçamental porque não há conclusão, de controle, que eu tinha razão, mas não é a razão que me trás aqui, o que me trás aqui é que, na altura, eu sugeri que a Câmara financiasse a Associação Comercial, por outra via, o que disse ao Senhor Presidente é que, aqui fala num subsídio de setenta mil euros, se já lhes foram entregues à Associação Comercial, se não foram entregues à Associação Comercial, é tudo.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhor Presidente quer responder ao pedido de esclarecimento? Vamos fazer inscrições para intervenções sobre esta matéria. Guedes de Almeida, Lídio Correia.

----- **Bruno Veloso** – Muito boa tarde a todos. Senhor Presidente eu acho que o facto de estarmos agora na parte da tarde a não ser esclarecidos relativamente aos pedidos que são colocados, deixa-nos um pouco, com uma falta de estabilidade. Se setenta mil euros...

----- **Presidente da Mesa** – Se já foram pagos ou irão ser? Eu francamente, no meu juízo, considero isto uma ... correcta e definitiva, se já foi pago... ..

----- **Bruno Veloso** – A minha duvida é.... ..

----- **Presidente da Mesa** – Faça o favor de dirigir a intervenção ao Senhor Presidente, podia ser a propósito da totalidade do assunto, faça o favor de continuar.

----- **Bruno Veloso** – Bom, antes de mais nada, constatar logo, na última Assembleia houve aqui um grande esforço, na tentativa de se fazer perceber à Câmara que a proposta não estava a ser equacionada de forma adequada. Houve aqui inclusivamente a proposta de se considerar que fosse retirada, porque a ACISB era uma Associação que merecia mais algum cuidado, portanto, de facto a nossa teimosia por vezes é justificada e... Sr. Dr. Amândio, perdoe-me que agora me dirija a si, dizer que realmente, que às vezes nós somos obstinados mas..., não é só porque somos, não é, temos razão, e isto veio provar. Vamos ter que votar contra, porque eu não sei se vocês conferiram a documentação, eu não tenho a documentação em papel, ..., através da internet tinha um ofício da ACISB, em papel não tinha e o ofício da ACISB, solicita à

Câmara, precisamente o..., ou seja, que anulemos aquilo que fizemos na última Assembleia, portanto, nesse sentido e uma vez que isso vai beneficiar a ACISB, nós prezamos, claro que vamos votar a favor, agora aquilo que nós também queremos deixar aqui de uma forma veemente, é que a..., é necessário considerar a opinião de todos aqui presentes, porque as coisas não são, não há verdades absolutas, não é? É necessário ter essa consciência, que muitas vezes poderemos estar errados, era só para já. Obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, de alguma maneira, tardiamente nessa discussão e a inconveniência em como se aplicam os argumentos, ou seja, sentimento numa área de concentração, e portanto uma deliberação funcionar com o tempo que a Assembleia quer, como foi, foi aqui dito ontem, ... bom, por aquilo que disse parceria que não tinha sido tido em conta e que agora era preciso reverter tudo, não, foi aqui dito. Senhor Membro da Assembleia, Guedes de Almeida, tem a palavra.

----- **Guedes de Almeida** – Estamos aqui, agora temos de desassar o bife, relativamente à moção. Mas há um problema, que não trouxe... não foi garantido, ou se sabe ou não a Associação Comercial e Industrial. O que está aqui falta saber é se a deliberação desta Assembleia se limita apenas à revogação da doação ou se também da anuência ao tal financiamento de setenta mil euros. O Senhor Presidente não responde mas é importante que tivesse respondido, porque o que me consta e se estou a mentir, é que efectivamente já foram entregues setenta mil euros à Associação Comercial e Industrial, e isto não vem aqui e portanto que evite a autorização, isto é, tomando a liberdade, para mim é respeitosa, de dar antes da autorização da Assembleia Municipal, ... só posso catalogar, como estando em período de eleições, em período de eleições Autárquicas, de campanha eleitoral e aquilo que não quis a que foi sujeito para financiar uma dívida, diz aqui que a Câmara não quis financiar ninguém, se agora financiar, aproveitando precisamente aquilo que na altura aqui foi recomendado para... reforma. Perante isto, eu serei obrigado apenas... votar efectivamente e cingindo-me no requerimento da Associação Comercial e Industrial e que efectivamente aquela deliberação não servia para nada, sabia que era ilegal, mas não votei no sim a saber a que servia para alguma coisa.

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara eu já lhe dou a palavra, mas eu no meio desta certidão, a Certidão diz que na Reunião da Câmara, em princípio solicitou a atribuição de um subsídio de setenta mil euros, foi já consigo nesta mesma reunião, está aqui, a Câmara já o concedeu? Depois acrescenta o número de pedir a remuneração do que era a

doação, de maneira que eu tenho alguma dificuldade, mas com certeza que o Senhor Presidente da Câmara me explicará isto com mais clareza. Senhor Membro da Assembleia, Lídio Correia, é a sua vez.....

----- **Lídio Correia** – De facto não há dúvida que estes setenta mil euros, eu concordo com o Senhor Presidente da Mesa, se já foram concedidos, se estão para ser concedidos, dizer quando é, estamos perante uma condição semântica... ..

----- **Presidente da Mesa** – Isto não tem uma empresa na contabilidade, dizer assim, se já foram pagos, já entram na contabilidade pública e na despesa, se ... ainda não, pronto.....

----- **Lídio Correia** – Exactamente é só isso. De facto, se efectivamente já foram pagos, isto revela aqui, eu penso que na última Assembleia, os meus camaradas, foram, isto de conceder de mão beijada, o que quer que seja, a uma série de organizações, só porque têm um determinado número e dizem que vão fazer não sei o quê, não nos parece correcto, quer dizer, não é segredo, aquilo que é público, o facto de ser público não pode ser global, assim de mão beijada, a quem quer que seja ou muito interesse público efectivamente anuncie, a questão do interesse público, a questão do interesse público muitas das vezes revela-se de facto outra coisa, nós evidentemente, nós somos a favor de, quando se comete um erro, eu acho bem que se emende, estamos a favor da revogação desta doação, como estamos a favor em não doação, que isto de dar o que não é nosso, é muito complicado, não estamos a favor da não doação do que quer que seja em quem quer que seja, de borla, tem que haver sempre contrapartidas, se nós como vivemos na época das parcerias, com públicas ou privadas que mais não passam da apropriação do que é público por parte dos privados, estamos habituados a que, é uma pequena maravilha, e portanto, como nós somos contra a apropriação pelos privados, daquilo que é público, efectivamente, vamos votar a favor.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Júlio de Carvalho, tem a palavra, faça o favor.....

----- **Júlio de Carvalho** – Senhores Deputados, penso que não tenho uma estrutura mental, equivalente à de muitos, porquê? Porque o que tenho ouvido hoje aqui durante o dia, é que a Câmara Municipal deve proporcionar investimento, deve ajudar os particulares, também faz associações, por forma a que crie emprego, é que desenvolve o Concelho e apresentem projectos. Foi aqui que eu aprendi sempre e que foi sempre feito em todas as Câmaras Municipais. Desde académica a outras instituições, todas têm beneficiado de doações, estranho muito que o Dr. Guedes de Almeida venha aqui dizer que isto esteja mal, esteja mal

porquê? Porque a Câmara salvaguarda sempre o Município, da doação, no dia em que a instituição encerrar ou proceder à sua anulação, esse património reverte a favor da Câmara Municipal. Portanto, a toda a ... que está aqui, incorrectíssima, legal, sem qualquer indício de haver o mínimo de preocupação, pelo contrário, acho que beneficia da nossa compreensão e da nossa posição, porque ela, instituição ACISB, tem uma função que é promover o desenvolvimento local, é apoiar o comércio, é apoiar os investimentos, é elaborar projectos, é fazer concorrência, é fazer concursos, por forma a que os comerciantes sejam beneficiados e portanto vir aqui no sentido de contrário é pura idiotice. Agora o que me a mim me preocupa é alguma falta de capacidade da Associação Comercial, porque o problema aqui que os eleitos têm, a Câmara, a Câmara ou, como diz aqui, o custo efectivo da obra, ou seja, ...os bens, eu tenho um prédio, um imóvel, já têm o imóvel e gastar-se trezentos e setenta e três mil cento e quarenta euros para fazer as remodelações, acho que é luxuoso.

----- Foi aquilo que eu sempre disse em relação aos bombeiros, quando tinham pavimentação. Já há outras situações em que os quartéis de bombeiros tinham candelabros que valiam centenas de milhares de contos, ... uma associação de bombeiros ou umas instalações, deviam agir o projecto módica, preocupada com o essencial para não ter luxos, é aquilo que nós chamamos em direito, em investimentos ..., luxuosos, sumptuosos.....

----- E um dia ficou provado, ia eu para o Governo Civil numa reunião com o Ministro da Administração Interna e do Governo, Carvalho Silva, e que tinha de haver moderação nos investimentos. O imóvel, neste caso, trezentos e setenta, ..., um imóvel com caixa aberta com meia dúzia de coisas, eu crio instalações para fazer projectos, para funcionários, para ..., com pouco dinheiro, é assim que eu faço em minha casa, quem quer andar com luxos tem que os pagar, agora não é à custa da Câmara, eu tenho aqui algumas duvidas sobre isto, no fundo diz assim, diz aqui a ACISB, nós queremos, o custo definitivo da obra, tem ..., tomadas com ... de interrogação, no dia em que aquilo é património do Estado, foi assim em relação ao Clube Académico em relação ao futebol club em todos os sectores, as juntas de freguesia, as associações, é tudo assim, agora, primeiro, no inicio... gestor com cento e cinquenta e quatro mil, eu tive o cuidado de pedir um exame... para fazer... e a Câmara Municipal de Bragança, cento e cinquenta mil, mais, afinal o que é que se pede, o que é que quer? Porque é que a obra não se fez? É preciso ir buscar mais dinheiro ao banco para quê? Para quê? Eu não entendo isto aqui, confesso que me deixa perplexo, agora... também para a ACISB, também no fundo o que é que ela quer? Quer que a Câmara faça uma doação sem qualquer clausulas de

revogação, há aqui qualquer coisa que me falha, eu tenho dinheiro para fazer as obras, não preciso de recorrer à banca, não preciso de fazer nada, há aqui qualquer coisa que me escapa e eu continuo a pensar que eu vivo numa sociedade transparente, clara, livre, onde tudo aquilo que seja clandestino, que não seja transparente deve ser repugnado, deve ser simplesmente, há que simplesmente hesita-lo, como muitas situações que veio no fundo é que parece que este país anda... à custa de expedientes baixos,exuberáveis e que devem ser denunciados, provavelmente.....

----- Senhor Presidente, se tem alguma coisa mais que me esclareça, que eu acho que devia ser o senhor primeiro a falar, porque nós, em função dos elementos que estão aqui, isto não tem qualquer viabilidade, não tem qualquer sentido, agora eu confesso, movimentos que tem aqui, tenho algumas duvidas, eu já duvido, enfim, anda muita gente nesse país fora a governar-se e o desgraçado do pobre, que anda aí, tem tanta gente a governar-se, e esses continuam cá fora. Ainda ontem vi uma revista, e tinha lá um homem que foi um vigarista, um ladrão, esteve preso, já nas pompas do Algarve, eu já vejo muita gente, nas pompas do Algarve, não sei porque nem porque não, e o desgraçado está aí, está aí preso, enfim, por meia dúzia de tostões que roubou para sobreviver, e continuou preso, eu já tenho duvidas se este país vai a ser um país a sério.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. A Câmara tem a palavra.....

----- **Presidente da Câmara** – Muito obrigado, Senhor Presidente. Foi já muito bem salientado, por alguns dos Senhores Deputados, designadamente pelo Dr. Júlio de Carvalho, que todas as orientações e decisões da Câmara Municipal no que diz respeito a cedências ou contratos de comodato de qualquer natureza feitos em instituições é feita tendo por base um quadro legal de preferência.... As condições de cedência dos espaços onde está o complexo desportivo do Académico tem condições de relação a populares, as condições de cedência, digamos de uma cedência feita ao Colégio do Sagrado Coração de Jesus tem condições muito claras, as condições de cedência do terreno onde está agora edificado o novo complexo da Obra Social Padre Miguel tem condições muito claras de reversão a favor do Município, face a uma situação de extinção, de insolvência, o que quer que seja, da entidade em causa.

----- À Associação Comercial Industrial e Serviços de Bragança foi feito um contrato de comodato, não podia ser feito um direito de superfície porque existia uma construção e foi feito um contrato de comodato com clausulas de reversão, naturalmente a Câmara Municipal cedeu o edificio através de contrato de comodato, não só à ACISB mas também à Região de

Turismo do Nordeste Transmontano que se candidatou ao projecto de regularização do Centro Histórico, concedeu um apoio financeiro inicial de cento e cinquenta mil euros para um investimento total previsto de trezentos e setenta e três mil e a dado momento a Associação Comercial, porque não tinha recursos financeiros próprios para satisfazer uma dívida correspondente à construção, e que resultaria da parte, digamos não financiáveis, nem pelo Município nem pelos Fundos Comunitários e como não têm, não tinham recursos provenientes dos associados, de actividades correspondentes ao serviço dos Associados, procurou junto do Município, obter a titularidade do bem, para que esse bem pudesse servir de aval numa operação financeira que lhe permitisse resolver os problemas de pagamento de dívidas da obra, mas também, mas também garantir alguns recursos financeiros adicionais que lhes permitissem candidatar-se a alguns Fundos Comunitários em benefício do próprio comércio. ...

----- A doação foi a segunda doação que alguma vez se fez na Câmara, porque a primeira foi à Junta de Freguesia de Santa Maria, desde há doze anos, nunca houve doação nenhuma, e trouxemos aqui para a Assembleia de Freguesia e trouxemos também a doação à ACISB nestas condições, desta fracção do edifício, ainda que a competência fosse da Câmara Municipal, mas nós quisemos, atendendo digamos, tivemos alguma oportunidade de salientar e desta confiança e numa prática, digamos assim, a generalizar-se e dizer assim, que é uma prática perfeitamente de excepção e queríamos partilhar essa excepção com a Assembleia, como Órgão Deliberativo, mas daí com cláusulas, cláusulas de reversão, e essas cláusulas inicialmente seriam aceites pela entidade financiadora. Deixaram de sê-lo, a partir do momento em que o edifício..., ou seja, a deliberação foi tomada e uma deliberação inútil, face à conjuntura económica de um País diferente, portanto não se trata, conforme disse aqui o Dr. Guedes de Almeida, de uma impossibilidade legal para se fazer uma escritura, não tem nada a ver uma coisa com a outra, assim, a Câmara accionou, tomou a decisão de transferir um apoio de setenta mil euros para a Associação para sanar a dívida correspondente à construção e neste contexto, a obra custou trezentos e setenta e mil três euros, passou a ser financiada pela Câmara Municipal em duzentos e vinte mil e em cento e cinquenta e três mil, pelos apoios Comunitários. Resolveu-se esse problema, ou seja, a Associação Comercial Industrial de Serviços de Bragança, que representam centenas de associados, teve da parte do Município, uma atitude de grande proximidade, de grande ajuda para que essa infra-estrutura associativa, tenha condições para... os seus associados.

----- Além disso, a Câmara não esteve a fazer uma proposta à Assembleia Municipal de fazer uma doação a um privado, a ACISB é uma associação sem fins lucrativos de direito público, é preciso distinguir isso bem para perceber o quadro... ..

----- Assim, respondendo às questões levantadas, a Câmara decidiu atribuir setenta mil euros de subsídio, na reunião conforme consta da certidão e que salientou o Senhor Presidente da Assembleia e devo referir que nessa altura, era já a opinião do Senhor Presidente Municipal, o nosso Presidente, dizia, o desejável era encontrar aqui uma solução de dar um apoio financeiro, mas pelas razões que eu já falei, para a ACISB, o desejado era outra solução e nós não quisemos cortar as pernas, entre aspas, aos projectos da associação, não foi uma questão de teimosia, mas sim tentar ir ao encontro em cada limite, daquilo que para a Associação Comercial seria a solução desejada, era indiferente por uma questão de principio, como essa solução foi comunicada aqui e enviada pelas razões que salientei, obviamente a situação económica, dificuldades a nível, digamos de exigências da falta de garantia, aquilo que o Município decidiu foi, não podemos assumir por conta de projectos futuros da ACISB qualquer apoio, é um problema da própria associação e dos seus associados, o que diz o Município legalmente, assumir um apoio de setenta mil euros para liquidar uma divida correspondente... financeira.

----- Tomámos essa deliberação, já pagámos quarenta e um mil euros desse valor, é uma competência da Câmara, saliento, a atribuição dos subsídios e digamos, que decidi naturalmente na sequencia dessa deliberação, trazer à Assembleia Municipal, digamos, a anulação do processo de doação, regressando esta situação à versão inicial, que portanto, fez-se um contrato de comodato, de uso do edifício à ACISB, ou seja, continua este edifício a estar registado no património do Município.

----- **Presidente da Mesa** – Obrigado, Senhor Presidente. Vamos então votar a revogação da deliberação de doação.

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta submetida a votação, tendo sido aprovada, por unanimidade, estando momentaneamente setenta membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** -Declarações de voto.? O Senhor Membro da Assembleia, Luís Pires, tem a palavra.....

----- **Luís Pires** – Bom, tal como eu referi há pouco, nós íamos votar a favor, uma vez que era uma solicitação da ACISB, no entanto, temos noção e consideramos que noutra quadro teria sido pedidas duas certidões, uma com..., estamos neste momento..., outra com o do apoio à ACISB. Separarem-se as ..., seria muito mais simples. Também temos noção de que a ACISB vai continuar a sua actividade, nomeadamente na candidatura de projectos, para tal, não pode ter qualquer tipo de dividas, seja à segurança Social, Fisco ou outras entidades, portanto é desejável que tenha uma situação clara, limpa digamos assim, e também compreendemos que se calhar a tal situação teria sido aquela que nós propusemos na última Assembleia também, que seria sido retirar, com calma e serenidade a proposta que estava em cima da mesa, para se pensar melhor e se calhar não teríamos este embriólogo agora aqui. É só. ----

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado.

----- Senhores Membros da Assembleia vamos então passar ao ponto 4.3, em que a Assembleia é chamada a ratificar uma deliberação que a Câmara tomou, quanto à abertura de concurso público, à aprovação do programa de procedimentos, e caderno de encargos, bem como a constituição do júri, para a aquisição de serviço para fornecimento de refeições a estabelecimentos de ensino básico. Antes de perguntar ao Senhor Presidente da Câmara se queria introduzir este assunto, queria fazer uma rectificação a propósito ao texto da certidão, porque a certidão diz que o Executivo Municipal, considerando que o valor global estimado ascende a cento e cinquenta e nove mil, trezentos e sessenta euros, e pedia silencio na sala, para poder continuar a ler, que o prazo de execução é dois anos económicos e tratando-se de circunstancias excepcionais e urgentes e não sendo possível reunir extraordinariamente a Assembleia Municipal, deliberou, por unanimidade.

----- Eu não fui consultado, para reunir a Assembleia Municipal, não, portanto, dito pura e simplesmente desta maneira, é a Câmara que está a dizer que não é possível, e eu aqui digo que,... se estou, que diga, não sendo possível reunir extraordinariamente a Assembleia Municipal, em tempo compatível com a presença da decisão, e então, pode ficar assim, por mim pode ficar assim, se não, porque efectivamente o que não era possível, o máximo que a Câmara podia dizer era que, não era possível, precisando de decidir, porque assim, não era possível reunir extraordinariamente a Assembleia Municipal. Posto isto, se identifica com esta minha intervenção nesta matéria, fica rectificada a certidão neste termos que eu acabei de anunciar.

PONTO 4.3 – AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO BÁSICO EB1 – CAMPO REDONDO, EB1-FORMARIGOS, EB1-LORETO, EB1-CANTARIAS, EB1-ARTUR MIRANDELA, EB1-SAMIL; JARDIM-DE-INFÂNCIA DE SANTIAGO E JARDIM-DE-INFÂNCIA DE GIMONDE DO CONCELHO DE BRAGANÇA;

.....Seguidamente se transcreve a proposta da Câmara Municipal e previamente distribuída pelos membros.....

CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia treze de Julho do ano de dois mil e nove, devidamente aprovada, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Armando Nuno Gomes Cristóvão, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Isabel Maria Lopes, António José Cepeda e Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS PARA FORNECIMENTO DE REFEIÇÕES AOS ESTABELECIMENTOS DE ENSINO BÁSICO EB1 – CAMPO REDONDO, EB1 – FORMARIGOS; EB1 – LORETO; EB1 – CANTARIAS, EB1 - ARTUR MIRANDELA, EB1 – SAMIL; JARDIM DE INFÂNCIA DE SANTIAGO E JARDIM DE INFÂNCIA DE GIMONDE DO CONCELHO DE BRAGANÇA.

Pelo Departamento Sócio Cultural foi presente, para conhecimento, a seguinte informação e respectivo despacho exarado pelo Exmo. Presidente:

A Sra. Directora da Direcção Regional de Educação do Norte, em reunião tida com o Sr. Presidente desta Câmara Municipal, informou que quando procedesse à abertura de concurso público, para aquisição de serviços para fornecimento de refeições, aos alunos dos 2.º e 3.º Ciclos do Ensino Secundário, incluiria também nesse procedimento concursal, o fornecimento de refeições aos Estabelecimentos do 1.º Ciclo do Ensino Básico, desde que os Municípios manifestassem interesse;

Considerando a previsível diminuição de encargos financeiros, desde logo foi manifestado o nosso interesse, contudo, a DREN informou, posteriormente da impossibilidade de concretizar tal procedimento;

Face à informação da DREN e considerando que, o valor global, estimado, ascende a 259 360,00€ (duzentos e cinquenta e nove mil trezentos e sessenta euros), e o prazo de execução ser de dois anos económicos;

Considerando ainda que, o fornecimento das refeições têm início, impreterivelmente, no primeiro dia de aulas, e sendo necessário proceder à aquisição de serviços para o fornecimento de refeições aos Estabelecimentos de Ensino Básico EB1 de Campo Redondo, Formarigos, Loreto, Cantarias e Artur Mirandela, bem como Jardins de Infância de Santiago e Gimonde, do Concelho de Bragança,

Assim, e tratando-se de circunstâncias excepcionais e urgentes e não sendo possível reunir extraordinariamente a Assembleia Municipal, solicita-se ao Exmo. Presidente da Câmara, autorização para abertura de Concurso Público, nos termos da alínea b) do n.º 1 do artigo 20.º do Código da Contratação Pública, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro e para efeitos do n.º 6 do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, conjugado com a alínea b) do n.º 1, do artigo 22.º do mesmo Diploma, bem como a aprovação do Programa de Procedimento e Caderno de Encargos e ainda a constituição do respectivo Júri.”

Despacho de 30.06.2009: “Face à informação prestada, autorizo a abertura de Concurso Público, aprovo o Programa de Procedimento e Caderno de Encargos, e designo os seguintes elementos, para o Júri do procedimento:

Membros efectivos:

- Rui Afonso Cepeda Caseiro, Vice-Presidente desta Câmara Municipal, que preside;
- Sílvia Maria dos Santos Couto Gonçalves Nogueiro, Chefe da Divisão Financeira;
- Isidro Carlos Pereira Rodrigues, Técnico Superior.

Membros suplentes:

- Maria de Fátima Fernandes, Vereadora a Tempo Inteiro;
- Ana Maria Afonso, Directora de Departamento Sócio-Cultural.

Nas faltas e impedimentos, do Presidente do Júri, este será substituído pelo primeiro membro suplente.

Agendar para Reunião de Câmara e submeter à Assembleia Municipal, para efeitos de ratificação.”

O Executivo Municipal, considerando que, o valor global, estimado, ascende a 259 360,00€ (duzentos e cinquenta e nove mil trezentos e sessenta euros), que o prazo de

execução é de dois anos económicos e tratando-se de circunstâncias excepcionais e urgentes e não sendo possível reunir extraordinariamente a Assembleia Municipal, em tempo compatível com a premência da decisão, deliberou, por unanimidade, dos membros presentes, submeter à ratificação da Assembleia Municipal, o acto praticado pelo Exmo. Presidente, quanto à abertura de Concurso Público, à aprovação do Programa de Procedimento e do Caderno de Encargos, bem como a constituição do Júri, nos termos da alínea b) do n.º 1 e n.º 6, ambos do artigo 22.º, do Decreto-Lei n.º 197/99, de 08 de Junho, aplicável por força da alínea f) do n.º 1 do artigo 14.º da Lei Preambular do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de Janeiro, e para os efeitos previstos no n.º 3 do artigo 137.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 442/91, de 15 de Novembro, na redacção dada pelo Decreto-Lei n.º 6/96, de 31 de Janeiro.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 20 de Agosto de 2009.

.....a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

----- **Presidente da Mesa** - Pedidos de esclarecimento sobre esta matéria? Não há pedidos de esclarecimentos. Nem inscrições para intervenções? Há uma intervenção do senhor Membro da Assembleia, António Morais ,faça o favor, tem a palavra.

----- **António Morais** – Por via de eu pensar que é no sentido de sublinhar uma questão que para nós e este assunto é bem elucidativo daquilo que pensamos que não deve ser o papel da Câmara Municipal, ou seja, estamos perante um serviço público que deve ser assumido nomeadamente pelo Ministério da Educação, que transfere, digamos assim, a responsabilidades para a Câmara Municipal, aceita para servir de intermediário à iniciativa privada, portanto este é o caso bem elucidativo, dizer claro, daquilo que não deve ser o papel da Câmara Municipal, não é? A exemplo, por exemplo, daquilo que acontece com a disciplina de inglês e com as aulas de ginástica e com outras aulas digamos, supletivas, não é? Em que devia ser o Ministério da Educação a assumir as responsabilidades que lhe cumpre, transferir para a Câmara Municipal, a Câmara Municipal não tem capacidade e transfere depois para a iniciativa privada, promovendo a precariedade de emprego, promovendo inclusive situações escandalosas, no ponto de vista contratual, não é? Até temos um exemplo aqui em Bragança, não é? De em nome dos professores, que estão à còdea, achamos que isto é indigno do

trabalho de uma Câmara Municipal, não é? Este é um exemplo paradigmático e bem elucidativo. Disse.....

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Presidente da Câmara quer intervir? Faça o favor, tem a palavra.....

----- **Presidente da Câmara** – Tenho alguma duvida se esta matéria seria da competência da Câmara, se da competência da Assembleia Municipal. Os serviços não foram capazes, de forma clara, de responder face ao novo código de contratação pública, nem conseguiram essa informação junto de formadores da CCDRN, se assim era ou não, para nós parecia ser uma coisa perfeitamente linear, dentro do âmbito da competência da Câmara Municipal e então aqui estaria em causa uma primeira fase, dizer assim, numa abordagem que realizamos com a Subdirectora Regional de Educação do Norte, em reuniões, perspectivou-se a possibilidade que, no âmbito do concurso a realizar-se por parte da DREN, de refeições para as escolas, poder-se introduzir uma cláusula que facilitasse a contratação de serviços públicos.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Senhores Membros da Assembleia vamos votar este pedido de ratificação.....

----- **Após análise e discussão foi a mesma proposta de ratificação submetida a votação, tendo sido aprovada, por maioria qualificada, com dois votos contra, duas abstenções e sessenta e seis votos a favor, estando momentaneamente setenta membros presentes.**

----- **Presidente da Mesa** – Inscrições para declarações de voto? O Senhor Membro da Assembleia, Júlio de Carvalho, para uma declaração de voto. Faça o favor.

----- **Júlio de Carvalho** – Já votado, com esclarecimento seguinte, votei a favor, porque entendo que é legítimo, é coerente, é normal, é importante que a Câmara Municipal faça no uso das suas competências e tendo no entanto, e não se vinha directo à Assembleia pedir ratificação, é uma acto normal de gestão e louvo a iniciativa, quer da Câmara Municipal, quer do próprio Ministério, ao contrário do que diz o Dr. Morais, que quando nós pedimos a descentralização, o Dr. Morais, afinal queira que tudo esteja centralizado em Lisboa, quem conhece a realidade local é a Câmara Municipal, melhor que ninguém e quando puder ter o apoio das juntas de freguesia, ainda melhor, portanto é uma acto de gestão coerente, é uma questão de interesse regional, de interesse local e de interesse nacional.

----- **Presidente da Mesa** – Muito obrigado. Mais declaração de voto? Faça o favor.....

----- **António Morais** – Bom, nós votamos contra por aquilo que dissemos e reforçar aqui ao senhor Presidente da Câmara quer ao senhor doutor, ou seja, quando nós alegamos que não é

operação da Câmara Municipal servir de intermediário, poderia neste caso concreto e... assumir a verdadeira descentralização, agora é centralização, digamos, a lei transferir para as Câmaras Municipais e as Câmaras Municipais por incapacidade dão para a iniciativa privada, isto é que era a descentralização? E eu quando falo de... gostava de saber quanto é que o...ganha, e a côdea não é só em função do seu vencimento, é em função das suas condições concretas, de contratualização, não é? Porque se há intermediários, obviamente esses não vivem do ar, é legítimo que lhes seja pago, ora, se vai haver intermediários não é para o professor, não é? Enganamo-nos no que é que estamos a falar, não é?

----- **Presidente da Mesa** – Senhor Membro da Assembleia, Manuel Pires, faz o favor, tem a palavra.....

----- **Manuel Pires** – Muito boa tarde a todos, eu saúdo naturalmente todos os Membros da Mesa, Executivo Municipal e Membros da Assembleia. Relativamente a este aspecto penso que a Câmara esteve bem, de facto, cumpre o seu serviço, é natural que faça isto, porque neste momento terá que ser a sociedade civil naturalmente a responder a isto, porque não há capacidade mesmo nas cantinas dos outros estabelecimentos de ensino para responderem a esta solicitação, daí a Câmara de acordo com as responsabilidades que tem e porque tem que dar naturalmente refeições ao primeiro ciclo e particularmente a escolas que ainda estão no meio rural, isso não pode fazer sequer de outra maneira, agora eu acho que a Câmara aí esteve muito bem e saúdo naturalmente em relação a isso.

----- Relativamente a aspectos que tem a ver com as actividades de enriquecimento curricular, já o disse aqui em muitas Assembleias, é que de facto quando o Dr. Morais diz que de facto os intermediários levam quase o dinheiro, é verdade que vão levar, eu penso que em zelo do que fazem ou dos Municípios, se calhar para futuro, uma vez que agora as coisas estão como estão, não é possível mudar e voltar atrás é importante que a exemplo do que se faz nos outros Municípios, seja a própria Câmara a assumir o contrato com os respectivos professores. Eu deixava naturalmente aqui este apelo para futuros Executivos, obrigado.

----- **Presidente da Mesa** – Desculpem, mas há aqui um tratamento com alguma urgência, relativamente à Moção que decorreu aqui nesta manhã. Vamos entrar no último ponto da Ordem de Trabalhos da última Assembleia Ordinária do presente mandato. Ele diz respeito à tomada de conhecimentos dos Senhores Membros da Assembleia, da Auditoria Externa às contas do Município de Bragança, no período reportado a trinta de Junho de dois mil e nove.

PONTO 4.4 – TOMADA DE CONHECIMENTO DA AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA – RELATÓRIO DE ANÁLISE ECONÓMICO FINANCEIRA, REPORTADO A 30 DE JUNHO DE 2009..

I - CERTIDÃO

MARIA MAVILDE GONÇALVES XAVIER, Licenciada em Economia e Directora do Departamento de Administração Geral e Gestão Financeira do Município de Bragança:

Certifica que na Acta da Reunião Ordinária desta Câmara Municipal, realizada no dia vinte e quatro de Agosto do ano de dois mil e nove, aprovada em minuta, e com a presença dos Srs., Presidente, António Jorge Nunes, e Vereadores, Rui Afonso Cepeda Caseiro, Armando Nuno Gomes Cristóvão, Maria de Fátima Gomes Fernandes, Isabel Maria Lopes, António José Cepeda e Maria Idalina Alves de Brito, se encontra uma deliberação do seguinte teor:

“AUDITORIA EXTERNA ÀS CONTAS DO MUNICÍPIO DE BRAGANÇA - RELATÓRIO E ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA REPORTADOS A 30 DE JUNHO DE 2009

Pelo Sr. Presidente foi feita a apresentação do Relatório da Auditoria às Contas do Município e da Análise Económico-financeira, realizada pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Pereira & Duarte, com referência a 30 de Junho de 2009 e reportado de 1 de Janeiro até aquela data, o qual se encontra à disposição para consulta dos Exmos. Vereadores, em cumprimento do disposto na alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 12/2007, de 15 de Janeiro, ficando um exemplar anexo ao livro de Actas, para produzir todos os efeitos legais.

A Análise Económico-financeira, da Câmara Municipal, feita nos termos da alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, para o primeiro semestre de 2009, dá conta do cumprimento das disposições legais e normas internas, e de que, em termos económico e financeiros, a situação global evolui positivamente, como se refere:

Análise patrimonial – o activo total aumentou 1% (162,7 M€ para 164,6 M€); o passivo manteve praticamente o valor, com uma ligeira descida; os fundos próprios cresceram 2% (de 110,7 M€ para 112,7 M€).

Ao nível dos proveitos operacionais, registou-se um decréscimo de 1% (89 m€); decréscimo de 20% em impostos e taxas (sobretudo nas rubricas de impostos directos e impostos indirectos), não compensado pelo aumento conjunto da “venda e prestações de serviços” e “transferências e subsídios obtidos”.

Ao nível dos custos, verificou-se que os custos operacionais aumentaram em 0,5% (39 m€); o custo de mercadorias vendidas e das matérias-primas consumidas decresceu 21% (146 m€); os fornecimentos e serviços externos registaram uma diminuição de 8% (295 m€); a rubrica de transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais aumentou cerca de 31% (134 m€); as amortizações do exercício cresceram 35% (502 m€); os custos com pessoal diminuíram de 5%, cerca (142 m€) face a Junho de 2008 – nota: aos custos com pessoal não foram imputados parte dos custos correspondentes ao mês de Junho. Contudo a variação real na rubrica Despesas com Pessoal registou um acréscimo, de 4,98% (166.792,07€); a variação na rubrica Despesas com Pessoal (Remunerações Certas e Permanentes) registou um acréscimo de 2,84% (74 858,45€); a variação na rubrica Despesas com Pessoal (Abonos Variáveis e Eventuais) aumentou em 19,41% (27 245,54€) e o acréscimo na rubrica Despesas com Pessoal (Segurança Social) foi de 11,20% (64.688,08€).

As variações determinadas para cada uma das sub-rubricas referidas representam respectivamente 44,8%, 16,3% e 38,8% do total do acréscimo da despesa com a rubrica “Pessoal”.

Evolução dos resultados: resultado líquido é positivo e diminui em 71 m€; os resultados extraordinários são negativos e cresceram 485 m€, salientando que para este valor contribuíram o aumento de 796 m€ de transferências de capital concedidas às Juntas de Freguesia e Centros Sociais; o resultado financeiro é positivo e registou um acréscimo de 543 m€.

Ao nível da execução orçamental, verifica-se que a execução da despesa foi de 43,29% e da receita bruta de 44,12%, valor acima do registado no ano anterior 81,06% e acima da média dos municípios de média dimensão.

A execução orçamental foi positiva, cumprindo-se o princípio orçamental de equilíbrio.

O Executivo Municipal apreciou os documentos, e dando cumprimento ao disposto no n.º 2 do artigo 47.º e alínea d) do n.º 3 do artigo 48.º ambos da Lei n.º 2/2007, de 15 de Janeiro, remete a Análise Económico-financeira à Assembleia Municipal.”

Para constar passo a presente certidão que assino e vai ser autenticada com o selo branco em uso neste Município.

Bragança e Paços do Município, 24 de Agosto de 2009.

a) Maria Mavilde Gonçalves Xavier

II – ANÁLISE ECONÓMICO-FINANCEIRA – Junho 2009

----- **Tomado conhecimento.**

----- **Presidente da Mesa** - Senhor Presidente faça o favor, tem a tribuna à sua disposição para apresentar o resultado desta Auditoria.....

----- **Presidente da Câmara** – A análise económica ou financeira da Câmara Municipal feita nos termos da alínea d) do número três do artigo quarenta e oito da Lei número dois de quinze de Janeiro do ano de dois mil e sete, para o primeiro semestre de dois mil e nove, dá conta do cumprimento das disposições legais e normas internas e de que em termos económicos e financeiros a situação evolui positivamente como se refere.

----- Nota patrimonial, o activo aumentou um por cento, cento e sessenta e dois virgula sete milhões de euros para cento sessenta e quatro virgula seis milhões de euros, o passivo manteve praticamente o mesmo valor com uma ligeira descida, os fundo próprios cresceram dois por cento, cento e dez vírgula sete milhões de euros para cento e doze virgula sete milhões de euros.

----- Ao nível dos proveitos operacionais registou-se um decréscimo de um por cento, oitenta e nove mil euros, decréscimo de vinte por cento em impostos e taxas, sobretudo na rubrica de impostos directos e impostos indirectos, não compensado pelo aumento conjunto da “venda e prestações de serviços” e transferências e subsídios obtidos.

----- Ao nível dos custos, verificou-se que os custos operacionais aumentaram zero virgula cinco por cento, trinta e nove mil euros; o custo de mercadorias vendidas e das matérias primas consumidas decresceu vinte e um por cento, cento e quarenta e seis mil euros; os fornecimentos e serviços externos registaram uma diminuição de oito por cento, duzentos e noventa e cinco mil euros; a rubrica de transferências e subsídios correntes concedidos e prestações sociais aumentou cerca de trinta e cinco por cento, quinhentos e dois mil euros; os custos com pessoal diminuíram cinco por cento, cerca de cento e quarenta e dois mil euros face a Junho de dois mil e oito. Aqui, uma ressalva, que é a seguinte - os custos com pessoal de facto não baixaram mas aumentaram, porque não foram imputados parte dos custos correspondentes ao mês de Junho, ... ao laboratório da auditorio, contudo, a variação real na despesa rubrica de pessoal, registou um acréscimo de quatro virgula noventa e oito por cento, cento e sessenta e seis mil, setecentos e noventa e dois virgula zero sete euros; a variação na rubrica despesas com pessoal (remunerações certas e permanentes) registou um acréscimo

de dois virgula oitenta e quatro por cento, a variação de rubrica despesas com pessoal variáveis e eventuais, dezanove quarenta e um por cento e o acréscimo da rubrica despesa com pessoal, segurança social, houve um acréscimo de onze virgula dois por cento.

----- As variações determinadas para cada uma das sub-rúbricas referidas representam, quarenta e quatro virgula oito por cento, dezasseis vírgula três por cento e trinta e oito vírgula oito por cento do total do acréscimo da despesa com a rubrica “Pessoal”.

----- Importa salientar que houve de facto um crescimento de quatro noventa e oito e não uma diminuição de cinco por cento, em que o aumento dos desconto à Segurança Social tem também uma referencia significativa nesse aumento, por isso mesmo, a actualização de vencimentos.

----- A evolução dos resultados: o resultado liquido é positivo e diminuiu em setenta e um mil euros; os resultados extraordinários são negativos e desceram quatrocentos e oitenta e cinco mil euros, salientando que para este valor contribuíram o aumento de setecentos e noventa e seis mil euros de transferências de capital concedidas às Juntas de Freguesia e Centros Sociais; o resultado feiro é positivo e registou um acréscimo de quinhentos e quarenta e três mil euros.

----- Ao nível da execução orçamental, verifica-se que a execução da despesa foi de quarenta e três virgula vinte e nove por cento e da receita bruta de quarenta e quatro virgula doze por cento, valor acima dos registados no ano anterior que foi de oitenta e um virgula zero seis por cento, e acima da média dos Municípios de média dimensão.

----- Temos, em principio, uma projecção de execução para Dezembro de dois mil e nove, superior à que tivemos já em dois mil e oito, foi uma taxa de execução bastante elevada. Resumindo, a execução orçamental foi positiva, cumprindo-se o princípio orçamental no período financeiro. Em traços gerais é uma síntese em que o estado do documento foi entregue aos senhores deputados.

----- **Presidente da Mesa** – Abrimos inscrições para intervenções sobre esta matéria. Não sendo esse o caso, algum pedido de intervenção? Não sendo esse o caso, Senhoras e Senhores Membros da Assembleia, chegamos ao fim da nossa Ordem de Trabalhos. Antes de encerrar esta Sessão e muito brevemente, só dirigir-lhes duas palavras. A primeira é que foi com muito gosto que estive nesta Assembleia Municipal, durante vinte anos, dezasseis deles enquanto Membro, tendo a sensação de que saí deste convívio com mais conhecimentos, aprendi, aprendi muita coisa, às vezes até com quem eu julgava que não ia aprender nada, e saí, com

certeza humanamente mais rico. Neste últimos quatro anos tive a honra de ser o Presidente da Assembleia, espero vir agora ser representado com dignidade e naquilo que diz respeito à condução dos trabalhos e a ser o Presidente das Sessões da Assembleia. Tenho a certeza que fui honesto. Nem tudo que eu esperava poder influir numa transformação do processo de funcionamento da Assembleia, consegui, mesmo nalguns aspectos tive que fazer alguma marcha atrás e tenho para mim que só de empenhamento de todas as forças políticas e no empenhamento também activo dos direitos de participação dos Senhores Presidente de Junta que são elemento fundamental desta Assembleias, eu sou defensor da permanência dos Senhores Presidente de Junta com todo o direito nestas Assembleias, será possível vir a melhorar.....

----- Posto isto, permitam-me que agradeça aos meus colegas de Mesa a colaboração que me deram.

----- Permitam-me que diga que não foi sempre fácil, ou muito fácil, colaborar com a Câmara, algumas vezes não podia dizer coisas da mesma maneira, mas há uma aspecto que é essencial, é o respeito pelas pessoas.

----- A todas Vossas Excelências, algumas que já cá não estão e estiveram noutros mandatos que eu participei nesta Assembleia, o meu agradecimento pela vossa amizade e pela vossa consideração.

----- Faço votos que a Assembleia Municipal que sair das próximas eleições, consiga uma subida de nível, uma subida de nível para quê, não é bem uma subida de nível, em vários sentidos, no funcionamento e no privado da Assembleia, porque se ela encontrou para os interesses dos cidadãos, de pouco servem algumas pequenas vitórias momentâneas e pessoais se não se traduzirem para o bem de todos acabam por não ter feitos práticos, mas faço sinceramente votos, porque estou convencido, alguma contribuição para o progresso de Bragança, para o progresso e para a felicidade das nossas populações, que aqueles que tiverem a missão de nos continuar, aqueles que deixaremos de pertencer à Assembleia e aos que continuaram, a vida lhes seja propicia e consigam a sua realização enquanto cidadãos nos trabalhos que aqui se fazem e na contribuição que darão para o bem comum. Muito obrigado.

PRESENCAS: Seguem-se as presenças e faltas dos membros que constituem a

A – Assembleia:

I – PRESENCAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA:

1 – Mesa:

Presidente – Luís Manuel Machado Rodrigues

Primeiro Secretário – Acúrcio Álvaro Pereira

Segunda Secretária – Maria Elisa Monteiro Pires Vilela

2 – Membros:

Adérito de Jesus Falcão Lhano

Amândio dos Anjos Costa

António Almeida Dionísio **a)**

António Eduardo Fernandes Malhão

António Guedes de Almeida

António Manuel Afonso

Augusto Acácio de Moraes

Cândido Vaz Alves

Carlos José Cadavez

Domingos Moura dos Santos

Francisco António Alves

Joaquim do Nascimento Pereira

José Alberto M. Moreno

José Joaquim Meireles Salgueiro

José Luís Baltazar

José Miguel Gonçalves Miranda **a)**

Júlio da Costa Carvalho

Maria Gonçalves Sampaio Correia da Veiga

Maria Madalena Moraes Morgado

Maria Olinda Pereira

Martina Isabel Veiga Dias

Martinho Eduardo Nascimento

Nuno Alvares Pereira

Nuno Filipe Machado Reis **a)**

Rui Fernando Rodrigues Correia

PARTIDO SOCIALISTA

Alzira da Conceição Bento Gomes
António Rodrigues Vieira
Bruno Viriato Gonçalves Costas Veloso
Fernando Carlos da Silva Paula
Henrique Costa Ferreira **a)**
João Baptista Ortega
Luís Carlos Magalhães Pires
Luís Filipe Pires Fernandes
Luís Manuel Silvestre
Manuel António Pires
Orlando Augusto Matos Pontes
Pedro Miguel Fernandes Teixeira
Vítor Prada Pereira

COLIGAÇÃO DEMOCRATA UNITÁRIA

Lídio Alberto Correia
António Alberto Vaz Pereira Morais

BLOCO DE ESQUERDA

Luís Miguel Vale Fernandes Vale

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

ALFAIÃO	João Adriano Rodrigues
AVELEDA	Isidro Carlos Pereira Rodrigues
BABE	Manuel António Esteves
BAÇAL	João Francisco Alves a)
CARRAGOSA	Carlos Manuel Diegues Teixeira do Vale
CARRAZEDO	Nuno António Baptista Pousa
CASTRELOS	Amílcar Pereira Ventura
CASTRO DE AVELÃS	José Vicente Fernandes
COELHO	Ernesto António Fernandes
DEILÃO	Manuel Benites Inácio
DONAI	Luís Aníbal Rodrigues Martins
ESPINHOSELA	Hélder Augusto Martins
FAÍLDE	Gualter Dinis Gonçalves Garcia
FRANÇA	Amândio dos Santos Costa
GIMONDE	João Victor Alves

GONDESENDE	Aníbal Gilberto Rodrigues Afonso
GOSTEI	Carolina de Jesus Fernandes
GRIJÓ DE PARADA	Maria Helena Santos Branco
IZEDA	Maria Rosa Galhardo Pinto Pires
MACEDO DO MATO	João Nascimento Fernandes
MEIXEDO	Luís Urbano Gonçalves
MILHÃO	António Alcino Fernandes
MÓS	Anselmo Aníbal Martins
NOGUEIRA	José António Prada
OUTEIRO	João Augusto Paiva0
PARADA	António Manuel Afonso Pires
PARADINHA NOVA	Domingos António Seca
PARÂMIO	Manuel João Afonso Fernandes
PINELA	António Jorge Brás Pires
POMBARES	Afonso Augusto Pires Domingues
QUINTANILHA	Sérgio Miguel Borges Romão
QUINTELA DE LAMPAÇAS	Victor Manuel Costa
RABAL	Paulo Hermenegildo de Castro João
REBORDÃOS	Adriano Augusto Correia Rodrigues
REBORDAINHOS	Albino Alves Rodrigo
RIO FRIO	Humberto Amândio Garcia
RIO DE ONOR	António José Preto
SALSAS	Filipe Osório caldas
SAMIL	Eduardo Joaquim Portela
SANTA COMBA DE ROSSAS	Joaquim Alcibíades Henriques Pereira
SANTA MARIA – BRAGANÇA	Jorge Manuel Esteves de Oliveira Novo
SÃO JULIÃO DE PALÁCIOS	Elias dos Santos Vara
SÃO PEDRO DOS SERRACENOS	António Carlos de Sá
SÉ – BRAGANÇA	Paulo Jorge Almendra Xavier
SENDAS	Marco Paulo de Jesus Frei (Substituto)
SORTES	Juvêncio Alves de Carvalho
ZOIO	Manuel Diogo Afonso

a) Aplicação do disposto no n.º 9 do artigo 64.º do Regimento da AM.

II – FALTAS

PARTIDO SOCIAL DEMOCRATA

José António Lourenço Rodrigues
 Luís Manuel Ferro Azevedo
 Luís Manuel Madureira Afonso
 Pedro Nuno Gonçalves Nogueiro

PARTIDO SOCIALISTA

Armando Pinto Bento
Lídia Gomes Valinho

PRESIDENTES DE JUNTA DE FREGUESIA

CALVELHE	Ernesto Augusto Morgado Gomes
SERAPICOS	Armando Augusto Venâncio Dias

B- CÂMARA

PRESENCAS:

Presidente - António Jorge Nunes
Rui Afonso Cepeda Caseiro
António José Cepeda
Maria de Fátima Gomes Fernandes
Armando Nuno Gomes Cristóvão
Maria Idalina Alves de Brito
Isabel Maria Lopes

.....Não havendo mais assuntos a tratar, foi encerrada a sessão cerca das dezasseis horas e trinta minutos, e do que nela se passou se lavrou a presente acta que depois de achada conforme – vai ser aprovada na primeira sessão ordinária (mandato 2009/2013) desta Assembleia Municipal a realizar em 18/12/2009 – vai ser assinada pelos membros que constituem a Mesa. -----

O Presidente, _____

O Primeiro Secretário, _____

A Segunda Secretária, _____

NOTA: As páginas 74 a 78; 103 a 104; 120 a 142 dizem respeito a anexos, os quais se encontram na acta original e que poderão ser consultados nos respectivos Serviços.

